



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
UNIRIO - CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
Programa de Pós-Graduação em História



JÚLIA ERMINIA RISCADO

**PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO NAS GRANDES
CIDADES: MORRO DA CONCEIÇÃO NO CENTRO DO
RIO DE JANEIRO E O ENTORNO DOS BENS
TOMBADOS (1970-1980)**

JÚLIA ERMINIA RISCADO

**PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO NAS GRANDES CIDADES: MORRO DA
CONCEIÇÃO NO CENTRO DO RIO DE JANEIRO E O ENTORNO DOS BENS
TOMBADOS (1970-1980)**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História do Centro de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, sob orientação da Professora Dr^a. Márcia Regina Romeiro Chuva.

Rio de Janeiro

2013

Catálogo na Fonte

P

RISCADO, Júlia Erminia.

Ó

Preservação do Patrimônio nas Grandes Cidades: Morro da Conceição no Centro do Rio de Janeiro e o entorno dos bens tombados (1970-1980) / Júlia Erminia Riscado – 2013.

-

117f.

Orientador: Márcia Regina Romeiro Chuva

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em História. Centro de Ciências Humanas e Sociais.

Bibliografia

1. Patrimônio - Cartas patrimoniais – Brasil. 2. Rio de Janeiro – Planejamento urbano – Corredor Cultural. 3. Entorno – Morro da Conceição – IPHAN. I. Márcia Romeiro Chuva. II. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Centro de Ciências Humanas e Sociais. III. Título

JÚLIA ERMINIA RISCADO

Preservação do Patrimônio nas Grandes Cidades: Morro da Conceição no Centro do Rio de Janeiro e o entorno dos bens tombados (1970-1980)

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História do Centro de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, sob orientação da Professora Dr^a. Márcia Romeiro Chuva.

Aprovado em:

Prof^a. Dr^a Márcia Regina Romeiro Chuva (Orientadora)

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

Prof^a. Dr^a. Leila Bianchi Aguiar

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio)

Prof^a. Dr^a. Ismênia de Lima Martins

Universidade Federal Fluminense (UFF)

Rio de Janeiro

2013

Para Maria José Erminia Riscado

AGRADECIMENTOS

Dois anos passam muito rápido. Principalmente quando temos dúvidas e questionamentos constantes ao longo desse caminho. Agradecer a todos que, de certa maneira, contribuíram para a conclusão do presente trabalho é fundamental.

Agradeço aos meus pais, José Carlos Riscado e Maria José Erminia Riscado, por terem me conduzido pelo caminho da educação e do respeito mútuo.

À minha orientadora Márcia Chuva, pela paciência e generosidade durante esses dois anos de aprendizado e pesquisa.

À professora Ismênia de Lima Martins por acreditar e me estimular, mesmo distantes em alguns momentos, a prosseguir com meus objetivos.

Às professoras Leila Bianchi Aguiar e Anita Correia de Lima Almeida, pelas considerações apontadas na qualificação e que contribuíram para desenvolver o que é apresentado no presente estudo.

À minha irmã, Priscila, e aos meus amigos Jefferson Espíndola, François Weigel, Rafael Tedesco, Henrique Monnerat e tantos outros pela acolhida e estímulo ao longo desses dois anos de pesquisa.

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo compreender como, a partir de meados da década de 70, aspectos relativos ao planejamento urbano passam a ser tratados sob a ótica da preservação. Pretende-se demonstrar, a partir da análise das cartas patrimoniais, como as leituras acerca das áreas circunvizinhas aos bens tombados foram apresentadas nos debates sobre a preservação de bens e de conjuntos arquitetônicos no espaço urbano. Além disso, será analisado o Projeto de Proteção e Revitalização para o Morro da Conceição e seus entornos, elaborado pelo IPHAN, em 1981.

Palavras-chave: Patrimônio – Brasil – cidades – entorno – Morro da Conceição – IPHAN.

ABSTRACT

This study aims to understand how urban aspects started were treated in the 1970's by the standpoint of preservation. We intend to demonstrate, through the analysis of international documents, how were build some definitions and guidelines about areas around monuments and architectural buildings localized in big cities. Besides this, will be analyzed the project organized by IPHAN in 1981 named Project of Protection and Revitalization in Morro da Conceição and his environment.

Keywords: Heritage - Brazil - cities - environment - Morro da Conceição - IPHAN.

SUMÁRIO

Introdução	9
1 - Das concepções de patrimônio: a questão do entorno nas cartas patrimoniais	13
1.1 - Os primeiros passos das políticas de preservação	15
1.2 - O desenvolvimento urbano e do turismo em pauta na preservação do patrimônio mundial	18
1.3 - Desenvolvimento econômico e planejamento urbano: novos usos para o patrimônio cultural	25
2- Rio de Janeiro: crescimento urbano, desenvolvimento econômico e preservação	44
2.1 - Implantação e consolidação do campo do patrimônio brasileiro: a cidade do Rio de Janeiro como exemplo	44
2.2 - Corredor Cultural: uma proposta municipal de preservação para o Centro do Rio de Janeiro	56
3- Por uma nova proposta de preservação: Morro da Conceição e o entorno de bens tombados	69
3.1 – A proteção de centros históricos a partir do conceito de entorno	72
3.2 - O Morro da Conceição, no Centro do Rio de Janeiro	81
3.3 - Uma proposta de proteção sem tombamento para o Morro da Conceição...	84
Considerações Finais	103
Ilustrações	105
Referências Bibliográficas	115
Fontes.....	120

Introdução

Antes mesmo de começar a tratar do assunto proposto, começo justificando meu interesse e escolha pelo tema a ser abordado, que se deu por conta do meu interesse pessoal pela região central da cidade do Rio de Janeiro. Durante a graduação em História, sob a orientação da Professora Dra. Ismênia de Lima Martins, pesquisei a criação e a atuação das associações de imigrantes espanhóis no Rio de Janeiro durante a década de 1980. A partir dessa pesquisa, foi possível ter maior conhecimento também da própria dinâmica urbana e da história recente da cidade.

Outra importante motivação foi o curso “História do Brasil II”, ministrado pelo Professor Dr. Cezar Honorato, também durante a graduação em História pela Universidade Federal Fluminense. Sempre direcionando os debates acalorados a respeito das consequências dos planos urbanísticos e do momento atual do planejamento urbano para a região central da cidade, suas aulas contribuíram para uma visão mais crítica sobre o tema.

Por conta de problemas com as fontes do projeto de mestrado idealizado anteriormente¹, foi preciso encontrar um novo tema para minha pesquisa. A partir de conversas e orientações sempre muito atenciosas da Professora Dra. Márcia Chuva, pude defini-lo de maneira mais clara o que pretendia estudar.

Portanto, essa dissertação tem como objetivo observar como temas relativos ao desenvolvimento urbano foram se tornando cada vez mais relevantes para o campo do patrimônio, principalmente durante a década de 70. Além disso, mostrar como a noção de ambiência foi se tornando um ponto de convergência entre a preservação de bens e as áreas de planejamento urbano e desenvolvimento socioeconômico.

Nesse sentido, será analisado o Projeto de Proteção e Revitalização do Morro da Conceição e seus entornos, elaborado pelo IPHAN, uma iniciativa de preservação e revitalização para essa região do Centro do Rio de Janeiro. Procurando estabelecer um

¹ A falta de acesso às fontes que eram parte fundamental do meu projeto inicial, intitulado “Instituto Cervantes e a política externa cultural espanhola para o Brasil”, motivaram a mudança de tema de pesquisa.

contraponto com a iniciativa de âmbito federal, serão observados ainda o Projeto Corredor Cultural, de caráter municipal, que junto à análise das chamadas cartas patrimoniais, contribuem para o entendimento das discussões que permearam o campo do patrimônio entre meados da década de 1960 até o final da década de 80.

Para auxiliar esta interpretação, a análise dos projetos será feita priorizando as ideias e demandas que imperavam no contexto em que foram criados. É possível perceber, nesse momento, que os objetivos a serem alcançados corresponderam um momento de importantes acontecimentos na história da cidade e de mudanças de perspectivas nas atividades de preservação. Pretende-se demonstrar também como as leituras acerca das áreas circunvizinhas aos bens tombados foram apresentadas nos debates sobre a preservação de bens e de conjuntos arquitetônicos no espaço urbano.

O processo de expansão urbana e o desenvolvimento econômico das grandes cidades foram aspectos que interferiram para os rumos atuais da preservação do patrimônio arquitetônico e cultural urbano. Em meados da década de 1970, o tema do patrimônio passou a aparecer com mais incidência nas propostas de políticas de reabilitação e revitalização dos centros urbanos.

Tais políticas procuraram ampliar a compreensão do bem ou conjunto arquitetônico enquanto monumentos históricos. De acordo com François Hartog (HARTOG, 2006, p. 268), esse movimento implicava na “tomada de consciência de que a proteção do patrimônio devia se conceber como um projeto urbano de conjunto”. Dessa maneira, a configuração do espaço urbano seria entendida a partir da convergência de elementos representativos para o passado e para o presente dessas sociedades.

A partir dessa perspectiva, o patrimônio arquitetônico, cultural e histórico se tornaria significativo também para outros importantes segmentos da economia, do turismo e planejamento urbano. Durante esse período, destacou-se o papel da UNESCO na elaboração de relatórios que reforçavam a necessidade de investimento no setor de turismo a fim de promover, desenvolver e sustentar o patrimônio cultural nacional. Segundo Claudia Leal (LEAL, 2008), esses estudos dialogaram também com temas como planejamento urbano e desenvolvimento econômico, uma vez que se

pretendeu oferecer propostas de plano de desenvolvimento a serem consideradas pelo governo brasileiro.

O primeiro capítulo do presente estudo discorre sobre as cartas patrimoniais, um conjunto de recomendações de caráter internacional provenientes de debates acadêmicos e seminários coordenados por organismos internacionais e governamentais. Esses documentos, assim como os relatórios produzidos pela UNESCO², tratavam das atividades de preservação, proteção e gestão de bens patrimoniais. A partir da década de 70 foi possível observar como os temas relativos ao desenvolvimento das cidades e às questões urbanas foram se tornando mais recorrentes nas recomendações.

Dar atenção às discussões presentes nas cartas patrimoniais serve como um importante meio de observação para compreendermos melhor como o patrimônio urbano foi interpretado ao longo dos diferentes contextos. Tomando como referência a leitura feita por Lia Motta (MOTTA, 2003) sobre a preservação do patrimônio urbano, a noção de ambiência passou a ser mais percebida como um elemento que conjugava a preservação de bens com o planejamento e o desenvolvimento socioeconômico das áreas urbanas. Como foi possível notar nesses documentos, houve um esforço em compreender a dinâmica urbana de maneira a respeitar a convivência de elementos representativos para distintos grupos sociais e momentos históricos.

Tanto os relatórios produzidos pela UNESCO quanto as cartas patrimoniais trouxeram reflexos significativos para a instrumentalização das atividades de preservação, como a produção de inventários de pesquisa, levantamento de documentação e ações de conscientização da população local. As iniciativas internacionais procuraram contribuir e ampliar a concepção vigente quanto à proteção de bens e conjuntos arquitetônicos, compreendendo também seus valores de caráter histórico, cultural e afetivo.

² A organização tem por objetivo contribuir para o estabelecimento da paz e segurança das nações, a erradicação da pobreza o desenvolvimento sustentável e o diálogo intercultural por meio da educação, por meio de atividades culturais que promovam a salvaguarda do patrimônio cultural mediante o estímulo da criação e preservação das entidades culturais e tradições orais, assim como promoção de livros e leitura. Durante a década de 1960, a UNESCO esteve à frente de um projeto que procurou formular relatórios técnicos com o intuito de fornecer uma análise institucional sobre as condições dos bens culturais e conjuntos arquitetônicos em diferentes regiões do país.

No segundo capítulo, será analisado o campo do patrimônio no Brasil, tomando como referência a cidade do Rio de Janeiro. Essa escolha foi motivada pela singularidade de sua trajetória histórica e política da cidade, antiga Capital Federal, que influenciou muito nas políticas públicas empreendidas no Município, no Estado e nas relações com o Governo Federal. A partir da vasta bibliografia sobre a cidade do Rio de Janeiro, foram destacados para o presente estudo as análises de Américo Freyre, *Sinais Trocados. O Rio de Janeiro e a República brasileira*, e de Maurício Abreu, *Evolução Urbana do Rio de Janeiro*, procuramos apresentar o cenário político e socioeconômico da cidade e suas implicações para o campo da preservação recente.

A partir desse recorte, analisaremos o caso do Projeto Corredor Cultural, projeto de revitalização, criado em 1979. De iniciativa municipal, o projeto foi o primeiro a tratar da preservação na região central da cidade, que incluiu as áreas da Lapa, Cinelândia, Largo da Carioca, Largo do São Francisco e da região que forma a Sociedade de Amigos e Adjacências da Rua da Alfândega (SAARA). Seu objetivo inicial foi promover ações de proteção e revitalização em parceria com moradores e usuários da região do Centro do Rio de Janeiro.

No terceiro capítulo, dando continuidade à discussão apresentada no capítulo anterior, será apresentado um projeto de caráter federal que dialoga em alguns aspectos com o Projeto Corredor Cultural. O Projeto de Proteção e Revitalização para o Morro da Conceição e seu entorno, elaborado pelo IPHAN em 1981, se volta a preservação das áreas circunvizinhas aos bens tombados e seus impactos na vida de moradores e usuários.

Um aspecto importante que distingue o projeto do IPHAN para o Morro da Conceição do Projeto Corredor Cultural foi o emprego da noção “entorno” pelo primeiro. Para compreendermos o conceito e seu lugar nas atividades de preservação no contexto das grandes cidades recorreremos aos estudos de Lia Motta e Analúcia Thompson, *Entorno de Bens Tombados*, e de Inês El-Jaick Andrade, *O debate sobre as áreas envoltórias de bens patrimoniais*. Como será possível observar, o termo “entorno” se diferencia da concepção de vizinhança por seu caráter mais abrangente, incorporando preocupações compartilhadas por outras áreas responsáveis pelo planejamento e desenvolvimento urbano.

I - Das concepções de patrimônio: a questão do entorno nas cartas patrimoniais

As chamadas “cartas patrimoniais” são documentos de grande relevância para a compreensão da trajetória histórica da própria noção de patrimônio cultural. As primeiras recomendações internacionais trataram sobre questões que já recebiam destaque desde o final do século XIX, em função da crítica ao modo de produção capitalista adotado com a chamada Revolução Industrial. A implantação de indústrias e a mecanização do campo intensificaram de maneira drástica os problemas de ordem socioeconômica, política e cultural nas cidades.

Além do crescimento demográfico e desenvolvimento dos núcleos urbanos, as consequências e as destruições produzidas pela Primeira Guerra Mundial foram aspectos que motivaram a produção de recomendações internacionais e o estreitamento das relações internacionais entre Estados, criação de organismos internacionais – como a Liga das Nações – etc.. Tais indicações buscavam não apenas proporcionar uma reflexão sobre a modernização das cidades como também reconhecer e instituir quais elementos que caracterizariam a história da região seriam preservados e/ou reconstituídos e as melhores estratégias para sua execução, tendo em vista as críticas às políticas de preservação do patrimônio consagrado até então.

Procurando refletir criticamente sobre as condições urbanas do início do século XX, o Urbanismo Moderno despontou como uma ciência que pretendia dar conta das questões relativas às cidades e foi de grande valor nos debates internacionais sobre o desenvolvimento das cidades e a preservação de bens ou conjuntos arquitetônicos. De acordo com Françoise Choay, a disciplina se diferenciaria “das artes urbanas anteriores por seu caráter reflexivo e crítico, e por sua pretensão científica” (CHOAY, 1998. p. 2).

Como apontou em sua dissertação de mestrado, Marília Vicente Borges (BORGES, 2007), a corrente racionalista influenciou profundamente o pensamento de inúmeros arquitetos europeus no início do século XX, que mais tarde seriam responsáveis pela organização de congressos voltados a discussão do papel da arquitetura moderna na resolução de problemas causados pelo crescimento acelerado das cidades. Todavia, somente em 1931, durante o I Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos em

Monumentos, seria produzida a Carta de Atenas, primeiro dos inúmeros documentos posteriores reunidos sob a denominação, pelo IPHAN, de “cartas patrimoniais”.

Em meio aos muitos temas tratados nas cartas, a relação do bem tombado com o ambiente contíguo sempre teve seu espaço. Entre as décadas de 1930 e 1960, as cartas patrimoniais buscaram definir a noção de vizinhança do bem tombado³ e maneiras de conservá-las, tendo como finalidade manter a visibilidade e certa relação estética com o monumento.

Neste momento, era usado apenas o termo “vizinhança”, em referência as delimitações físicas das áreas circunvizinhas ao bem tombado. Somente a partir da década de 1980, que o termo “entorno”⁴ foi apropriado e consagrado para se referir às áreas envoltórias dos imóveis isolados ou conjuntos de edificações tombados. A questão do entorno dos bens foi se tornando cada vez mais frequente nos procedimentos de proteção de áreas urbanas, como será observado adiante.

Para o melhor entendimento desta dinâmica, contudo, é preciso entender também o conceito de “entorno” em diferentes momentos das práticas de preservação do patrimônio histórico e cultural. As discussões que procuram definir este conceito sempre estiveram atreladas aos discursos sobre tombamento, sendo ampliadas à medida que estes processos passavam por importantes transformações. No Brasil, o campo da preservação, vinculado a própria trajetória das ações da administração federal na área da cultura, percorreu um caminho marcado por rupturas e posturas ambíguas em relação ao “entorno” (MOTTA e THOMPSON, 2010) como será possível observar melhor nos capítulos seguintes.

Devido à pluralidade de temas apresentados nas cartas patrimoniais serão priorizados aqueles afinados com o objetivo da presente pesquisa. Nesses documentos é possível observar a aproximação da questão sobre a vizinhança do bem tombado com a problemática do crescimento urbano e demais temas vinculados ao planejamento urbano.

³ De acordo com o IPHAN, o bem tombado é todo objeto de valor histórico, cultural, arquitetônico, ambiental e também de valor afetivo para a população, sendo impedida a sua destruição e/ou descaracterização dos mesmos. Ver: <http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=12576&retorno=paginaIphan>

⁴ Do italiano “intorno”.

O que se pretende no decorrer desse capítulo é identificar um progressivo movimento de convergência do instrumento de preservação relativo às áreas vizinhas dos bens ou sítios tombados com o campo do planejamento urbano.

I.1 - Os primeiros passos das políticas de preservação

A década de 1930, especialmente durante o Estado Novo, se configurou como o início da formulação de um estatuto legal e ideológico sobre patrimônio cultural. De acordo com Cecília Londres Fonseca (FONSECA, 1997), as primeiras políticas de preservação, da competência do Estado, se afinaram ao discurso nacionalista do governo de Getúlio Vargas. Procurando estabelecer o acervo patrimonial a ser preservado, suas diretrizes e consolidar ideologicamente esse regime de governo, que predominava na administração federal daquele período, foi criado no ano de 1937 o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN).

Para preencher o quadro de funcionários da instituição foram incluídos intelectuais de diversas áreas, com predomínio de arquitetos, para definir seus objetivos e formas de atuação. Nesse momento, deve-se ressaltar a relevância do movimento modernista nas ideias e atividades desses intelectuais brasileiros e perceber possíveis convergências com as propostas do governo. De acordo com Helena Bomeny:

“Os anos 30 são momentos do desenho da política institucional. De ousado agora, o fato de o Estado Nacional chamar intelectuais de todos os matizes, combinando projetos, propostas e ideias mescladas da utopia dos anos 20. O discurso do governo vai ao encontro dos discursos intelectuais. Aos projetos esparsos, empíricos, distintos, o Estado abre a porta para o estabelecimento da grande política nacional, do projeto de reconstrução do patrimônio como prática social integradora.” (BOMENY *apud* CAVALCANTI, 1995, p.146)

É inegável ainda a influência do pensamento modernista europeu sobre o campo da preservação do patrimônio arquitetônico e cultural brasileiro. Grande parte das manifestações europeias visava conservar traços estilísticos e arquitetônicos universais, buscando promover certo nivelamento das construções e almejando um estilo

democrático de habitação nas cidades. Além desse aspecto, os arquitetos modernistas brasileiros também adotaram uma postura voltada a associar modernidade e tradição. Em ambos os aspectos, todavia, havia afinidade com o projeto empreendido pelo Estado Novo. Tal convergência trouxe a possibilidade desse governo incorporar grupos de intelectuais de distintas vertentes ideológicas em seus projetos voltados principalmente para a área de cultura (CHUVA, 2000).

De acordo com Dulce Pandolfi (PANDOLFI, 1999), existiam no interior do movimento modernista brasileiro duas tendências: de modernização e de preservação dos aspectos antigos que caracterizariam a nação. Sem deixar de lado o diálogo com as correntes modernistas europeias, os intelectuais modernos brasileiros conseguiram estabelecer uma ideia de universalidade própria, por meio do resgate de elementos da tradição popular.

Nesse contexto, outra importante influência para a concepção da política patrimonial brasileira foi, possivelmente, a Carta de Atenas, resultado do I Congresso Internacional de Arquitectos e Técnicos em Monumentos, ocorrido em outubro de 1931. Esse documento procurou estabelecer os princípios gerais sobre a conservação de monumentos históricos que se adequassem aos procedimentos de planejamento no ambiente urbano no pós-Primeira Guerra Mundial.

Nesse sentido, a relação do monumento com sua vizinhança tinha grande relevância no campo da preservação, já que a preservação da visibilidade do bem tombado era vista como um aspecto fundamental no reconhecimento da sua importância histórica. Ainda que numa perspectiva mais reduzida daquela adotada hoje em que o espaço ultrapassa as áreas que cercam o bem, atingindo aspectos que tocam o campo do planejamento urbano.

De acordo com esse documento, era necessário que as práticas de preservação se preocupassem em estabelecer restrições desde a vegetação circunvizinha até possíveis modificações decorrentes do processo de desenvolvimento urbano, como publicidade e construções que limitassem a visibilidade do monumento, procurando conservar o mesmo caráter antigo nas proximidades do monumento. O caráter histórico e artístico do

monumento deveria ser respeitado, sem a eliminação de estilos de quaisquer épocas, bem como sua integridade.

A noção de preservar respeitando o caráter documental do bem contribuiria para a valorização do cuidado com a área circunvizinha:

“Qualquer que seja a diversidade dos casos específicos – e cada caso pode comportar uma solução própria -, a conferência constatou que nos diversos Estados representados predomina uma tendência geral a abandonar as reconstruções integrais, evitando assim seus riscos, pela adoção de uma manutenção regular e permanente, apropriada para assegurar a conservação dos edifícios. Nos casos em que uma restauração pareça indispensável devido a deteriorização ou a destruição, a conferência recomenda que se respeite a obra histórica e artística do passado, sem prejudicar o estilo de nenhuma época.” (Carta de Atenas, 1931, p. 1)

É possível observar na Carta de Atenas de 1931 o papel dos procedimentos de conservação na própria inserção do bem patrimonial na estrutura urbana das cidades modernas. Um determinado conjunto arquitetônico se instituiria, enquanto bem patrimonial, a partir da manutenção de sua vizinhança, rica de elementos históricos reconhecidamente valorizados, entendida como complementar ao primeiro.

Desse modo, as mudanças arquitetônicas pelas quais passavam as cidades no período deveriam respeitar os elementos de relevância estilística e histórica consolidados. Na Carta de Atenas de 1931 ficou recomendada, “a supressão de toda publicidade, de toda presença abusiva de postes ou fios telegráficos, de toda indústria ruidosa, mesmo de altas chaminés, na vizinhança ou na proximidade de monumentos, de arte ou de história” (CURY, 2004).

Nesse documento ficou prevista ainda a necessidade de cada país formular seu próprio inventário sobre o patrimônio arquitetônico, histórico e cultural existente. Ao apresentar tal relação tornar-se-ia possível reconhecer as condições específicas de cada

bem e quais os recursos técnicos e materiais adequados a serem aplicados em cada situação específica.

Na Carta de Atenas de 1933, resultante do IV Congresso Internacional de Arquitetura Moderna - CIAM - realizado também em Atenas, procurou-se refletir sobre a situação presente e futura das cidades. Esse documento, por ter privilegiado os temas urbanos, deu enfoque a questões como planejamento das cidades novas e renovação dos tecidos urbanos antigos.

Na Carta de Atenas de 1933 voltou-se a discutir os rumos da cidade que passavam por intenso crescimento. A contraposição entre velho e novo ganhou força nas discussões e os elementos identificados com a modernidade, advinda do período pós-industrialização, ganharam prioridade frente aos elementos de valor histórico e arquitetônico (ALMEIDA, 2010).

Além disso, buscou valorizar a importância da participação do Estado na normatização para o campo da preservação. Caberia à administração pública reconhecer e discriminar as obras de valor histórico para compor o acervo patrimonial, sabendo conciliar com as decisões de renovação urbana. Dessa maneira, ficava estabelecido que a preservação de bens e conjuntos patrimoniais viria acompanhada do respeito às boas condições de habitação e circulação no espaço urbano, como aparece no trecho abaixo da Carta de Atenas de 1933:

“O espírito da cidade formou-se no decorrer dos anos; simples construções adquiriram um valor eterno, na medida em que simbolizam a alma coletiva; constituem o arcabouço de uma tradição que, sem querer limitar a amplitude dos processos futuros, condiciona a formação dos indivíduos, assim como o clima, a região, a raça, o costume.” (Carta de Atenas, 1933, p. 5)

I.2 – O desenvolvimento urbano e do turismo em pauta na preservação do patrimônio mundial

Com o fim da Segunda Guerra Mundial tornava-se insuficiente privilegiar os aspectos documentais de bens arquitetônicos e obras a serem preservados. Inúmeras cidades ficaram bastante comprometidas ou totalmente destruídas após as duas grandes guerras mundiais, sendo necessário estabelecer novos critérios de restauração que incorporassem a nova realidade da época (KÜHL, 2010).

Nesse sentido, em 1945 foi criado pela Organização das Nações Unidas (ONU) a Assembleia Geral das Nações Unidas, órgão intergovernamental, plenário e deliberativo composto por todos os países membros da organização, que tem como principal objetivo elaborar recomendações sobre qualquer assunto dentro das finalidades da ONU. Em 1948, a Assembleia Geral das Nações Unidas instituiu a Declaração Universal dos Direitos do Homem. Nesse documento, ficaram estabelecidos três tipos de direitos a serem garantidos no concerto das nações: os direitos à liberdade pessoal, à igualdade, à vida e os chamados direitos novos, como por exemplo, o direito ao asilo, de nacionalidade e do casamento; os direitos sociais que garantem a associação sindical, o lazer, a saúde, a educação, a vida cultural; os direitos de solidariedade que garantem o direito à paz, ao meio ambiente e o direito ao patrimônio comum da humanidade.

Em novembro do ano seguinte, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) foi criada tendo como objetivo ser o órgão responsável pela salvaguarda da herança cultural e natural do mundo, por meio da elaboração de textos jurídicos e recomendações internacionais com conteúdos, objetivos e alcances distintos. Todavia, foi na Conferência de Haia de 1954, sobre a Proteção dos Bens Culturais em caso de Conflito Armado, que ficaria mais clara a posição da UNESCO quanto ao campo da preservação do patrimônio cultural. Diante das consequências geradas pelas duas Grandes Guerras Mundiais, essa convenção apontou que “os atentados perpetrados contra os bens culturais, qualquer que seja o povo a quem eles pertençam, constituem atentados contra o patrimônio cultural de toda a humanidade, sendo certo que cada povo dá a sua contribuição para a cultura mundial” (Conferência de Haia, 1954). Nesse momento, tornou-se clara a ideia de que simbolicamente um bem patrimonial não é de posse apenas da sua nação de origem, mas da humanidade.

De acordo com o mesmo documento, fica estabelecida a seguinte definição de bens culturais:

“a) Os bens, móveis ou imóveis, que apresentem uma grande importância para o patrimônio cultural dos povos, tais como os monumentos e arquitetura, de arte ou de história, religiosos ou laicos, ou sítios arqueológicos, os conjuntos de construções que apresentem um interesse histórico ou artístico, as obras de arte, os manuscritos, livros e outros objetos de interesse artístico, histórico ou arqueológico, assim como as coleções científicas e as importantes coleções de livros, de arquivos ou de reprodução dos bens acima definidos;

b) Os edifícios cujo objetivo principal e efetivo seja, de conservar ou de expor os bens culturais móveis definidos na alínea a), como são os museus, as grandes bibliotecas, os depósitos de arquivos e ainda os refúgios destinados a abrigar os bens culturais móveis definidos na alínea a) em caso de conflito armado;

c) Os centros que compreendam um número considerável de bens culturais que são definidos nas alíneas *a* e *b*, os chamados "centros monumentais".” (Conferência de Haia, 1954, 'p. 1)

Cabe destacar que, de acordo com a própria UNESCO, o ano de 1959 foi um marco para o início das ações efetivas de proteção a bens considerados de relevância universal com a construção da Represa de Assuã, no Egito, para não danificar ou perder por completo os templos de Abu, Simbel e Philae⁵. Tanto essa iniciativa liderada pela UNESCO quanto as cartas patrimoniais podem ser entendidas como continuidades de um

⁵ Abu Simbel é um sítio arqueológico constituído por dois templos de pedra localizados no sul do Egito. Os templos gêmeos foram originalmente esculpidos na montanha durante o reinado do faraó Ramsés II no século 13 a.C., como um monumento que homenageava o faraó e a sua rainha Nefertari. No entanto, o complexo foi transferido em sua totalidade em 1959, em uma colina artificial feita a partir de uma estrutura abobadada, acima da barragem de Assuão. A realocação dos templos, em que a UNESCO junto a comunidade internacional atuaram como lideranças nesse processo de preservação, era necessário para evitar ser submerso durante a criação do Lago Nasser, o reservatório de água artificial maciça formada após a construção da barragem de Assuão no Rio Nilo.

sistema internacional de patrimônio em construção, tendo reflexo nos documentos produzidos ao longo de todo o século XX.

Dando continuidade a preocupação com o tema da conservação e restauração de bens foi elaborada, em 1964, a Carta de Veneza. Resultado do II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos⁶, a Carta de Veneza se voltou especificamente a estabelecer critérios de conservação e de restauração de monumentos e sítios. Influenciada pelas Cartas de Atenas, em especial pela Carta de 1931, apresentou uma releitura do papel dos procedimentos de restauração que vigoraram na década de 30. Além de priorizar o caráter histórico e artístico do monumento, sem a eliminação de estilos de quaisquer épocas, reconhecia o monumento histórico como obras que através dos tempos ganharam valor cultural e que deram significação identitária a grupos sociais (CURY, 2004).

A partir das reflexões acerca do contexto mundial da época, arquitetos e restauradores envolvidos no II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos procuraram indicar que, antes de qualquer intervenção, fosse necessária uma análise mais detalhada do bem a ser preservado. Essa nova interpretação contribuiu, como foi visto posteriormente nas outras cartas, para uma mudança importante nas bases dos processos de restauração feitos até aquele momento. O aspecto estético seria entendido pelo caráter artístico do bem enquanto o histórico seria pensado como produto da ação humana, inserido em um contexto temporal e regional. Segundo Beatriz Köhl:

“O que move as intervenções são questões de cunho cultural (aspectos estéticos, históricos, memoriais e simbólicos dos bens), científico (o conhecimento que as obras transmitem, nos vários campos do saber, sejam humanidades ou ciências naturais), e ético, por não se ter o direito de apagar os testemunhos de gerações passadas tidos como

⁶ Além da elaboração da Carta de Veneza foi criado, durante o II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos, o Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS), ligados à UNESCO. Atualmente, essa organização internacional tem como uma de suas atribuições principais o aconselhamento no que se refere aos bens considerados de Patrimônio Cultural da Humanidade.

relevantes, e de privar o presente e as gerações futuras de bens portadores de elementos identitários (aspectos memoriais e simbólicos), além da possibilidade de conhecimento que eles podem transmitir. Assim, deixam de serem prevalentes as questões de ordem prática, apesar de sempre presentes, e passam a ter caráter indicativo, mas não, determinante. São empregadas como meios de preservar, mas não como a finalidade, em si, da ação.” (KÜHL, 2010, p. 296)

A partir do enfoque mais crítico aos procedimentos de restauração estabelecidos, a Carta de Veneza buscou construir um plano internacional de conservação e restauração dos monumentos que valorizasse a interdisciplinaridade na definição de monumento histórico e na sua preservação. As atividades de restauração passariam a ser pensadas de modo mais abrangente, como apresenta Beatriz Kühl:

“A intervenção deve seguir princípios fundamentais (e não, regras) que norteiam o campo da restauração como um todo, derivados das razões por que se preserva, e que devem embasar o código de conduta dos profissionais envolvidos na área. O intuito é afastar o restauro de um empirismo pedestre e vinculá-lo ao pensamento crítico e científico do momento em que é feita a intervenção. A atuação, em vez de partir, como ocorria antes, de uma via empiricamente induzida a partir do objeto, passa a ser pautada numa via deduzida a partir de fundamentação ética e científica, voltada a todos os tipos de manifestação cultural, para depois abordar as particularidades de cada obra.” (KÜHL, 2010, p. 296)

As reconstruções, que predominavam anteriormente, passariam a dar lugar ao caráter de documento histórico dos bens culturais. Com isso, qualquer tentativa de refazer um bem poderia ser entendida como falsificação. Todavia, a modificação que tivesse por finalidade substituir partes faltantes deveria ser integrada harmoniosamente ao conjunto, sem com isso, promover qualquer tipo de falsificação daquele documento artístico e histórico.

A questão do restauro era tão fundamental no corpo do texto do documento que o tema da ambiência não ganha espaço, sendo destacados os procedimentos de conservação de monumentos e conjuntos arquitetônicos que respeitassem seus elementos

representativos de diferentes épocas. Nesse sentido, observa-se a ampliação do papel das atividades de conservação do monumento, que deveriam estar afinadas com as demandas sociais do presente, como é possível observar no art. 5:

“A conservação dos monumentos é sempre favorecida por sua destinação a uma função útil à sociedade; tal destinação é, portanto, desejável, mas não pode nem deve alterar a disposição ou a decoração dos edifícios. É somente dentro destes limites que se deve conceber e se pode autorizar as modificações exigidas pela evolução dos usos e costumes.” (Carta de Veneza, 1964, p. 2)

O esforço em pensar a relação entre o bem e a paisagem circunvizinha seria apresentado na Recomendação de Paris, escrita dois anos antes durante a Conferência Geral da UNESCO para a Educação, a Ciência e a Cultura. Esse documento anterior procurou recomendar aos Estados-membros normas e medidas jurídicas que incorporassem a proteção das paisagens e dos sítios com o planejamento de seus territórios. Ademais, procurou estimular a criação de órgãos governamentais, e de apoio não governamental, encarregados da proteção da natureza, do fomento ao turismo e às organizações da juventude (Recomendação de Paris, 1962, p. 2).

A Recomendação de Paris de 1962 deixou nítida a preocupação em conter os reflexos negativos do desenvolvimento industrial nas sociedades modernas. Tais ameaças não se restringiriam apenas as paisagens e sítios naturais, mas também ao espaço urbano, como é possível observar no trecho abaixo:

“A salvaguarda não deveria limitar-se às paisagens e aos sítios naturais, mas estender-se também às paisagens e sítios cuja formação deve, no todo ou em parte, à obra do homem. Assim disposições espaciais deveriam ser tomadas para assegurar a salvaguarda de algumas paisagens e de determinados sítios, tais como as paisagens e sítios urbanos, que são, geralmente, os mais ameaçados, especialmente pelas obras de construção e pela especulação imobiliária. Uma proteção especial deveria ser assegurada às proximidades dos monumentos (grifo nosso).” (Recomendação de Paris, 1962, p. 3)

No Brasil, esse documento se mostrou complementar às demandas dos órgãos de preservação, em especial, a Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

(DPHAN)⁷, que procurou estabelecer algumas mudanças de perspectiva nas propostas de conservação do patrimônio nacional (FONSECA, 2005. SANT’ANNA, 2004). Nota-se, a partir das décadas de 1950 e 1960, o estreitamento das relações entre DPHAN e UNESCO quanto à cooperação técnica e financeira do último para auxiliar e definir novas diretrizes a respeito da proteção dos monumentos, paisagens e sítios no Brasil (LEAL, 2008).

A vinda de Michel Parent, inspetor técnico do Serviço Principal de Inspeção dos Monumentos e de Inspeção de Sítios na França, financiado pela UNESCO pode ser destacada pelo ineditismo dessa ação no Brasil, mas principalmente por ilustrar a convergência nas formas de pensar as atividades de preservação nos organismos nacional e internacional. O relatório produzido por Parent⁸ marca a ênfase no turismo “como atividade de promoção, desenvolvimento e sustento do patrimônio cultural” (LEAL, 2008, p. 15). Paralelamente, temas como planejamento urbano e desenvolvimento econômico são apresentados em igual relevância, sendo partes de uma proposta de plano de desenvolvimento a ser considerada pelo governo brasileiro (LEAL, 2008).

Na Recomendação de Paris de 62 os bens móveis ou imóveis eram apresentados como elementos que contribuíam para a compreensão e identificação cultural de cada povo e para o cenário internacional. Dando sequência a mesma linha de pensamento apresentada nas cartas anteriores, ficaria a cargo de cada Estado-membro proteger seu patrimônio com a finalidade de conter a exportação, a importação ou a transferência de propriedade ilícita. Por bens culturais eram entendidos:

“(…) os bens móveis e imóveis de grande importância para o patrimônio cultural de cada país, tais como as obras de arte e de arquitetura, os manuscritos, os livros e outros bens de interesse artístico, histórico e arqueológico, os documentos etnológicos, os espécimes-tipo da flora e da fauna, as coleções científicas e as coleções importantes de livros e

⁷ A partir de 1970, a Diretoria de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (1946 a 1970) foi transformada em IPHAN.

⁸ PARENT, Michel. *Protection ET mise em valeur Du patrimoine culturel brésilien dans Le cadre Du développement touristique et économique*. Paris: UNESCO, 1968, Biblioteca Noronha Santos e Arquivo Central do IPHAN/Seção Rio de Janeiro – AA01/Módulo 066/Caixa 0076/P. 0246. Tradução de Rejane Maria Lobo Vieira.

arquivos, incluindo os arquivos musicais.” (Recomendação de Paris, p. 2, 1962).

Dessa maneira, produção de inventário dos bens, instituições de proteção, acordos internacionais, restituição de bens e ação educativa seriam medidas que viriam contribuir para ampliar a própria concepção de patrimônio cultural. Ficou reconhecida ainda a necessidade de participação efetiva de cada Estado-membro na proteção e na conscientização a respeito dos bens culturais que compõem seu acervo patrimonial. Com isso, seria da competência de cada Estado estabelecer os critérios para definir e determinar a importância de um bem cultural para dar início ao processo de conservação do mesmo.

Ademais, ficou sugerida a criação de órgãos adequados que instituíssem um serviço nacional para a proteção de bens culturais, para além do órgão federal já existente desde 19. Entre as competências desses órgãos estaria a inscrição dos bens em um inventário nacional, sem que fosse alterada sua propriedade legal.

“Cada Estado-Membro deveria providenciar para que a proteção dos bens culturais estivesse sob a responsabilidade de órgãos oficiais adequados e, se necessário, deveria instituir um serviço nacional para a proteção dos bens culturais. Ainda que a diversidade de disposições constitucionais e de tradições e a desigualdade de recursos impossibilitem a adoção por todos os Estados-Membros de uma organização uniforme (...).” (Recomendação de Paris, p. 3, 1962)

I.3 – Desenvolvimento econômico e planejamento urbano: novos usos para o patrimônio cultural

Em 1968, a Reunião sobre Conservação e Utilização dos Monumentos e Sítios de Interesse Histórico e Artístico da Organização dos Estados Americanos (OEA) resultou na recomendação chamada Normas de Quito. Nesse documento é possível observar uma preocupação com o processo de abandono pelo qual passavam os acervos de bens culturais dos países que compunham a organização. Segundo o mesmo, em função da

persistente fragilidade nos processos de crescimento econômico-social de boa parte dos países do continente americano, as atividades de conservação de bens culturais se encontrariam bastante limitadas:

“Grande número de cidades ibero-americanas que entesouravam, num passado ainda próximo, um rico patrimônio monumental, evidência de sua grandeza passada – templos, praças, fontes e vielas, que, em conjunto, acentuavam sua personalidade e atração -, têm sofrido tais mutilações e degradações no seu perfil arquitetônico que se tomam irreconhecíveis. Tudo isso em nome de um mal entendido e pior administrado progresso urbano.” (Normas de Quito, 1967, p. 3)

Em contrapartida, as Normas de Quito apresentaram propostas quanto à utilização do acervo patrimonial como parte do incremento econômico nas áreas de poucos recursos dos países da América Latina. Por conta disso, para Pedro César e Beatriz Stigliano (CÉSAR e STIGLIANO, 2010) há um forte discurso ideológico de valorização dos elementos culturais da região.

O continente americano era compreendido, no documento, como uma região com relevantes acervos arquitetônico e artístico decorrentes das histórias desses países, marcados por intensos processos de colonização e conflitos com as inúmeras manifestações locais. Por apresentarem trajetórias históricas similares, marcadas por acontecimentos políticos e sociais que comprometeram suas atividades econômicas, o documento aponta a preservação de bens arquitetônicos e culturais como uma via capaz de sanar esse histórico de rupturas e crises presentes nas histórias dos países americanos.

Apesar do investimento em infraestrutura, que posteriormente acarretou no surgimento de cidades e portos para essas áreas, o legado da colonização aos países da América Latina foi um crescimento voltado às demandas econômicas, com pouca preocupação e respeito em preservar tanto os conjuntos arquitetônicos característicos do início da história das cidades como também dos que representava o período anterior à colonização.

Nas Normas de Quito a necessidade em conciliar desenvolvimento urbano com proteção de bens culturais se tornou um dos principais pontos acerca das discussões sobre o futuro das cidades. As atividades de preservação estariam, assim, atreladas a temas

como qualidade de vida dos moradores nas regiões urbanas e no entendimento dos monumentos como recursos econômicos (CURY, 2004). Consequentemente, ficou entendido que as áreas circunvizinhas deveriam ganhar atenção, já que são fundamentais para dar sentido histórico aos monumentos e contribuir para sua valorização:

“É preciso destacar que, em alguma medida, a área de implantação de uma construção de especial interesse toma-se comprometida por causa da vizinhança imediata ao monumento, o que equivale a dizer que, de certa maneira, passará a ser parte dele quando for valorizado. As normas protecionistas e os planos de revalorização tem que estender-se, portanto, a todo o âmbito do monumento.

De outra parte, a valorização de um monumento exerce uma benéfica ação reflexa sobre o perímetro urbano em que se encontra implantado e ainda transborda dessa área imediata, estendendo seus efeitos a zonas mais distantes. Esse incremento de valor real de um bem por ação reflexa constitui uma forma mais valia que há de se levar em consideração.

É evidente que, na medida em que um monumento atrai a atenção do visitante, aumentará a demanda dos comerciantes interessados em instalar estabelecimentos apropriados a sua sombra protetora. Essa é outra consequência previsível da valorização e implica a prévia adoção de medidas reguladoras que, ao mesmo tempo em que facilitem e estimulem a iniciativa privada, impeçam a desnaturalização do lugar e a perda das finalidades primordiais que se perseguem.

Do exposto se depreende que a diversidade de monumentos e edificações de marcado interesse histórico e artístico situadas dentro do núcleo de valor ambiental se relacionam entre si e exercem um efeito multiplicador sobre o resto da área, que ficaria revalorizada em conjunto como consequência de um plano de revalorização e de saneamento de suas principais construções.” (Normas de Quito, 1967, p. 6)

Ao tomar como exemplo os casos latino-americanos, as Normas de Quito entenderam que seria de responsabilidade dos governos instituir políticas de proteção que valorizassem o patrimônio de modo a trazer benefícios econômicos por meio de

investimentos da iniciativa privada e do desenvolvimento turístico nas regiões, trazendo novos usos ao mesmo e não apenas se utilizando do seu “valor intrínseco”⁹, ou seja, acreditam nesse momento ainda na existência de um valor histórico original:

“Do ponto de vista exclusivamente turístico, os monumentos são parte do equipamento de que se dispõe para operar essa indústria numa região determinada, mas na medida em que o monumento possa servir ao uso a que se lhe destina já não dependerá apenas de seu valor intrínseco, quer dizer, da sua significação ou interesse arqueológico, histórico ou artístico, mas também das circunstâncias adjetivas que concordam para ele e facilitem sua adequada utilização. Daí que as obras de restauração nem sempre sejam suficientes, por si só, para que um monumento possa ser explorado e passe a fazer parte do equipamento turístico de uma região. Podem ser necessárias outras obras de infraestrutura, tais como um caminho que facilite o acesso ao monumento ou um albergue que aloje os visitantes ao término de uma jornada de viagem. Tudo isso, mantido o caráter ambiental da região.” (Normas de Quito, 1967, p. 8)

Na primeira metade da década de 1960, as recomendações internacionais valorizaram os procedimentos de conservação de monumentos e conjuntos arquitetônicos a fim de manter o caráter de documento presente nos bens tombados e já começavam a destacar nas discussões o lugar da proteção das paisagens e dos sítios com seus territórios a fim de conter as consequências do desenvolvimento industrial. Esse novo olhar sobre as atividades de proteção dos monumentos, privilegiando a continuidade nas ações de conservação do bem e de sua relação com as áreas circunvizinhas, aproximou o campo do patrimônio de projetos de planejamento regional.

Se apropriando da noção de que caberia ao Estado ser responsável pela identificação e manutenção dos bens culturais nacionais, presente na Carta de Veneza, de

⁹ A noção de “valor intrínseco” mencionada representa uma concepção essencialista, que considera o monumento como uma propriedade essencial e não contingente, e que ganhou espaço no campo da conservação e restauração. Mais recentemente, no campo do patrimônio, passou a ser considerada a perspectiva que enfatiza os valores atribuídos que revestem de significados os bens patrimoniais. Uma análise mais aprofundada sobre a questão se encontra no ensaio: ALONSO, Isabel Villaseñor. “El valor intrínseco del patrimonio cultural: ¿una noción aún vigente?” In: *Intervención*, ano 2, n. 3, Janeiro-Junho/2011.

1964 e na Recomendação de Paris, de 1962, as Normas de Quito ressaltaram a importância do valor econômico dos bens culturais. Ou seja, as atividades de preservação de iniciativa estatal teriam também como objetivo contribuir para o desenvolvimento socioeconômico dos países localizados no continente americano.

No Brasil, durante os governos de Getúlio Vargas e de Juscelino Kubitschek, nos anos 1950, houve grande investimento na indústria nacional e abertura do capital estrangeiro para financiamento, principalmente, da construção de uma infraestrutura como rodovias, hidrelétricas e aeroportos (FERREIRA e DELGADO, 2003). A ideia de que o país estava a caminho de ser uma nação moderna alcançou também aspectos da vida cultural e social da época.

No campo do patrimônio, buscou-se preservar e valorizar bens e conjuntos arquitetônicos em função do desenvolvimento econômico que, conseqüentemente, seria de interesse público. A relevância da área aparece distinta do significado utilizado na década de 30, quando interesse público do primeiro governo de Getúlio Vargas aparecia como referência à construção da identidade nacional (LEAL, 2008. p. 16).

Durante a década de 1970 foram produzidas importantes recomendações, internacionais e nacionais, para o campo da preservação. Esse período ficou marcado por esforços em instituir o lugar da cultura nas políticas estatais, ampliando a política cultural existente e incorporando preocupações vinculadas às áreas de saúde, educação, habitação, entre outros.

O campo da cultura, consolidado ao longo dos anos 1970, passou a ser considerado como mais um fator de desenvolvimento econômico pelo Estado. Seu incentivo financeiro às atividades culturais e de preservação patrimonial expunham o reconhecimento do potencial simbólico das atividades e sua possibilidade de estabelecer um novo espaço no mercado (MICELI, 1985).

A intervenção do Estado nas atividades culturais também refletia as dificuldades financeiras pelas quais passavam produtores e especialistas envolvidos no mercado de bens culturais. Em contrapartida, a maior atuação estatal na área cultural gerou muitas críticas de grupos de intelectuais e artistas envolvidos acerca de seus conteúdos e orientações, como se pode observar na análise de Sérgio Miceli:

“(…) a atuação governamental no campo da produção cultural caracterizou-se por uma postura eminentemente reativa e defensiva, estando muito aquém do ritmo de desenvolvimento logrado em outras áreas de investimento social privilegiadas pelo poder público. Ao contrário do que se costuma dizer, a atitude oficial consistiu em marcar sua presença e intervir de modo consistente sobre os rumos da atividade intelectual e artística erudita, deixando os gêneros e veículos mais rentáveis como "reserva" cativa da iniciativa privada.

Ainda dentre esses condicionantes de ordem conjuntural, o *marketing* do regime constituiu-se decerto na motivação decisiva das políticas públicas adotadas na área cultural.” (MICELI, 1985, p.2)

O campo da cultura – que incluía o campo da preservação do patrimônio arquitetônico e cultural nacional – passou a ser um espaço que abrigava agentes de diferentes, e em algumas vezes divergentes, interesses sociais e políticos. O crescimento não só de instituições vinculadas ao campo da cultura como o aumento da importância dessa área no cenário político brasileiro proporcionou uma mudança significativa nas políticas de preservação, que passavam o papel governamental dessas ações.

Dentro desse quadro foi elaborado, em abril de 1970, o Compromisso de Brasília, resultado do 1º Encontro dos Governadores de Estado, Secretários Estaduais da Área Cultural, Prefeitos de Municípios Interessados, Presidentes e Representantes de Instituições Culturais. Nele houve o esforço em reunir autoridades e políticos das instâncias municipal, estadual e federal para pensar na estruturação institucional e financeira do campo da cultura para a proteção de bens culturais.

Em 1971, durante o II Encontro de Governadores para a Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Natural do Brasil, subsidiado pelo Ministério da Educação e Cultura e pelo IPHAN, foi firmado o Compromisso de Salvador. Nesse documento ficou sugerida a criação de leis voltadas à ampliação das ações e dos usos de bens tombados. O destaque ao conceito de ambiência e a necessidade de uma legislação complementar que tratasse do tema, estendendo a visibilidade dos bens e conjuntos tombados.

No Compromisso de Salvador, ficou estabelecido que o desenvolvimento do turismo estimulasse a criação de planos estaduais que visassem à preservação e valorização de monumentos naturais e de valor cultural, especialmente protegidos por lei. Recomendou-se, ainda, que “governos estaduais promovam, através de órgão competente, e elaboração de calendário das diferentes festas tradicionais e folclórica, dando igualmente inteiro apoio à realização de festivais, exposições ou apresentações que visem difundir e preservar as tradições folclóricas de seus respectivos Estados.” (Compromisso de Salvador, 1971, p. 3).

Nota-se nos documentos de 1970 e 1971, especialmente no segundo, um esforço entre alguns representantes federais e estaduais, e de intelectuais ligados ao campo do patrimônio, de estender aos governos estaduais “a responsabilidade da administração das cidades consideradas monumento nacional, para fins de atendimento da legislação específica” (Compromisso de Salvador, 1971, p. 4). De acordo com Gérard Monnier¹⁰, essa iniciativa proporcionou um deslocamento dos dispositivos de gestão e controle dos bens patrimoniais, estabelecendo “novas relações com o público na esfera de comunicação da administração, e também na formação e nas indústrias de entretenimento” (MONNIER, 2008, p. 49). Ainda segundo Gérard Monnier, a colaboração entre Estados e governo federal ressaltaria as iniciativas locais que seriam as únicas capazes de identificar a proximidade de recursos complementares e colocá-los em prática.

Além da preocupação em elaborar e definir normas técnico-jurídicas para controle de atividades de conservação comuns aos Estados e municípios da federação, o campo do patrimônio brasileiro se voltou a refletir sobre a relação das atividades de preservação no contexto sócio-espacial contemporâneo. Nesse sentido, o Documento sobre Restauração ou Carta do Restauo, divulgada pelo Ministério de Instrução Política da Itália em 1972, contribuiu para enriquecer o debate sobre a necessidade de diversos estudos acerca do tecido urbano, aspectos tipológicos, eventuais acréscimos ou modificações e demais aspectos antes de ser iniciado qualquer tipo de intervenção no bem ou obra de arte.

10 MONNIER, Gérard. “O patrimônio construído do século XX: memória, história, território” In: *Um olhar contemporâneo sobre a preservação do patrimônio cultural material*. BENCHETRIT, Sarah, BEZERRA, Rafael e CARVALHO, Claudia (Org.). Museu Histórico Nacional: Rio de Janeiro. 2008.

No documento italiano foi destacada a importância de tornar mais abrangente a concepção de bens culturais a serem conservados, comportando monumentos arquitetônicos e obras artísticas a expressões culturais identificadas como de origem popular. Dessa maneira, as normas apresentadas se voltariam a estabelecer os limites e as competências dos procedimentos de conservação tanto do bem quanto de seu entorno, como se pode observar no art. 8 do Documento sobre Restauração:

“Art. 8º – Qualquer intervenção na obra ou no seu entorno, para os efeitos do disposto no Art. 4º, deve ser realizada de tal modo e com tais técnicas e materiais que fique assegurado, que no futuro, não ficará inviabilizada outra eventual intervenção para salvaguarda ou restauração. Além disso, qualquer intervenção deve ser previamente estudada e justificada por escrito (último parágrafo do artigo 5º) e deverá ser organizado um diário de seu desenvolvimento, a que se anexará a documentação fotográfica de antes, durante e depois da intervenção. Serão documentadas, ainda, todas as eventuais investigações e análises realizadas com o auxílio da física, da química, da microbiologia e de outras ciências. De toda essa documentação haverá cópia no arquivo da superintendência competente e outra cópia será enviada ao Instituto Central de Restauração.

No caso das limpezas, se possível em lugar próximo à zona interventora, deverá ser deixado um testemunho do estado anterior à operação, enquanto que no caso de adições, as partes eliminadas deverão, sempre que possível, ser conservadas ou documentadas em um arquivo-depósito especial das superintendências competentes.” (Carta do Restauo, 1972, p. 3)

Ao longo do documento, fica nítida a preocupação em estabelecer os procedimentos adequados a serem adotados nos processos de manutenção ou restauração e de impedir possíveis falsificações ou alterações no bem ou conjunto arquitetônico. No Art. 8º, era preciso que todo projeto de restauração apresentasse um estudo do bem a ser preservado, mas também da sua localização, do seu lugar no espaço urbano e de possíveis acréscimos ou demolições.

Tais orientações técnicas, sobre o processo de restauração em diferentes categorias, direcionariam a produção de levantamentos cartográficos, bibliográficos e fotográficos por equipes técnicas responsáveis pelos procedimentos de preservação. O maior conhecimento sobre o bem a ser preservado e sua área circunvizinha asseguraria a possibilidade do acompanhamento contínuo dos bens através da produção de inventários, o que levaria a adoção de uma postura preventiva nas atividades de preservação. Outra iniciativa que procurava assegurar a manutenção dos bens seria a possibilidade de novas utilizações, sem que houvesse prejuízo aos interesses histórico-artísticos do mesmo (Carta do Restauero, 1972, p. 8).

Nesse sentido, no Anexo D da Carta do Restauero são apresentados os aspectos a serem considerados quanto à tutela dos centros históricos, ampliando a noção de preservação nesses espaços ao reconhecer a necessidade de manutenção de estruturas viárias e adaptação a exigências da vida moderna, como descrito no trecho abaixo:

“A restauração não se limita, portanto, as operações destinadas a conservar unicamente os caracteres formais de arquiteturas ou de ambientes isolados, mas se estendem também à conservação substancial das características conjunturais do organismo urbanístico completo e de todos os elementos que concorrem para definir tais características.

Para que o conjunto urbanístico em questão possa ser adequadamente salvaguardado, tanto em relação a sua continuidade no tempo como no desenvolvimento de uma vida de cidadania e modernidade em seu interior, é necessário principalmente que os centros históricos sejam reorganizados em seu mais amplo contexto urbano e territorial e em suas relações e conexões com futuros desenvolvimentos; tudo isso, além do mais, com o fim de coordenar as ações urbanísticas de maneira a obter a salvaguarda e a recuperação do centro histórico a partir do exterior da cidade, através de um planejamento físico territorial adequado. Por meio de tais intervenções (a serem efetuadas com instrumentos urbanísticos), poder-se-á configurar um novo organismo urbano, em que se subtraíam do centro histórico as funções que não serão compatíveis com sua recuperação em termos de saneamento e de conservação.” (Documento sobre Restauração, 1972, p. 16)

Nesse documento foi destacada a importância da elaboração de estudo e planejamento exaustivos para a execução de projetos de restauração futuros. Ficaria recomendado, a todos os projetos de conservação, o conhecimento profundo sobre o contexto do espaço urbano em questão como também seus aspectos tipológicos e acréscimos ou modificações das construções. Pode-se observar, contudo, que o documento não chega a se aprofundar especificamente sobre a noção vizinhança do bem tombado.

Nota-se ainda uma preocupação em envolver vários atores nesse modelo de conservação proposto pelo documento, promovendo um processo de ampliação e mudança na gestão patrimonial que se aproximou às demais políticas de desenvolvimento. Além dos profissionais envolvidos, como arquitetos e historiadores, percebe-se a inclusão da iniciativa privada e comunidades, sem deixar de lado o protagonismo do Estado na elaboração das políticas de patrimônio (CASTRIOTA, 2007).

Durante a década de 70 foram produzidos documentos que contribuíram para o processo de mudança pelo qual passou o campo da conservação. As Normas de Quito, como observado acima, contribuíram para uma preocupação inicial sobre a relação entre desenvolvimento socioeconômico e reabilitação dos centros históricos, privilegiando a situação dos países do continente americano (CASTRIOTA, 2007). Posteriormente, outros documentos deram sequência à discussão, como o caso da Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, resultado da 17ª Conferência Geral das UNESCO, que ocorreu entre os meses de outubro e novembro de 1972.

Embora o documento tratasse especificamente sobre instituição e preservação do patrimônio mundial, cabe observar como alguns aspectos discutidos no texto abordam a questão da vizinhança de bens e conjuntos arquitetônicos. No trecho abaixo, por exemplo, são destacadas as consequências negativas dos processos de desenvolvimento socioeconômico, que acabam degradando ou destruindo bens e conjuntos arquitetônicos:

“Constatando que o patrimônio cultural e o patrimônio natural estão cada vez mais ameaçados de destruição, não apenas pelas causas tradicionais de degradação, mas também pela evolução da vida social e

econômica que as agrava através e fenômenos de alteração ou de destruição ainda mais importantes;

Considerando que a degradação ou o desaparecimento de um bem do patrimônio cultural e natural constitui um empobrecimento efetivo do patrimônio de todos os povos do mundo.” (Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, p. 1)

Já no artigo 5º, nota-se uma preocupação em serem estabelecidas políticas públicas que possam integrar proteção de bens com políticas públicas que privilegiem a instituição de novos usos aos mesmos. Ou seja, políticas que tenham a capacidade de preservar o bem e, ao mesmo tempo, estimular pesquisas científicas e planos de valorização regional:

“Com o fim de assegurar uma proteção e conservação tão eficazes e uma valorização tão ativa quanto possível do patrimônio cultural e natural situado no seu território e nas condições apropriadas a cada país, os Estados parte na presente Convenção esforçar-se-ão na medida do possível por:

a) Adotar uma política geral que vise determinar uma função ao patrimônio cultural e natural na vida coletiva e integrar a proteção do referido patrimônio nos programas de planificação geral;

b) Instituir no seu território, caso não existam, um ou mais serviços de proteção, conservação e valorização do patrimônio cultural e natural, com pessoal apropriado, e dispor dos meios que lhe permitam cumprir as tarefas que lhe sejam atribuídas;

c) Desenvolver os estudos e as pesquisas científicas e técnica e aperfeiçoar os métodos de intervenção que permitem a um Estado enfrentar os perigos que ameaçam o seu patrimônio cultural e natural;

d) Tomar as medidas jurídicas, científicas, técnicas, administrativas e financeiras adequadas para a identificação, proteção, conservação, valorização e restauro do referido patrimônio;

e) Favorecer a criação ou o desenvolvimento de centros nacionais ou regionais de formação nos domínios da proteção, conservação e

valorização do patrimônio cultural e natural e encorajar a pesquisa científica neste domínio.” (Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, p.3)

Na mesma Convenção, a produção de inventário é apontada como um instrumento de localização e controle dos bens que contribui para a execução dessas metas, como nota-se no parágrafo 1º do Artigo 11, a seguir:

“Cada um dos Estados parte na presente Convenção deverá submeter, em toda a medida do possível, ao Comitê do Patrimônio Mundial um inventário dos bens do patrimônio cultural e natural situados no seu território e susceptíveis de serem inscritos na lista prevista no parágrafo 2 do presente artigo. Tal inventário, que não será considerado exaustivo, deverá comportar uma documentação sobre o local dos bens em questão e sobre o interesse que apresentam.” (Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, p.6)

Nesse sentido, a Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural de 1972 foi uma das muitas iniciativas da UNESCO que contribuíram para a ampliação do conceito de patrimônio. Um dos aspectos de maior relevância nesse documento foi a atribuição de um valor universal a bens ou conjuntos arquitetônicos que, até aquele momento, só tinham reconhecimento entre as comunidades de moradores e usuários de suas localidades. Com isso, o desenvolvimento de uma estrutura turística nessas regiões aparece como uma possibilidade de aproximar membros das comunidades com a criação de postos de trabalho gerados pelo turismo, estimulando-os a proteger e manter os atrativos locais.

Em 1975, designado como o Ano Europeu do Patrimônio Arquitetônico, foram elaborados o Manifesto de Amsterdã e a Declaração de Amsterdã. O primeiro documento, resultado do Congresso do Patrimônio Arquitetônico Europeu do mesmo ano, se dirigiu aos representantes dos Estados membros do Conselho da Europa¹¹. Nele, recomendava-se a adoção de “medidas de ordem legislativa, administrativa, financeira e

¹¹ Criado em 1949 em Estrasburgo, na França, o Conselho da Europa tem entre seus principais objetivos a defesa dos direitos humanos e concluir acordos à escala europeia para alcançar uma harmonização das práticas sociais e jurídicas em território europeu. Ver: http://www.dgpj.mj.pt/sections/relacoes-internacionais/copy_of_anexos/o-que-e-o-conselho-da4586/

educativas necessárias à implementação de uma política de conservação integrada do patrimônio arquitetônico e a desenvolver o interesse do público por essa política” (Manifesto de Amsterdã, 1975, p. 2).

Também oriunda do Congresso do Patrimônio Europeu, realizado em outubro de 1975 em Amsterdã, a Declaração de Amsterdã foi resultado da reunião de delegados¹² de 25 países europeus que consideraram a existência de elementos singulares e homogêneos na arquitetura europeia. Caberia aos Estados-membros cooperarem entre si e demais países europeus a fim de proteger construções arquitetônicas definidas como caracteristicamente européias, uma vez que caberia aos poderes locais a maioria das decisões importantes a respeito do planejamento urbano, tão caro à proteção do patrimônio arquitetônico.

De acordo com o documento, o termo “patrimônio” compreenderia “não somente as construções isoladas de um valor excepcional e seu entorno, mas também os conjuntos, bairros de cidades e aldeias, que apresentam um interesse histórico e cultural” (Declaração de Amsterdã, 1975, p. 2). Dessa maneira, a conservação de um bem ou de um conjunto patrimonial seria da competência de outras áreas responsáveis pelo planejamento e desenvolvimento urbano, em todas as esferas da administração pública.

Ao considerar os conjuntos arquitetônicos parte da formação identitária e territorial de uma região, os procedimentos de preservação deveriam adotar uma perspectiva global que completasse a proteção pontual dos monumentos e sítios isolados já existentes a partir da inclusão de todos os edifícios considerados de valor cultural. Para isso, era preciso estabelecer a “conservação integrada”, ou seja, um diálogo participativo mais eficaz que incluísse os três poderes nesses processos, além de um amplo canal de comunicação com a comunidade e seguimentos empresariais:

“Sabe-se que a preservação da continuidade histórica do ambiente é essencial para, manutenção ou a criação de um modo de vida a que permita ao homem encontrar sua identidade e experimentar um

12 Entre eles ministros, arquitetos, urbanistas, eleitos locais, funcionários, representantes de associações (CORRÊA, Marcus Vinícius de Miranda. *Cápsula do Tempo: Arqueologia da Arquitetura na Catedral Metropolitana de Manaus.*)

sentimento de segurança face às mutações brutais da sociedade: um novo urbanismo procura reencontrar os espaços fechados, a escala humana, a interpenetração das funções e a diversidade sociocultural que caracterizam os tecidos urbanos antigos. Mas descobre-se também que a conservação das construções existentes contribui para a economia de recursos e para a luta contra o desperdício, uma das grandes preocupações da sociedade contemporânea. Ficou demonstrado que as construções antigas podem receber novos usos que correspondam às necessidades da vida contemporânea. A isso se acrescenta que a conservação atrai artistas e artesãos bem qualificados, cujo talento e conhecimento devem ser mantidos e transmitidos. Finalmente, a reabilitação do habitar existente contribui para a redução das invasões de terras agrícolas e permite evitar ou atenuar sensivelmente os deslocamentos da população, o que constitui um benefício social muito importante na política de conservação.” (Declaração de Amsterdã, 1975, p. 3)

Em convergência ao exposto na Declaração de Amsterdã, o Manifesto de Amsterdã procurou estabelecer considerações que contribuíssem na elaboração de políticas de conservação que implicassem a integração do patrimônio na vida social e econômica. Com isso, é possível observar a ampliação da definição de bem patrimonial e de ambiência:

“Durante muito tempo só se protegeram e restauraram os monumentos mais importantes, sem levar em conta o ambiente em que se inserem. Ora, eles podem perder uma grande parte de seu caráter se esse ambiente é alterado. Por outro lado, os conjuntos, mesmo que não disponham de edificações excepcionais, podem oferecer uma qualidade de atmosfera produzida por obras de arte diversas e articulada. É preciso conservar tanto esses conjuntos quanto aqueles.” (Declaração de Amsterdã, 1975, p. 2)

Outro ponto comum entre os dois documentos é o destaque à definição de conservação integrada. De acordo com o Manifesto de Amsterdã, a conservação

integrada deve ser considerada um dos pressupostos do planejamento urbano e regional. Além disso, ela deverá “ter na maior conta o entorno existente, respeitar as proporções, a forma e a disposição dos volumes, assim como os materiais tradicionais” (Declaração de Amsterdã, 1975, p.3).

A reabilitação dos bairros antigos também recebeu bastante atenção no documento, uma vez que destacou a necessidade de manter ao máximo a composição social dos habitantes, mesmo após a conclusão dos procedimentos de preservação. Sendo o patrimônio arquitetônico de propriedade de todos os cidadãos, capaz de interferir na vida dos mesmos, a informação sobre o andamento dessas atividades ao público deveria ser obrigatória.

Produzido durante a 10ª sessão da Conferência Geral da UNESCO, em 1976, a Recomendação de Nairóbi deu continuidade às questões apresentadas nas cartas de 1975. O documento apontou a necessidade de incluir a preservação dos conjuntos históricos às iniciativas de planejamento urbano federal, estadual ou municipal, de modo a não apenas integrá-los no contexto urbano, como também servir de fundamento identitário para a comunidade:

“Considerando que os conjuntos históricos ou tradicionais constituem através das idades os testemunhos mais tangíveis da riqueza e da diversidade das criações culturais, religiosas e sociais da humanidade e que sua salvaguarda e integração na vida contemporânea são elementos fundamentais na planificação das áreas urbanas e do planejamento físico-territorial.

Considerando que, diante dos perigos da uniformização e despersonalização que se manifestam constantemente nessa época, esses testemunhos vivos das épocas anteriores adquirem importância vital para cada ser humano e para as nações que neles encontram a expressão de sua cultura e, ao mesmo tempo, um dos fundamentos de sua sociedade.” (Recomendação de Nairóbi, 1976, p. 1)

Nota-se, na passagem acima, a preocupação com o crescimento urbano desordenado que nem sempre proporcionaria perdas econômicas perceptíveis, mas acarretariam perdas sociais irreparáveis. Durante a década de 70, diante o desenvolvimento de novas tecnologias que contribuiriam para o crescimento da economia mundial, passou-se a questionar as consequências de tais mudanças tão profundas que influenciavam aspectos da vida cotidiana e, conseqüentemente, afetariam a relação da sociedade com as suas expressões culturais (HOBSBAWM, 1994, p. 395). Essa preocupação acabou se distinguindo daquela que valorizava a preservação de bens associada ao desenvolvimento do turismo, apresentado ao longo da década anterior.

Dessa maneira, o documento teve como objetivo ampliar e complementar normas e princípios internacionais anteriores, ao apresentar propostas relativas à “salvaguarda dos conjuntos históricos ou tradicionais e sua função na vida contemporânea” (Recomendação de Nairóbi, 1976.).

Na Recomendação de Nairóbi ficou estabelecida, diferentemente das cartas anteriores, a definição do termo ambiência. Segundo o documento, as condições da urbanização moderna levariam ao perigo real de perda ou os danos aos conjuntos históricos ou tradicionais e, indiretamente, de sua ambiência. Entendeu-se por ambiência “o quadro natural ou construído que influi na percepção estática ou dinâmica desses conjuntos, ou a eles se vincula de maneira imediata no espaço, ou por laços sociais, econômicos ou culturais” (Recomendação de Nairóbi, 1976, p. 3). Sua proteção deveria ser feita de acordo com o proposto abaixo:

“Os conjuntos históricos ou tradicionais e sua ambiência deveriam ser protegidos contra a desfiguração resultante da instalação de suportes, cabos elétricos ou telefônicos, antenas de televisão ou painéis publicitários de grande escala. Se já existirem, deverão ser adotadas medidas adequadas para suprimi-los. Os cartazes, a publicidade luminosa ou não, os letreiros comerciais, a sinalização das ruas, o mobiliário urbano e o revestimento do solo deveriam ser estudados e controlados com o maior cuidado, para que se integrem

harmoniosamente ao conjunto. Deveria ser feito um esforço especial para evitar qualquer forma de vandalismo.

Os Estados Membros e as instituições interessadas deveriam proteger os conjuntos históricos ou tradicionais e a sua ambiência contra os danos cada vez mais graves causados por determinados avanços tecnológicos, tais como quaisquer formas de poluição, através da proibição de se implantarem indústrias nocivas em sua proximidade e da adoção de medidas preventivas contra os efeitos destrutivos dos ruídos, dos choques e das vibrações produzidas contra as deteriorações provenientes de uma excessiva exploração turística.” (Recomendação de Nairóbi, 1976, p.9)

Além da preservação dos conjuntos históricos ou tradicionais e sua ambiência, a fim de conter as consequências do crescimento urbano desordenado, a carta indica que as atividades de proteção e restauração deveriam ser acompanhadas de atividades de revitalização. Ou seja, mais do que respeitar as atividades particulares dessas regiões, seria preciso estimular novas atividades compatíveis com o contexto social e econômico que, a médio e longo prazo, levassem retorno financeiro a região. Com isso, recomendou-se aos Estados membros, a adoção de uma política de proteção e revitalização que fosse parte do planejamento local ou nacional para garantir efetivamente a salvaguarda dos conjuntos históricos e suas ambiências (CURY, 2004). Tal iniciativa, aliada a medidas e recomendações expressas anteriormente, seriam elaborados os planos diretores municipais, que tiveram grande impacto no cenário patrimonial brasileiro durante a década de 70.

Ao longo desse capítulo foi possível observar como as cartas patrimoniais foram relevantes para o estímulo aos novos usos, tratamentos, mecanismos de preservação de bens e sobre a própria concepção de patrimônio. Na década de 30, as Cartas de Atenas ressaltaram a preocupação em estabelecer critérios comuns sobre os procedimentos de preservação dos bens.

Mantendo o diálogo com as recomendações anteriores, a Carta de Veneza, de 1964, apresentou em seu artigo 1º uma conceituação de monumento histórico, sendo ele “não só grandes criações, mas também as obras modestas, que tenham adquirido com o tempo, uma significação cultural”. O aspecto estético seria entendido não apenas pelo caráter artístico do bem, mas também pelo aspecto histórico, já que se trata de um produto da ação humana e inserido em um contexto temporal e regional.

A Carta de Veneza, ao reconhecer que os bens e conjuntos históricos seriam instrumentos relevantes na consolidação da identidade de um povo, além de sua função monumental, representariam diferentes épocas de sua história. Com isso, seria preciso refletir sobre as formas de preservação e restauração adotadas até o momento, passando a relacionar o bem com o contexto e a região em que se localiza.

Em decorrência do contexto da época e dos debates internacionais expressos nas cartas anteriores, nota-se, nesse momento, uma preocupação mais nítida em preservar o bem ou o conjunto de modo a garantir sua relevância artística e histórica, mas também, em alguns casos, de encontrar novos usos que trouxessem retorno financeiro ao setor do turismo e às comunidades circunvizinhas.

Essa perspectiva estimulou atividades relacionadas com o turismo, mas também destacou a importância de desenvolver projetos de planejamento urbano que tornassem os novos usos dos bens patrimoniais uma realidade possível. No primeiro caso, os setores empresariais apareceram como importantes agentes nos procedimentos de preservação e revitalização. Já no segundo caso, além do interesse econômico por trás dessas iniciativas, nota-se a preocupação dos órgãos de preservação, como o IPHAN, e alguns grupos envolvidos com organismos municipais em serem adotadas ações que estimulassem mais a participação das comunidades relacionadas aos bens a serem preservados, assim como a atuação dos poderes municipais por meio dos planos diretores.

Embora dialogasse constantemente com os acontecimentos e as demandas específicas do contexto nacional, o campo da preservação se manteve afinado às recomendações internacionais. Os projetos de preservação que serão tratados nos capítulos a seguir mostraram como na década de 1980 alguns aspectos presentes nas

recomendações internacionais aqui tratadas seriam incorporados nas iniciativas federais, como no IPHAN, e municipais, no caso do Rio de Janeiro.

II – Rio de Janeiro: crescimento urbano, desenvolvimento econômico e preservação

No capítulo anterior foi possível observar mudanças importantes ocorridas no campo da preservação do patrimônio, por meio da análise de recomendações internacionais, que em conjunto também são denominadas de cartas patrimoniais. Sem dúvida, as cartas patrimoniais podem ser valiosos instrumentos de análise do campo e da própria noção de patrimônio. Ademais, são de grande importância também para a compreensão da trajetória e da consolidação do campo da preservação no Brasil, que sempre se mostrou próximo às discussões e questões apresentadas nesses documentos internacionais.

O presente capítulo tratará da criação e do desenvolvimento do campo do patrimônio brasileiro, destacando aspectos políticos e econômicos que contribuíram com esse processo. Com base nessa análise inicial e na discussão empreendida no capítulo anterior, sobre a relevância das resoluções internacionais para o campo do patrimônio, serão observadas as políticas de preservação elaboradas durante a década de 1980 para a região central da cidade do Rio de Janeiro. Tomaremos o exemplo do Projeto Corredor Cultural para analisar as características principais apresentadas ao longo dos primeiros anos do projeto e a repercussão de sua aplicação pela imprensa escrita, que em alguns momentos entrava em desacordo com moradores e usuários das áreas circunscritas.

II.1 – Implantação e consolidação do campo do patrimônio brasileiro: a cidade do Rio de Janeiro como exemplo

Durante o período da Primeira República, o Rio de Janeiro, então sede do governo, foi palco de conflitos de interesses entre os poderes local e federal. De acordo com Sérgio Miceli (MICELI, 1984), nesse cenário de disputas políticas e de expansão

urbana que foram estabelecidas as atividades de preservação da cidade até 1960, quando deixou de ser capital da República.

Em meio a essa produção historiográfica recente, destaca-se o livro *Sinais trocados. O Rio de Janeiro e a República brasileira*, de Américo Freire (FREIRE, 2012). Nesse estudo, Freire afirmou que desde o final do Império já havia uma vontade por parte dos políticos cariocas, de organizar a cidade do Rio de Janeiro de modo mais autônomo frente ao poder central da Corte. Com a proclamação da República essas ideias ganharam força de modo a interferir profundamente na Lei Orgânica de 1891, que procurou estabelecer uma administração da sede do governo que atendesse os diferentes grupos e interesses políticos, criando órgãos de diferentes níveis e sem um “centro de gravidade política” (FREIRE, 2012, p. 33).

Nesse sentido, Américo Freire destacou o esforço para ser consolidada uma estrutura federativa no país, em que os Estados passariam a ter autonomia regional enquanto a federação seria a detentora da soberania nacional. As questões político-partidárias ficariam circunscritas, na medida do possível, aos limites dos Estados e a cargo de cada governador, sendo adotado, somente após a administração de Prudente de Moraes, um conjunto de proposições legais que reconhecessem a inteira subordinação do prefeito à presidência da República. Pode-se observar ainda, o estabelecimento da função político-administrativa do prefeito no sistema político, principalmente na cidade do Rio de Janeiro, como é possível observar na passagem sobre a gestão de Rodrigues Alves:

“O enorme sucesso político e popular da administração Pereira Passos comprovou que era possível governar a capital por meio dos instrumentos que foram aprovados na nova legislação do Distrito, segundo a qual um prefeito forte do ponto de vista administrativo e subordinado diretamente à presidência passaria a ser a principal figura política em meio ao esvaziamento dos órgãos legislativos (o Conselho Municipal e o Senado Federal).” (FREIRE, 2012, p. 36)

Durante a administração do Prefeito Pereira Passos¹³, afinado com os interesses federais liderados por Rodrigues Alves, a cidade do Rio de Janeiro se tornou um importante modelo do que se aspirava para a política urbana na Primeira República, percebendo os procedimentos de embelezamento urbano como instrumentos de atração para investimento estrangeiro. Segundo Nicolau Sevcenco (SEVCENCO, 1995), a influência do parâmetro estético das grandes cidades europeias, mas especificamente da capital francesa, trouxe consequências para a cidade do Rio de Janeiro, como é possível observar abaixo:

“O resultado mais concreto desse processo de aburguesamento intensivo da paisagem carioca foi a criação de um espaço público central na cidade, completamente remodelado, embelezado, ajardinado e europeizado, que se desejou garantir com exclusividade para o convívio dos ‘argentários’. A demolição dos casarões, a essa altura já quase todos transformados em pensões baratas, provocou uma verdadeira ‘crise de habitação’, conforme a expressão de Bilac, que elevou brutalmente os aluguéis, pressionando as classes populares todas para os subúrbios e para cima dos morros que circundam a cidade.”(SEVCENCO, 1995, p. 33)

Além dos aspectos arquitetônicos e estéticos, as mudanças sociais, políticas, econômicas e culturais nesse período ocorreram de modo bastante acelerado, o que refletiu no próprio ritmo de vida da sociedade carioca. Nesse momento foram introduzidos novos artefatos modernos, novos meios de transporte e de comunicação, da indústria nascente, do início da publicidade e da imprensa empresarial, como apontou Flora Süssekind (SÜSSEKIND, 1987) ao tratar do campo literário brasileiro no período anterior ao chamado movimento modernista:

“Esse horizonte técnico que serviria tantas vezes de interlocutor para a produção literária do período se define, por aqui, sobretudo a partir de fins da década de 80 do século XIX. E, passando pela ampliação da rede ferroviária (que em 1885 contava com 7.602 Km em exploração, 2.268

¹³ Francisco Pereira Passos foi Prefeito do Rio de Janeiro entre os anos de 1902 a 1906.

em construção e 5.060 em projeto), pelo uso da iluminação elétrica nos teatros (que começou a ser feito, graças a um gerador a vapor, pelo Teatro Lucinda, no Rio de Janeiro em 1887), pela adoção sistemática da tração elétrica nos bondes (o que fez a empresa Botanical Garden, no Rio, em 1894), pelo aparecimento dos primeiros balões e aeroplanos, pelo número crescente de automóveis em circulação nas grandes cidades do país (de 6 em 1903, na Capital, para 35 em 1906)” (SÜSSEKIND, 1987, p. 29).

As reformas urbanísticas implantadas no período foram entendidas por Jaime Benchimol (BENCHIMOL,1992) como um reflexo físico do processo de transição do sistema escravista para o capitalista que passava a cidade do Rio de Janeiro. Sendo assim, esses fatores influenciaram, com maior ou menor intensidade, a realização das reformas. Considerando que as obras foram desenvolvida a partir de uma ação conjunta entre os governos federal e municipal, Benchimol afirmou que:

“(…) a expropriação ou segregação de um conjunto socialmente diferenciado de ocupantes de um espaço determinado da cidade – modificado pela ação do Estado – e sua apropriação por outras frações de classe. Essa ‘transferência’ realizou-se por intermédio de mecanismos de expropriação e valorização acionados diretamente pelo Estado.” (BENCHIMOL, 1992, p. 245)

Em *Evolução Urbana do Rio de Janeiro*, Maurício Abreu também se voltou ao processo de renovação urbana pelo qual passou a então Capital Federal. Com intuito de entender o Rio de Janeiro atual, o autor investigou as raízes da sua estratificação espacial “núcleo-periferia” e o processo de hierarquização pelo qual passaram as regiões do Centro e da Zona Sul. Ao analisar o processo de crescimento urbano no Rio de Janeiro, afirmou que as políticas e os investimentos públicos, em parceria ou não com o capital privado, teriam privilegiado as áreas mais ricas da cidade. Tal situação acarretaria um crescente processo de “periferização”, que colocaria as áreas mais afastadas dos grandes centros com pouca oferta de serviços e capital:

“A cidade do Rio de Janeiro, e mais especificamente o seu núcleo, concentrou todos os recursos, muitas vezes aplicando em obras

suntuosas e de prestígio, sem reinvestir nada numa região onde não tinha responsabilidades políticas. O resultado foi um núcleo forte, cercado por uma periferia pobre e superpovoada, onde eram deixados todos os ônus para o antigo Estado do Rio, enquanto a Guanabara auferia todas as vantagens disponíveis.” (ABREU, 2009, p. 18)

O setor industrial apresentava crescimento expressivo, em especial no setor têxtil, o que dificultava a sua expansão nas áreas centrais do Rio de Janeiro. A solução encontrada foi a transferência das indústrias de grande porte para as regiões suburbanas. Com o aumento populacional, a expansão espacial da cidade e a redução de importações durante o período de conflito mundial foi preciso estimular fontes de abastecimento interno. O investimento em uma infraestrutura mínima nas regiões suburbanas seria uma medida fundamental. Contudo, as áreas com maior recebimento de capital ainda eram Zona Sul, em especial o recente bairro de Copacabana, e o Centro (ABREU, 2009). Essa última, entretanto, já sofria com o processo de favelização¹⁴ em morros e com o crescimento da população pobre em áreas habitacionais, antes ocupadas pela classe média e alta, desde os primeiros anos do século XX.

Esse processo de expansão urbana pelo qual passava o Rio de Janeiro se manteve expressivo ao longo das décadas seguintes, até meados dos anos 60. Entretanto, o crescimento espacial não foi acompanhado de investimento suficiente em melhorias ao transporte coletivo. O deslocamento não era feito apenas pelas indústrias e pela mão de obra que preencheria seus quadros de funcionários, mas também a região da zona sul que precisava satisfazer a demanda cada vez maior de força de trabalho, principalmente na área de serviços. De acordo com Maurício Abreu (ABREU, 2009):

“O período de 1930-1964 foi então uma época em que, se a população cresceu de maneira espetacular, o processo de estratificação geográfica

¹⁴ O conceito de “favelização” surgiu no bojo das discussões sobre o processo de ocupação urbana irregular, ganhando força em meados da década de 70, período de ascensão das temáticas social e cultural em diferentes áreas acadêmicas. A “favelização” é entendida, de acordo com essa interpretação e adotada por Maurício Abreu (ABREU, 2009), como um fenômeno urbano que se desenvolve com o crescimento sem planejamento. Ver: VALLADARES, Licia do Prado. **A invenção da favela: do mito de origem a favela.com**. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

se desenvolveu de forma mais ou menos ‘mascarada’ no espaço, e foi por este ajudado. Esta situação perdurou até meados da década de 1950. A partir dessa época, as contradições da ocupação do solo intensificaram-se bastante, exigindo resolução imediata. O aumento da densidade populacional da zona sul, a concentração, aí, de numerosos investimentos particulares, e a necessidade de diversificação das opções de reprodução do capital no nível da cidade como um todo, reduzem então a questão urbana a um ‘problema viário’, e passam a exigir uma transformação mais ampla da forma urbana. Uma transformação que seria comandada agora pelo transporte individual, símbolo máximo do processo de concentração de renda que então se intensificava no país.” (ABREU, 2009, p. 95)

Durante as décadas de 30 e 40, as transformações urbanas promoveram uma reconfiguração espacial no Rio de Janeiro, desde a ocupação populacional de regiões suburbanas até a expansão habitacional em bairros da zona sul, tendo em Copacabana seu principal foco. Tais mudanças não conseguiram, contudo, atingir a região central da cidade, que não chegou a apresentar o mesmo movimento de valorização e investimento imobiliário. Ao invés de edificações de arquitetura moderna, houve a substituição dos edifícios antigos por aqueles de estilo monumental. Essa região passou a receber investimentos de acordo com seu novo valor e significado, agora identificado como um lugar que representasse a personalidade do centro da capital federal.

Nesse contexto foi criado o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional¹⁵ (SPHAN) em 13 de janeiro de 1937 pela Lei nº 378, durante o governo de Getúlio Vargas. No campo institucional do patrimônio, ainda em seus primeiros passos, procurava-se definir um conjunto de bens que correspondessem ao patrimônio nacional, que representariam a memória nacional e legitimariam uma consciência individual de nacionalidade, como apresentou Márcia Sant’Anna (SANT’ANNA, 2004):

¹⁵ Hoje Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

“A função política e de representação inerente à organização monumental, e a função documental e cognitiva atribuída aos objetos do passado foram, portanto, integradas aos monumentos históricos e ao patrimônio nacional, ensejando toda uma produção discursiva e a adoção de procedimentos legais e práticos, com vistas à seleção, classificação, proteção e conservação dos bens nomeados. A excepcionalidade artística, uma ideia de monumentalidade, relacionada à beleza e à grandeza, e a vinculação à história nacional comandavam a escolha dos objetos e construtos que, por meio desse conjunto de discursos e procedimentos, seriam constituídos monumentos históricos e declarados patrimônios da nação.” (SANT’ANNA, 2004, p. 29)

Durante o período que coincidiu com a Segunda Guerra Mundial, outras preocupações tomaram o campo do patrimônio no cenário internacional. A destruição de cidades e o comprometimento de importantes monumentos europeus estimularam debates entre profissionais de diferentes áreas relacionadas à preservação e autoridades desses países a fim de estabelecer novos critérios para o campo.

A relevância de um monumento ou conjunto arquitetônico deixaria de ser apenas nacional, sendo também de interesse internacional, como foi possível observar no capítulo anterior com a criação de organismos e resoluções internacionais sobre o tema. Criou-se, como destacou Márcia Sant’Anna (SANT’ANNA, 2004), margem para incentivos ao turismo cultural e para agregar valor econômico ao bem cultural, como é observado na passagem abaixo:

“A extensão das práticas preservacionistas ao meio urbano consolidou-se na Europa por volta dos anos 30, ainda como um caráter pontual e marginal. De início, muito voltadas para a valorização da “moldura” urbana de grandes monumentos, ganharam corpo, após a Segunda Guerra, como reação às recomendações urbanas massificadas, e um novo alcance, a partir da década de 60, ao serem incorporadas às políticas de desenvolvimento urbano e habitacional. Ocorreu naquele momento a transformação da cidade em objeto patrimonial por excelência. Ao mesmo tempo, a disseminação, nos países europeus, de

uma conduta de preservação no seio do planejamento e da gestão urbana ampliou a inclusão do patrimônio no circuito da mercadoria.” (SANT’ANNA, 2004, p. 20)

Com a forte política de industrialização na primeira metade da década de 50, implantada já durante a administração de Juscelino Kubitschek, aumentou o êxodo rural que levou ao conseqüente crescimento da população urbana brasileira. Neste contexto de transformações urbanas, os problemas advindos da urbanização passaram a ganhar mais atenção, principalmente quanto à questão habitacional, com as moradias mais pobres e a acomodação de quem deixava o campo em busca de oportunidade nos centros urbanos.

Como apontaram alguns autores, Márcia Sant’Anna (SANT’ANNA, 2004) e Maurício Abreu (ABREU, 2009), o crescimento urbano ocorreu em meio a um quadro contraditório, que ampliava a desigualdade entre as regiões. De um lado, capitais e cidades de grande porte sofrendo crescimento acelerado por conta do processo de industrialização. De outro lado, cidades que sofriam com o esvaziamento e com as novas demandas. Em ambos os casos, houve reflexos importantes para o campo da seleção e gestão do patrimônio.

Embora tenha prevalecido uma perspectiva de preservação que valorizava a estética colonial, que se encontrava relacionada à tentativa de corroborar com elementos estéticos e arquitetônicos a construção de uma identidade nacional, com o passar dos anos ocorreram mudanças nas normas de preservação necessárias para a adequação da realidade de crescimento urbano da época. Durante sua fase inicial, como apontou Lia Motta (MOTTA, 2003), o IPHAN consolidou a arquitetura colonial como o principal referencial estético e estilístico para suas ações de preservação, tendo base os padrões de arquitetos legitimados como especialistas na seleção do patrimônio.

A arquitetura colonial serviu como elemento representativo para o projeto de construção nacional do Estado Novo e também para orientar as intervenções nos sítios urbanos, sendo enfatizadas suas características arquitetônicas. Nesse sentido, as ações de preservação continuavam a desconsiderar as especificidades presentes na dinâmica das

transformações urbanas que contribuíram para formação das construções modernas. De acordo com Márcia Sant’Anna (SANT’ANNA, 2004):

“O principal efeito do dispositivo de patrimônio era selecionar os bens que seriam postos a salvo da dinâmica de transformação urbana, mas, ao poupá-los, produzia, muitas vezes, sua desvalorização, abandono e destruição. Enfim, um efeito contrário que necessitava ser modificado e absorvido.” (SANT’ANNA, 2004, p. 27)

Michel Parent (PARENT, 1984), inspetor técnico do Serviço Principal de Inspeção dos Monumentos e de Inspeção de Sítios na França, que também contribuiu de maneira importante para o debate sobre as transformações patrimoniais, identificou que a ampliação da heterogeneidade e da degradação dos espaços, características das sociedades contemporâneas, contribuiria para a necessidade da incorporação de um processo de “conservação sistemática”. Tais mudanças trariam grandes consequências para o campo do patrimônio.

Como perito enviado pelo programa “Turismo Cultural” da UNESCO, Michel Parent fez duas visitas ao Brasil nos anos de 1966 e 1967 que tiveram como resultado a elaboração do relatório *Protection et mise en valeur du patrimoine culturel brésilien dans le cadre du développement touristique et économique* publicado em 1968 (PARENT, 1968). A partir das avaliações feitas pelo especialista francês, permeadas pelos debates tanto do contexto internacional político quanto institucional, foi possível observar a aplicação de ideias apresentadas na Recomendação de Paris, em 1962, quando se procurou estimular a criação de órgãos governamentais e de apoio não governamental, encarregados da proteção da natureza e de fomento ao turismo (Recomendação de Paris, 1962, p. 2).

É possível afirmar que as missões da UNESCO¹⁶ foram iniciativas inovadoras de reconhecimento dos problemas de conservação do patrimônio histórico e cultural nas

¹⁶ Durante a década de 1960 ocorreu uma série de visitas de peritos da UNESCO que, com o apoio do Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN) e do governo brasileiro, teve como objetivo a produção de relatórios. Mais tarde essas visitas seriam denominadas pelo IPHAN de “Missões da

grandes cidades que sofriam com os resquícios do processo de industrialização. Todavia, são poucas as análises historiográficas sobre o tema. Cabe apontar a documentação presente no Arquivo Central do IPHAN/ Seção Rio de Janeiro, intitulada “IPHAN/Assunto Internacionais/ UNESCO – Plano de Preservação de Conjuntos Urbanos”. Tal documentação está disposta em pastas que guardam cartas, ofícios, telegramas, recortes de jornais, programas de simpósios e congressos. Esse conjunto de documentos serve como um importante meio de compreensão dos objetivos, desenvolvimento e discussões em torno dessas ações, tanto pela UNESCO quanto pelo IPHAN.

Além dos relatórios, destaca-se o trabalho de Claudia Leal, intitulado *As missões da Unesco no Brasil: Michel Parent*, de 2008. Nesse estudo, a autora valorizou o ineditismo das missões, que procuraram pensar as ações de preservação de modo convergente ao incremento do turismo nas regiões analisadas, contribuindo para o avanço das economias em países em desenvolvimento.

Quase duas décadas depois de fazer parte do primeiro corpo técnico das missões empreendidas pela UNESCO, Michel Parent escreveu um artigo intitulado, *O futuro do patrimônio arquitetônico*, publicado na Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em 1984. Nesse artigo, procurou analisar criticamente as mudanças no campo do patrimônio desde a produção de seus primeiros relatórios.

Michel Parent (PARENT, 1984) afirmou que não seria possível ignorar que as ações de conservação se defrontam, mais que em qualquer outro período, com um desejo de mudança que se manifestava “em todos os níveis de pensamento, das mentalidades e da prática social, afetando inclusive o quadro da vida” (PARENT, 1984, p. 112). As práticas de conservação não deveriam confrontar com as práticas sociais. Entretanto, o autor reconheceu que ao longo da elaboração um projeto de preservação as diretrizes

UNESCO”. Além dos relatórios produzidos por Michel Parent, inúmeros outros estudos foram elaborados por peritos no mesmo período, sobre diferentes cidades, instituições e bens tombados no Brasil. Cabe citar, por exemplo, o trabalho do químico belga Paul Coremans analisado por Claudia Leal: LEAL, Claudia. **As Missões da Unesco no Brasil: Paul Coremans**. XXVI Simpósio Nacional de História – Anpuh, São Paulo, 2011.

definidas e objetivos específicos delimitados seriam específicos a determinado momento, mas logo se encontrariam na condição obsoleta em outro caso:

“Do mesmo modo, nessa efervescência de pensamentos e de ações relativos ao conjunto do patrimônio arquitetônico, do qual até então uma insignificante parcela integrava a dinâmica social (...) de um bairro deteriorado que de repente entra no jogo especulativo (...) o patrimônio arquitetônico é menos objeto de conservação do que lugar mesmo de mudança.” (PARENT, 1984, p.112)

Nota-se, entretanto, que ao longo da década de 1970 as discussões de âmbito nacional e internacional não chegaram a interferir de modo tão profundo nos critérios de seleção do patrimônio. Embora tenham sido incorporados outros procedimentos às práticas de preservação, com base em valores histórico, cultural e cognitivo, os aspectos estéticos e estilísticos, fundamentados na ideia de excepcionalidade, permaneciam fortes na memória social, “contribuindo para a reprodução dos métodos e procedimentos de trabalho empreendidos pelas instituições de preservação” (MOTTA, 2003, p. 131).

Durante os anos de 1969 a 1973, período conhecido como “milagre econômico” no país, o planejamento econômico da época esteve baseado nas novas possibilidades de empréstimos internacionais. Haveria, com isso, um aumento sensível na entrada de capital estrangeiro que contribuiu substancialmente para o crescimento industrial, em especial do setor automobilístico, e do consumo entre setores das classes alta e média. Por outro lado, o modelo adotado gerou uma situação de excessiva dependência do comércio e sistema financeiro internacional. Um dos principais aspectos negativos desse planejamento econômico foi uma redução significativa de investimentos em programas sociais pelo Estado (FERREIRA e DELGADO, 2003).

Dentro dessa perspectiva, segundo Márcia Sant’Anna, o campo da preservação acabou por sofrer as consequências da redução de investimentos e tomou como alternativa readaptar a gestão do patrimônio com medidas como a criação do Programa de Cidades Históricas (PCH), destacado por Márcia Sant’Anna:

“O Programa de Cidades Históricas – PCH, estruturado, à época, em consonância com a política então preconizada pelas agências multilaterais de desenvolvimento atuantes na América Latina, buscou promover esse aproveitamento através do turismo, aliando o patrimônio às políticas desenvolvimentistas do período. O programa induziu a criação dos órgãos estaduais de preservação, que passaram a compartilhar com o IPHAN a função de preservar o patrimônio brasileiro, mas a posição do organismo federal, em termos do comando das operações de seleção e salvaguarda do patrimônio, se manteve central.” (SANT’ANNA, 2004, p. 28)

A descentralização da gestão do patrimônio contribuiu para a criação de órgãos estaduais e municipais e, conseqüentemente, para um maior alcance sobre as especificidades culturais regionais, além de maior facilidade no envolvimento com atores locais e iniciativa privada (MONNIER, 2008, p. 51). No Rio de Janeiro foi criado, em 1965, o Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC), órgão subordinado a Secretaria de Estado de Cultura do governo do Estado.

Em 1969 foi criado o Conselho Estadual de Tombamento (CET), a partir de uma legislação estadual específica, originalmente do antigo Estado da Guanabara, pelo Decreto-Lei Estadual nº 2, de 11 de abril. O CET tem como função ser um órgão consultivo e de assessoramento que atua de maneira complementar ao INEPAC. O objetivo principal do órgão seria o tombamento de bens de interesse cultural e o pronunciamento de propostas de preservação de bens já protegidos¹⁷.

No âmbito municipal foi instituído, apenas em 1980, o Conselho Municipal de Proteção do Patrimônio Cultural do Rio de Janeiro, a partir da Lei 166 de 27 de maio. O CMPC ficou responsável por orientar o Prefeito nas decisões relativas aos atos de tombamento, como por exemplo, pronunciar-se quanto à demolição, no caso de ruína iminente, modificação, expedição ou renovação de licença para obra, afixação de anúncios, cartazes ou letreiro ou quanto à prática de qualquer ato que de alguma forma

¹⁷ <http://www.inepac.rj.gov.br/modules.php?name=Content&pa=showpage&pid=188>

altere a aparência, a integridade estética, a segurança ou a visibilidade de bem tombado pelo Município¹⁸.

II.2 – Corredor Cultural: uma proposta municipal de preservação para o Centro do Rio de Janeiro

No bojo das discussões empreendidas, por agentes vinculados a instâncias federais de preservação e de diversas áreas de interesse, como arquitetura, antropologia e planejamento urbano, sobre a necessidade de descentralização da gestão do patrimônio foi aprovado, pelo Decreto nº 1269 de 27 de outubro de 1977, um novo plano de urbanização¹⁹ para a cidade do Rio de Janeiro. A instauração do plano procurou identificar as condições de degradação e de falta de infraestrutura básica nos centros de bairros, criados sem planejamento.

Embora tenha se mantido como principal área econômica e comercial do Rio de Janeiro, o centro antigo da cidade sofreu com o esvaziamento habitacional ao longo da segunda metade do século XX. A expansão populacional, tratada por Maurício Abreu (ABREU, 2009), ocorria em grande parte nas regiões suburbanas e alguns bairros da zona sul, como Copacabana.

Buscando manter o uso econômico da região, a Prefeitura do Rio de Janeiro procurou desenvolver um projeto de preservação de sítios históricos a partir dos seus próprios meios. Ou seja, aplicando medidas oriundas do governo municipal com progressiva exposição na mídia e estímulo a projetos de parceria direta e indireta entre

¹⁸ <http://www0.rio.rj.gov.br/patrimonio/cmpe.shtm>

¹⁹ O primeiro plano urbanístico para a cidade do Rio de Janeiro foi estabelecido em 1875 e até 1977 muitos outros planos urbanísticos para a cidade foram elaborados e instituídos, como por exemplo, o Plano Agache nos anos 20 (e concluído na década de 1950). Ver: MELLO, Fernando Fernandes de. **A Zona Portuária do Rio de Janeiro: antecedentes e perspectivas**. Dissertação de Mestrado, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional – IPPUR, UFRJ: Rio de Janeiro, 2003.

Prefeitura e demais atores sociais. Augusto Ivan de Freitas Pinheiro²⁰ reconheceu nesse cenário um caminho para uma política de intervenção urbana:

“(…) que envolveu desde melhorias nos espaços públicos até parcerias público-privadas, acabou por desaguar num processo de contaminação positiva, consolidando um quadro de reabilitação urbana contagiante e fortemente enraizado no Centro do Rio, extrapolando as fronteiras da zona delimitada inicialmente como sítio histórico e se estendendo a quase toda a área central da cidade.” (PINHEIRO, 2004, p. 69)

Tal processo de recuperação dos bairros atingiu o centro comercial do Rio de Janeiro no início de 1979, com a aplicação inicial de legislação fiscal e de uso do solo para a região²¹. No mesmo ano, iniciado pela Secretaria de Municipal de Planejamento e Coordenação Geral da Prefeitura do Rio de Janeiro, foi implantado o Projeto Corredor Cultural, regulamentado somente pelo PA 10.290 PAL 38.871, de 14/07/83 e pela Lei n° 506, de 17/01/84, posteriormente modificada pela Lei n° 1139, de 16/12/87.

De iniciativa municipal, o Projeto Corredor Cultural foi o primeiro projeto de preservação para a área central da cidade que abrangeu as áreas da Lapa, Cinelândia, Largo da Carioca, Largo do São Francisco e SAARA. O projeto foi idealizado com o objetivo de promover ações de proteção e revitalização em parceria com moradores e usuários da região do Centro do Rio de Janeiro. Em seu artigo “A reabilitação urbana em processo”, escrito vinte anos após a criação do Corredor Cultural, Augusto Ivan Pinheiro destacou as quatro etapas em que foi dividido o projeto: de implementação, com a delimitação do quadro legal e institucional; de consolidação, com a materialização, aprofundamento, recuperação e conservação; de estruturação, com a incorporação dos

²⁰ Arquiteto e um dos responsáveis pela concepção do Projeto Corredor Cultural no Rio de Janeiro, Augusto Ivan Pinheiro também ocupou os seguintes cargos na Prefeitura do Rio de Janeiro: Subprefeito do Centro, entre 1993 e 2001, e de Secretário de Urbanismo, entre 2006 e 2008. Atualmente, integra a equipe da Empresa Olímpica Municipal do Rio de Janeiro, criada para planejar e monitorar ações relacionadas às Olimpíadas de 2016.

²¹ Com o Decreto n° 2216 de 20 de julho de 1979 ficaram estabelecidas condições de preservação ambiental, com vistas à revitalização da função cultural, em área do Centro da cidade do Rio de Janeiro, conforme o Plano Urbanístico Básico - PUB-RIO.

aspectos públicos e das melhorias; de integração, com a adesão de outros atores e outros processos (PINHEIRO, 2004, p. 72).

Na fase de sua concepção, ao longo do ano de 1979, foi criada a Câmara Técnica, liderada pela escritora Rachel Jardim e que contou com a participação de outros intelectuais cariocas, e a Equipe Técnica, formada por técnicos da Prefeitura Municipal que atuavam, majoritariamente, na Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação Geral. Sob a liderança de Augusto Ivan de Freitas Pinheiro, que também fazia parte do corpo da Prefeitura Municipal, a Equipe Técnica incorporou muito de suas visões sobre planejamento urbano que vigoravam na época (MACEDO, 2004).

O Corredor Cultural, de acordo com seus idealizadores, proporcionaria a elaboração de estratégias que combinassem atividades de preservação em conjuntos urbanos com ações voltadas à revitalização de atividades culturais e de recreação na região. Ademais, atentaria para grupos sociais presentes nessas áreas, procurando incorporá-los no processo de recuperação do patrimônio e planejamento (MACEDO, 2004).

Os recursos aplicados nas obras indicadas pelo Corredor Cultural viriam dos próprios proprietários dos imóveis que receberiam orientação para a execução de obras e acréscimos nas fachadas como, por exemplo, a colocação de letreiros. Em contrapartida, além do acompanhamento às obras, ficava prevista a isenção de impostos e taxas municipais²².

Com a finalidade de informar e popularizar as propostas do projeto foi elaborado pela Prefeitura do Rio de Janeiro em 1985, o manual do Projeto Corredor Cultural (RIOARTE/IPP, 2002) que destacou a importância da participação dos proprietários e locatários dos imóveis a serem recuperados, pois dependia de sua aceitação para a aplicação e o cumprimento dos instrumentos legais propostos. A criação de um manual,

²² Caso fossem restaurados, os imóveis que estivessem inseridos no Projeto do Corredor Cultural receberiam orientações sobre como proceder em caso de alterações futuras e isenção parcial, por exemplo, do pagamento do Imposto Predial Territorial Predial e Urbano (IPTU) e do ISS, tributo relativo ao pagamento de um valor em moeda ao município dos serviços prestados por pessoa física ou jurídica.

dirigido ao grupo anteriormente mencionado, procurou apresentar as intenções do projeto e sua legislação específica²³.

O Projeto de Alinhamento (PA) nº 10.290 foi regulamentado pelo Plano de Preservação Paisagística e Ambiental para as Áreas Consideradas de Interesse Histórico e Arquitetônico Localizadas no Centro da Cidade e aprovado pelo Decreto nº 4.141 de 14 de julho de 1983. O PA nº 10.290 procurou, a partir da elaboração de plantas, auxiliar os proprietários e locatários quanto à situação dos imóveis da região, destacando os seguintes pontos: perímetro do Projeto Corredor Cultural; a subdivisão em quatro áreas (Lapa - Cinelândia; Praça XV; Largo de São Francisco e imediações; SAARA); as subzonas de preservação, renovação e reconstrução; os espaços destinados às praças públicas e logradouros; os bens tombados e áreas de tutela; os gabaritos; os alinhamentos (RIOARTE/IPP, 2002).

A Lei nº 506 de 17 de janeiro de 1984 estabeleceu a Zona Especial do Corredor Cultural, aprovou o PA nº 10.290 e a PAL 38.871, definiu Subzonas sujeitas à preservação ambiental, reconstituição e renovação urbana, estabeleceu normas de usos dos imóveis²⁴ e instituiu a função do Grupo Executivo do Corredor Cultural, que vinculado ao Instituto Municipal de Arte e Cultural (RIOARTE), prestaria assistência e acompanhamento aos proprietários, locatários, usuários, arquitetos e construtores de imóveis do projeto e legislaria de acordo com temas expressos na lei.

O esforço em divulgar a proposta do projeto ficou claro com a ampla cobertura feita pelos meios de comunicação, em especial, nos jornais impressos da época. Na publicação *Os seis anos do Corredor Cultural em debate: a história jornalística do Corredor Cultural*, organizada pelo RIOARTE em 1989, é possível observar a forma que o projeto é apresentado e os impactos de suas primeiras ações entre moradores e usuários daquela região.

Em 1979, por exemplo, as reportagens se voltaram a apresentar o projeto e seus objetivos principais, como na matéria do Jornal do Brasil de 15 de dezembro daquele ano,

²³ PA nº 10.290 (Projeto de Alinhamento), PAL 28.871 (Projeto de Loteamento) e a Lei nº 506 de 17 de janeiro de 1984.

²⁴ Na Lei nº 506 de 1984 ficou proibida a construção de prédios com uso exclusivo de garagem.

intitulada “Fisionomia carioca”, em que era ressaltada a importância da recuperação do centro da cidade com o propósito de “defender, sobretudo, uma imagem da cidade que faz dela o pretexto para um extraordinário caldeamento sociocultural”.

Ainda no mesmo ano, foram publicadas as matérias “Rio apresenta projeto do Corredor Cultural”, na edição do Jornal O Globo, de 13 de dezembro, em que destaca a possibilidade de novas atividades e usos para a região, motivada pela participação técnica de intelectuais presentes na Câmara Técnica, como Rachel Jardim, Nélida Piñon, Artur da Távola e Sérgio Cabral. Já na matéria da edição de 25 de dezembro do Jornal do Brasil, intitulada “O centro volta a ser polo de atração do Rio”, é apresentada uma breve entrevista com Augusto Ivan Pinheiro, descrito como autor do projeto, na qual ele comenta sobre a importância do Corredor Cultural:

“(…) a imagem do progresso tem sido sempre associada à abertura de novas vias, de viadutos, e ao crescimento vertical. Esta imagem tem forte conteúdo ideológico, principalmente se observarmos a quem ela serve.

(…)

O Projeto Corredor Cultural não nega a necessidade de crescimento do centro da cidade, de qualquer forma inexorável. Visa sim, continua Augusto Ivan, compatibilizar este crescimento à necessidade de preservação dos espaços históricos e culturais e do próprio ambiente urbano.”(RIOARTE, 1989)

Nos anos seguintes, observa-se, a preocupação com o andamento do projeto e atividades vinculadas ao mesmo, como ilustra a reportagem “Isenção de impostos a prédios de valor histórico no Centro”, do Jornal O Globo de 18 de fevereiro de 1981. Tratou da medida que, segundo o veículo, beneficiaria mais de trezentos imóveis aprovada pela Fundação Rio e que entraria em vigor pelo Decreto de nº 2672 de julho daquele ano, substituindo a Lei 158, de 22 de abril de 1980, que não entrara em vigor por conta da falta de regulamentação do então Prefeito Israel Klabin.

Ainda no ano de 1981 foi noticiada a realização do Seminário do Corredor Cultural, que teve a participação de associações de amigos, moradores, comerciantes, técnicos e usuários em geral das regiões incluídas no projeto. Na reportagem do Jornal do Brasil de 23 de julho de 1981, “Conferencista defende a harmonia entre o progresso e a preservação cultural”, por exemplo, é destacado o trecho da palestra do arquiteto Ítalo Campofiorito²⁵:

“Nenhum bem cultural pode ser preservado integralmente, pois por ali já passaram culturas diversas. Nenhum conjunto de bens pode ser conservado em sua totalidade, pois o progresso não pode ser tolhido. A intenção do Corredor Cultural é preservar a continuidade do processo cultural, sem impedir que a cidade viva o progresso” (RIOARTE, 1989).

No ano seguinte, destacam-se as matérias que tratam dos impactos e insatisfação dos moradores e usuários com as mudanças promovidas pelo Corredor Cultural. A reportagem da edição de 10 de janeiro de 1982, do Jornal O Globo “Praça Tiradentes vai perder Cine São José e Teatro Carlos Gomes” expunha uma crítica feita por parte de usuários e artistas, que afirmavam não estarem sendo respeitados os princípios em relação à preservação das características originais das fachadas e ao estímulo de realização de programas e atividades culturais pertinentes ao projeto. A matéria tratava da venda de parte do terreno localizado na região da Praça Tiradentes ao Grupo Dantas, do empresário José Rômulo Dantas.

De acordo com o comprador, os imóveis localizados no terreno, no caso, o Cine São José e o Teatro Carlos Gomes, não teriam suas estruturas arquitetônicas e usos comprometidos. Reconhecendo que os imóveis se encontravam em uma área inscrita no Projeto Corredor Cultural, o empresário afirmou ter entregado dois projetos que seguiam as normas do Corredor Cultural ao arquiteto Oscar Niemeyer.

²⁵ Arquiteto, Ítalo Campofiorito também trabalhou no Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Novacap, chefiou o Serviço de Urbanismo de Brasília de 1961 a 1963, foi presidente do IPHAN e fez parte de seu Conselho Consultivo, foi também diretor do Instituto Estadual do Patrimônio Cultural - Inepac - e diretor do Departamento de Cultura da Secretaria de Ciência e Cultura do Rio de Janeiro.

Entretanto, nove dias depois da publicação da matéria sobre a compra dos terrenos pelo empresário, foi noticiada outra nota sobre o assunto, também no Jornal O Globo, intitulada “Artistas contra demolição do teatro”. Essa nota apontou a ocorrência de protestos de grupos de artistas que tentavam impedir o fim do Cine São José e do Teatro Carlos Gomes para a construção de novos empreendimentos de caráter comercial. Apesar das críticas e mobilizações, o Cine São José acabou sendo demolido, enquanto o Teatro Carlos Gomes segue em funcionamento até hoje.

Em julho do mesmo ano, a Associação dos Moradores do Centro²⁶ moveu ação contrária à demolição do prédio da Fundação Progresso, como abordou a reportagem do Jornal do Brasil, de 11 de julho de 1982, “Moradores movem ação para deter demolição no Centro”:

“A Associação dos Moradores do Centro entra com uma ação popular na Justiça contra o Município, na segunda-feira, visando paralisar a demolição do prédio da Fundação Progresso.

(...)

O prédio integraria o Corredor Cultural e seria transformado pelo Instituto Municipal de Arte e Cultura em espaço cultural como teatros e galeria de exposição de artes” (RIOARTE, 1989).

Outra crítica à perda de ambientes que comportassem atividades culturais foi apresentada também na edição de 12 de julho de 1982 do Jornal do Brasil, intitulada “Sem cultura”, como é possível notar na seguinte passagem:

“Mas a verdade é que a partir do completo esvaziamento da Fundação Rio e depois com o seu fim, quando transformada em autarquia, o

²⁶ Ao longo da década de 70 ocorreram importantes mudanças na estrutura social brasileira, como por exemplo, o aumento expressivo da população urbana. “Esse crescimento foi acompanhado da emergência de uma nova classe média que se tornou bastante expressiva econômica e socialmente. A década posterior, ao contrário do período chamado “milagre econômico”, promoveu uma recessão da expansão dos ganhos dessa nova classe média urbana. Tal condição de desprestígio impulsionou os setores médios a organizarem coletivamente, a exemplo das associações de bairro, profissionais e movimento sindical de profissionais assalariados”, como apontou Renato Boschi In: BOSCHI, Renato. “Abertura e a nova classe média na política brasileira: 1977-1982 In: **Rev. bras. Ci. Soc.**, v.1, n.1, São Paulo: junho - 1986.

carioca perdeu um centro dinâmico, propulsor de atividades criadoras, indispensáveis a esta cidade que ainda se imagina a capital cultural do país (grifo nosso)” (RIOARTE, 1989).

Como é possível notar, muitas foram as críticas feitas às modificações decorridas do projeto de revitalização do Corredor Cultural. Por outro lado, observa-se também ações de valorização da área, como foi apresentado na matéria de 28 de fevereiro do Jornal O Globo, “Roteiros culturais revelarão o outro lado do que “amanhã faz 420 anos””.

A reportagem tratou do Projeto Roteiros Culturais, criado pelo advogado, antiquário e ex - Magistrado Carlos Roquette, que pretendia ocupar a região nos finais de semana e tornar sua história de conhecimento de todos os moradores da cidade. Cabe destacar que o primeiro trajeto previsto pelo projeto ocorreria no Morro da Conceição, área de interesse direto nessa dissertação, incluindo a Fortaleza da Conceição, Palácio Arquiepiscopal, Igreja de São Francisco da Prainha e Igreja de Santa Rita, todos fazem parte da relação de bens tombados pelo IPHAN.

Ao longo dos anos iniciais do Projeto Corredor Cultural nota-se uma mudança nas abordagens feitas pela imprensa, ora valorizando o projeto, ora expondo a falta de afinidade entre seus idealizadores e habitantes da região incorporada pelo mesmo. A fim de popularizar e integrar a população ao Corredor Cultural, em 1984, a criação do Conselho Executivo do Corredor Cultural se tornou um novo instrumento de orientação aos usuários sobre a conservação dos imóveis e acompanhar as obras feitas pelos mesmos. De acordo com Augusto Ivan Pinheiro (PINHEIRO, 2004), era preciso ressaltar o caráter pioneiro do Projeto Corredor Cultural, que aliado à vontade do Poder Municipal, estimulou a participação das comunidades locais no procedimento de preservação e revitalização de áreas do centro histórico. Ao atribuir a iniciativa de manutenção dos imóveis, introduzia-se um método distinto ao modelo clássico de tombamento, em que prezaria por tornar o conhecimento técnico mais acessível a seus moradores e usuários.

Denise de Alcântara (ALCÂNTARA, 1997) entende que o Projeto Corredor Cultural propôs a adoção do conceito de “conservação integrada”, ou seja:

“(…) uma abordagem multidimensional que opera com aspectos socioeconômicos, físico-ambientais, políticos e de gestão e planejamento do território, numa visão integrada e sistêmica que não se restringe a centros históricos, mas à cidade como um todo, buscando manter sua integridade, autenticidade e continuidade.” (ALCÂNTARA, 1997, p. 32)

O Projeto Corredor Cultural atuou como uma iniciativa da Prefeitura do Rio na recuperação e preservação de conjuntos arquitetônicos na região do Centro da cidade. Nesse sentido, foram criados mecanismos complementares a proposta do projeto que buscaram esclarecer aos moradores sobre possíveis modificações estruturais e a adoção de incentivos fiscais aos donos de imóveis pertencentes às áreas delimitadas pelo mesmo. Tal esforço representava não apenas uma nova proposta de preservação de conjuntos históricos, mas refletia também a valorização histórica e funcional da região, como foi destacado no texto Lei nº 506/84 com relação à criação da Zona Especial do Corredor Cultural.

Com a criação da Zona Especial do Corredor Cultural, pela Lei nº 506, 17 de janeiro de 1984, estabelecia-se a “preservação paisagística e ambiental do Centro da Cidade, dispõe sobre tombamento de bens imóveis na área de entorno, e dá outras providências”. O Corredor Cultural abriu caminho para o estabelecimento de condições de preservação, reconstituição e renovação de edifícios que se adequassem a proposta de revitalização de usos e espaços físicos de recreação e lazer.

A Zona Especial do Corredor Cultural foi subdividida em três subzonas denominadas, respectivamente, de preservação ambiental, de reconstituição e renovação urbana. No artigo 4º, que trata da subzona da preservação ambiental, foi estabelecido que se mantivessem as características arquitetônicas, artísticas e decorativas das fachadas e telhados dos prédios. Além disso, quaisquer modificações de uso e quaisquer obras de alteração interna ou de acréscimos nos mesmos prédios, só poderiam ser aprovadas pelos

órgãos competentes da Prefeitura após a audiência do Grupo Executivo do Corredor Cultural.

O Grupo Executivo do Corredor Cultural passava a ser um órgão vinculado ao Instituto Municipal de Arte e Cultura (RioArte), da Secretaria Municipal de Educação e Cultura e teria como principais atribuições “acompanhar a execução das obras e instalações; a aquisição de equipamento e mobiliário urbano destinado ao Corredor Cultural; zelar pela manutenção física e operacional do Corredor Cultural, requisitando dos órgãos municipais os serviços de sua competência, e pleitear os serviços de competência extramunicipal; propor ao Poder Executivo, para aprovação pela Câmara Municipal, alterações na zona” (Lei nº 506, 17 de janeiro de 1984, p. 3).

O artigo 5º fez menção à subzona de reconstituição, em que ficou permitida a recuperação dos elementos arquitetônicos, artísticos e decorativos que compunham as fachadas e coberturas dos imóveis, e atribuía ao Grupo Executivo do Corredor Cultural a capacidade de aprovar projetos de reconstituição por meio de audiência. No artigo 6º, sobre a subzona urbana, instituiu-se que toda edificação a ser construída deveria obedecer ao projeto integrado no conjunto arquitetônico ao qual pertença, obedecendo a altura determinada em critérios presentes no PA 10.290 e do PAL 38.871.

No artigo 7º foram estabelecidas diretrizes gerais da Zona Especial do Corredor Cultural. Tornava-se obrigatório assegurar os usos, a capacidade e a localização no pavimento térreo das salas de espetáculos nas edificações existentes, mantidas mesmo nos casos de reconstrução. Ademais, ficariam proibidas as construções com uso exclusivo de edifícios-garagem ou que predominasse o uso de pavimentos-garagem, sendo isenta de exigência de vagas de garagem apenas aqueles imóveis localizados na subzona de preservação ambiental.

Ainda no mesmo artigo, passava a ser obrigatória a autorização prévia do Grupo Executivo do Corredor Cultural para a liberação de licenças e renovações de licenças para a colocação de letreiros, anúncios ou qualquer outra forma de publicidade, como se pode notar nos parágrafos desse inciso:

“§ 1o. - A colocação de anúncios, letreiros ou quaisquer engenhos de publicidade paralela à fachada somente será permitida abaixo da marquise, não podendo ultrapassar a altura do pavimento térreo.

§ 2o. - A colocação de anúncios, letreiros ou quaisquer engenhos de publicidade perpendicular à fachada não poderá ultrapassar 1,20 m (um metro e vinte centímetros) de balanço, observada a distância mínima de 1,00 (um metro) do meio-fio, e deverá permitir uma altura livre de 2,20 m (dois metros e vinte centímetros).

(§ 2o com redação dada pela Lei 939, de 29-12-1986)” (Lei nº 506, 17 de janeiro de 1984, art. 7º, IV)

Além disso, caberia ao Corredor Cultural elaborar o calendário dos eventos culturais, sociais e turísticos e promover os meios financeiros necessários à realização dos programas e das atividades culturais pertinentes ao projeto, incluídas as dotações com esse fim a serem consignadas a cada exercício no Orçamento Anual e no Orçamento Plurianual do Município.

Como é possível observar nas reportagens citadas e nas diretrizes apresentadas na Lei nº 506, de 17 de janeiro de 1984, que criou a Zona Especial do Corredor Cultural, de preservação paisagística e ambiental do Centro da cidade, a década de 1980 ficou caracterizada por ser o início de um novo momento nas ações de preservação na área central da cidade do Rio de Janeiro, correspondente ao trecho que engloba a Área Central de Negócios (ACN), concentrando funções de centro administrativo, comercial e áreas residenciais e de pequeno comércio. Tais ações procuraram também incorporar preocupações relativas à economia, infraestrutura urbana e qualidade de vida dos moradores dessa região.

A criação da Lei nº 506, de 17 de janeiro de 1984, buscou atenuar a persistente manifestação dos usuários das áreas de origem com a finalidade de garantir sua permanência no local ou que não tivessem seus pequenos comércios prejudicados pelo franco processo de renovação e verticalização. Até aquele momento, a legislação municipal sobre preservação de monumentos se mantinha pouco restritiva quanto ao controle do lugar e gabarito devidos para a execução de construções.

“No Corredor Cultural, as fachadas são, de longe, os elementos mais regulados, com descrição e ilustração exaustiva dos elementos que as compõem, assim como dos materiais mais empregados. Os interiores podem ser modificados, desde que a alteração não interfira na fachada nem na volumetria do imóvel. Assim, se estabelece que, até 3,5m, a partir do plano de fachada, os níveis dos pisos originais e as divisões básicas dos imóveis devem ser preservados, permitindo-se, entretanto, remanejamento e subdivisões daí para trás. Exige-se, portanto, a preservação do acesso às esquadrias, balcões e sacadas, recomendando-se, sempre que possível, a preservação de elementos como claraboias, escadas e prismas, característicos da tipologia interna das edificações.”
(SANT’ANNA, 2004, p. 124)

Pode-se observar que a fase inicial do Projeto do Corredor Cultural, ao longo dos anos 1980, expôs um esforço em elaborar um projeto de preservação e revitalização que incorporasse também questões caras ao planejamento e desenvolvimento urbano. Dessa maneira, o Corredor Cultural pode ser considerado um caso referencial para projetos municipais posteriores que procuraram intervir em centros históricos urbanos, procurando o contato com diferentes grupos sociais e culturais.

Cabe destacar ainda o discurso que predominou durante esses primeiros anos de projeto, em que se procurou dialogar com a população local a fim de manter as características estilísticas e funcionais da área, valorizando aspectos históricos e valores locais, por outro, procurou diversificar o perfil dos usuários. Observa-se que a atribuição de novos usos e novos significados para elementos culturais já presentes na região do Centro da cidade, outrora desprestigiada por setores das classes médias, empresários e Prefeitura, promoveu um processo de requalificação do local. Esse processo, apesar de apresentar características específicas ao contexto interno, foi comum a partir da década de 1970 em diferentes cidades do mundo.

Nota-se a influência de temas relativos à preservação de conjuntos históricos no território urbano que permeavam o cenário da preservação nacional e ganhavam, cada vez mais, a atenção dos organismos internacionais, como foi apresentado no capítulo

anterior. O Corredor Cultural é apresentado nesse estudo como o primeiro projeto, de iniciativa municipal, a adotar essa proposta de preservação. Além disso, está localizado na área central do Rio de Janeiro, incluindo a região do Morro da Conceição, que será analisado especificamente no próximo capítulo.

Capítulo III – Por uma nova proposta de preservação: Morro da Conceição e o entorno de bens tombados

Observar as iniciativas de preservação para a área do Morro da Conceição na década de 1980 traz à tona inúmeras questões que ainda são caras às ações de planejamento urbano no Rio de Janeiro. A escolha da cidade como sede de dois grandes eventos esportivos – Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016 – reacende as discussões quanto à gestão pública do espaço urbano que é duramente criticada por atender aos interesses empresariais e não às necessidades da maior parte da população da cidade.

Tendo como referência os resultados dos Jogos Panamericanos de 2007, o arquiteto urbanista e professor da UFRJ, Cristóvão Fernandes Duarte (DUARTE, 2010) ressalta os problemas gerados por conta da falta de transparência no gerenciamento das obras e na administração do orçamento ao longo do processo de preparação de grandes eventos. Ao extrapolar o orçamento inicialmente previsto, por exemplo, a Prefeitura e Governo do Estado tendem a recorrer emergencialmente ao Governo Federal que retira de outras áreas de grande importância para atender às obras de infraestrutura dos eventos em questão.

Cristóvão Duarte lembra também que o sucesso de Barcelona²⁷, principal referência para o Rio de Janeiro, aconteceu por conta da parceria entre Prefeitura e representantes das comunidades locais, em especial o trabalho em conjunto com associações de moradores. Com isso, as transformações urbanas não chegariam a atingir

²⁷ Sobre os impactos de grandes eventos, no caso, dos Jogos Olímpicos em Barcelona podemos citar os seguintes estudos: ALMEIDA, Bárbara Schausteck de; MARCHI JÚNIOR, Wanderley e PAMPUCH, Marcelo. **Os legados estruturais dos Jogos Olímpicos (1992-2008): uma revisão de literatura**. Cadernos da Escola de Educação e Humanidades, Curitiba, v. 1: 2006. 1 – 15; MAZA, G.; McDONOGH, G. e PUJADAS, J. J.. **Barcelona, ciutat oberta: transformacions urbanes, participació ciutadana i cultures de control al barri del Raval**. Revista d'Etnologia de Catalunya. Barcelona, v. 21, 2005, p. 114-131.

de maneira tão drástica o modo de vida da população da cidade, sendo até mesmo beneficiada.

A reivindicação para que haja a democratização da gestão pública do espaço urbano não é algo recente. Desde o início do século XX, com um dos mais importantes processos de expansão da cidade do Rio de Janeiro, houve um esforço para pensar sobre os reflexos na perda de qualidade de vida da população, principalmente entre os habitantes da região central da cidade (GUARANYNS, M. e SOUZA, V., 2001). Ao longo dos anos foram criados projetos governamentais que reconheçam a necessidade de propostas mais eficazes que se mostrassem mais próximas às reivindicações dos diferentes grupos sociais.

Marcos Guaranyns²⁸ e Vicente de Souza²⁹ entendem que é importante observar o processo de preservação maciça na região central da cidade como consequência das intervenções urbanas implementadas já no início do século XX de forte cunho político e econômico:

“Desde 1926, com planos urbanísticos de desenvolvimento e expansão, sendo o primeiro o ‘Plano Agache’, que se concentrava na região central da cidade, e apresentava soluções para o sistema viário e para o saneamento básico, propostas legislativas para controle do crescimento urbano e política de empreendimentos imobiliários, bem como soluções para o abastecimento de água e coleta de lixo”. (GUARANYNS, M. e SOUZA, V., 2001, p. 178)

Com a criação do Sistema Municipal de Planejamento, pelo Decreto-Lei nº 168, de 7 de julho de 1975, e a obrigação para o Município do Rio de Janeiro de elaborar seu plano urbanístico, no prazo de dois anos pode-se observar o esforço em submeter o planejamento urbano às diretrizes, programas e metas federais e estaduais. Procurava-se estabelecer com essa iniciativa, de acordo com Lígia Gomes de Oliveira (OLIVEIRA,

²⁸ Arquiteto e Mestre em Engenharia Civil pela Universidade Federal Fluminense.

²⁹ Engenheiro Civil e Professor Titular da Universidade Federal Fluminense.

1978), uma integração vertical, que possibilitaria a troca de informações e a conciliação de ações.

Já sob a competência da Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação Geral, em outubro de 1976, foram iniciados os trabalhos com a organização do Seminário PUB-Rio³⁰, do qual participaram autoridades de diferentes instituições de planejamento federal, estadual e municipal. Todavia, apenas em 1977 ficaria concluído esse plano de urbanização em forma de legislação³¹, que estabeleceria “todas as condições de uso do solo, criando o desenvolvimento dos centros e bairros em áreas residenciais ocupadas pela população expulsa do centro da cidade, que foram afetadas pelas intervenções urbanas implementadas desde o início do século XX” (GUARANYNS, M. e SOUZA, V., 2001. Pp. 179).

Contudo, o Pub-Rio contribuiu de maneira legal para a descaracterização da região e abrindo caminho para a especulação imobiliária, de acordo com os autores. Segundo os autores, embora muitos bens tenham sido tombados pelo IPHAN na região central da cidade, o entorno dos mesmos permaneceria exposto a alterações e demolições.

“Em meio a todo esse processo de degradação, o IPHAN, junto com o Governo Municipal, verificou a necessidade de intervir para preservar o conjunto arquitetônico dos bairros da Saúde e da Gamboa, além do Morro da Conceição, que tinham suas características tipológicas e morfológicas mantidas incólumes, em consequência dos bens tombados pelo IPHAN contidos nessas regiões e de seu isolamento gerado pelas condições geográficas e pela proximidade do porto.” (GUARANYNS, M. e SOUZA, V., 2001. P, 180).

Percebe-se que as iniciativas federais que reconhecem a importância em lidar com os impactos da modernização da cidade no cotidiano dos seus habitantes ainda são muito recentes na história do Rio de Janeiro. As discussões sobre os impactos da Copa do

³⁰ O Pub-Rio foi um Plano Urbanístico Básico que dividiu o território municipal em 5 Áreas de Planejamento, procurando respeitar as diferentes características dos bairros além de criar políticas específicas que contribuíssem para o desenvolvimento econômico e social das regiões circunscritas.

³¹ O PUB-Rio concluído em 1977, quanto à legislação edilícia, adotou o Regulamento de Zoneamento desenvolvido também pela Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação Geral, um ano antes, e promulgado pelo Decreto nº 322/76.

Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016, desenvolvidas atualmente, tratam de questões iniciadas anos antes, quando passaram a ter destaque os temas sobre planejamento urbano e a gestão do acervo patrimonial da cidade.

Inserida nessa problemática urbana é preciso destacar a relevância das ações de proteção que, principalmente durante a década de 80, se ocuparam em propor projetos de revitalização que integrassem os moradores das regiões que sofriam com a especulação imobiliária e a progressiva evasão de moradores do Centro, por conta das transformações ocorridas na região. No capítulo anterior, observamos o caso do Projeto Corredor Cultural, criado em 1979, iniciativa de caráter municipal que procurou adotar medidas de preservação que ganhavam espaço naquele momento e, ao mesmo tempo, legitimar novos investimentos para a região do Centro. Nesse capítulo, será analisado o Projeto de Preservação e Revitalização do Morro da Conceição, elaborado pelo IPHAN, que procurou incorporar novos temas que pudessem contribuir e orientar o trabalho no campo do patrimônio para centros históricos urbanos³², como a participação das comunidades das áreas circunvizinhas no processo de preservação e a incorporação de questões presentes em planos de planejamento urbano.

III. 1 – A proteção de centros históricos a partir do conceito de entorno

Como foi possível observar no primeiro capítulo, por meio da análise de resoluções internacionais voltadas a questões relativas ao campo do patrimônio arquitetônico e cultural, a preocupação com as áreas circunvizinhas aos bens ou conjuntos arquitetônicos se manteve vinculada às discussões sobre a instituição e preservação do patrimônio. Contudo, em meados da década de 1970, a definição de

³² Sobre essa questão ver: MOTTA, Lia. “A apropriação do patrimônio urbano: estético-estilístico nacional ao consumo visual global”. In: ARANTES, Antonio A. **O espaço da diferença**. Campinas, SP: Papirus, 2000, p. 257-287.

“vizinhança” passou a incorporar preocupações acerca do crescimento urbano e demais temas vinculados ao planejamento urbano.

O estudo das sociedades contemporâneas exige do pesquisador relativo cuidado quanto ao reconhecimento necessário da grande heterogeneidade das populações que as formam. A partir da ampliação do reconhecimento de novas linguagens e de espaços alternativos nas sociedades, Sharon Zukin (ZUKIN, 2006), por exemplo, atenta para a um processo de reestruturação urbana que vem ocorrendo de maneira progressiva e com expressiva participação da iniciativa privada. Para a autora, ao mesmo tempo em que este processo torna os espaços cada vez mais similares entre si, afloram as especificidades regionais.

Sharon Zukin (ZUKIN, 2006) compreende ainda que as cidades sejam espaços de conflitos e de constante negociação entre os diversos interesses, que variam de acordo com o momento vivido. Esse caráter flexível das significações do espaço urbano contemporâneo indicaria certa fragilidade na manutenção do equilíbrio de poder que o define:

“Assim, a paisagem do século XXI será uma justaposição sobre as camadas formadas no século XIX e XX, como tensões resultantes da ‘destruição criativa’ das antigas localidades agrícolas e industriais e dos mercados urbanos mais novos e complexos.” (ZUKIN, 2006, p. 109)

O estudo de Sharon Zukin (ZUKIN, 2006) é fundamental para ser entendida a problemática do entorno de bens tombados. A cidade é apresentada como principal elemento na compreensão do patrimônio histórico e cultural urbano. Sua concepção torna-se um dos elementos fundamentais para definir os caminhos e os usos do patrimônio.

No Brasil, a partir de meados da década de 1930, pode-se observar a valorização dos elementos que compõem a paisagem urbana nos procedimentos de preservação, destacando seus valores históricos e culturais. Segundo Lia Motta (MOTTA, 2003), é preciso pensar a complexidade urbana como um desafio ao campo do patrimônio, uma

vez que os objetos social e culturalmente construídos das cidades estariam “em permanente processo de apropriação social e adaptação a novos usos” (MOTTA, 2003, p. 125).

Com isso, as atividades de preservação foram introduzindo outros objetos, passando do monumento isolado a grupos de edificações históricas, à paisagem urbana e aos espaços públicos em questão. Segundo Leonardo Barci Castriota (CASTRIOTA, 2007), os valores arquitetônicos e estéticos continuavam muito importantes para a seleção e preservação de bens, contudo, passariam também a valorizar a relação do mesmo com o ambiente urbano no qual se inserem.

O monumento vai deixando de ser entendido isoladamente e passa a ser considerado também como resultado de relações estabelecidas ao longo de sua história com seu lugar de origem. Nesse sentido, são destacadas ações de preservação de bens que vão além do tombamento e que procuram dar conta de enquadrar o campo do patrimônio na dinâmica urbana contemporânea. Ainda de acordo com Leonardo Castriota (CASTRIOTA, 2007), a preocupação com a infraestrutura, os usos, a linguagem urbana e o perfil histórico do bem revelam o esforço em pensar também as possibilidades de desenvolvimento socioeconômico e melhorar a qualidade de vida dos usuários das áreas que se relacionam com o mesmo.

O conceito de entorno surge atrelado aos debates sobre tombamento, sendo ampliado à medida que estes processos convergiram com outras preocupações, como por exemplo, o lugar das ações de preservação no contexto de crescimento urbano. Como foi possível observar no primeiro capítulo, a Declaração de Amsterdã, de 1975, procurou definir uma mudança importante pelo qual passava o campo do patrimônio, em que a conservação de um bem ou de um conjunto patrimonial seria também da competência de outras áreas responsáveis pelo planejamento e desenvolvimento urbano, em todas as esferas da administração pública:

“O planejamento das áreas urbanas e o planejamento físico-territorial devem acolher as exigências da conservação do patrimônio arquitetônico e não considerá-las de uma maneira parcial ou como um

elemento secundário, como foi o caso num passado recente. Um diálogo permanente entre os conservadores e os planejadores tomou-se, desde então, indispensável.

Os urbanistas devem reconhecer que os espaços não são equivalentes e que convém tratá-los conforme as especificidades que lhes são próprias. O reconhecimento dos valores estéticos e culturais do patrimônio arquitetônico deve conduzir à fixação dos objetivos e das regras particulares de organização dos conjuntos antigos. Não basta sobrepor as regras básicas de planejamento às regras especiais de proteção aos edifícios históricos sem uma coordenação.” (Declaração de Amsterdã, 1975, p. 4).

Nesse sentido, o reconhecimento e o uso institucional do termo “entorno” é bastante recente no campo do patrimônio, ainda que, as primeiras reflexões sobre as áreas envoltórias aos tombados exista desde a criação do Decreto-lei 25/37, que procurou organizar oficialmente a proteção o patrimônio histórico e artístico nacional. O artigo 18º do Decreto-lei 25/37 menciona as áreas circunvizinhas aos bens tombados:

“Art. 18 - Sem prévia autorização do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, não se poderá, na vizinhança da coisa tombada, fazer construção que lhe impeça ou reduza a visibilidade, nem nela colocar anúncios ou cartazes, sob pena de ser mandada destruir a obra ou retirar o objeto, impondo-se neste caso a multa de cinquenta por cento do valor do mesmo objeto.” (Decreto-Lei nº 25 de 30 de novembro de 1937)

De acordo com o Artigo 18º, não apenas o proprietário do imóvel tombado, mas toda a vizinhança sofre o impacto e as restrições de um tombamento, já que nenhuma construção, anúncio ou cartaz que reduza ou impeça a visão do bem poderá ser utilizado, podendo sofrer pena de multa. Ainda no mesmo artigo, ficou prevista a obrigatoriedade da autorização do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) para quaisquer modificações, construções, aplicação de anúncios ou cartazes que empecem ou

reduzam a visibilidade do bem tombado, com aplicação de multa de cinquenta por cento do valor do objeto em questão³³.

Desde a criação do Decreto-Lei nº 25 de 1937 até meados da década de 60, os processos de tombamento passariam a prezar por iniciativas mais preocupadas com o uso e modificações prejudiciais a manutenção da visibilidade do bem tombado do que sobre a definição do termo propriamente dito. Algumas críticas começaram a ser feitas nesse sentido, mas se mantiveram atreladas aos discursos sobre tombamento, sendo ampliadas à medida que estes processos passavam por importantes transformações (MOTTA e THOMPSON, 2010).

No Brasil, o reconhecimento legal de ações voltadas ao entorno é bastante recente, como é possível observar na periodização proposta por Lia Motta e Analúcia Thompson (MOTTA e THOMPSON, 2010), em que foram destacados quatro momentos específicos na trajetória do termo entorno no Brasil:

“O Primeiro Período, conforme referido acima, correspondente às “memoráveis batalhas judiciais”, estendendo-se até meados da década de 1960; o Segundo Período, “A preservação como política urbana”, caracterizado pelo planejamento e pela abrangência urbana das medidas de proteção dos entornos, compreende os anos de meados da década de 1960 até a década de 1980; o Terceiro Período, “Os procedimentos internos”, mais curto, refere-se aos anos entre 1980 e 1986, marcado pela procura de institucionalização das práticas com entornos, que resultou no estabelecimento de normas administrativas internas, especialmente as Portarias nº 10 e nº 11, ambas de 1986, e na determinação de abertura de processos específicos para os entornos – os Processos E; e finalmente, o Quarto Período, “A rotinização das

³³ Cabe destacar aqui que as multas previstas não foram regulamentadas e, por isso, nunca chegaram a ser cobradas. Cf. MOTTA, Lia e THOMPSON, Analúcia. **Entorno dos bens tombados**. Editora: IPHAN/CEDIT, 2010.

práticas com entornos”, de 1986 a 2003.” (MOTTA e THOMPSON, 2010, p. 11)

É possível notar, a partir da periodização apresentada pelas autoras, que as ações do IPHAN durante o início da década de 1980 procuraram introduzir a noção de “entorno” em suas práticas de preservação. Nesse quadro se insere o Projeto de Proteção e Revitalização do Morro da Conceição e seu entorno, organizado pelo IPHAN, que será tratado mais adiante.

Nota-se que, entre meados da década de 1960 até a década de 1980, houve uma ampliação sobre a noção de área vizinha ao bem tombado, bem como sua inclusão em iniciativas municipais e federais de planejamento urbano. O envolvimento da proteção do patrimônio cultural com áreas entendidas como relevantes para a trajetória de desenvolvimento das cidades, como o turismo, promoveu uma maior participação dos demais setores da sociedade, ressignificando o próprio uso do patrimônio brasileiro feito até o momento.

No Brasil, desde o Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, já havia uma preocupação com a proteção de áreas urbanas. No cenário internacional, contudo, um dos primeiros exemplos desse entendimento ocorreu na França, quando foi assinada a Lei Malraux, 04 de agosto de 1962. Essa lei procurou delimitar áreas urbanas a serem protegidas por apresentarem caráter histórico, estético ou natural relevante a serem conservados ou restaurados, valorizando o todo ou parte do conjunto de imóveis. A Lei Malraux serviu como parâmetro para a concepção de políticas de preservação em diferentes países.

É preciso considerar também a relevância das resoluções internacionais para as legislações nacionais, em especial para o Brasil. Tanto na Carta de Atenas, de 1931, quanto na Carta de Veneza, de 1964, foram dedicados alguns tímidos espaços ao ambiente do bem protegido a ser preservado, pois foi após a década de 60 que esse tema ganhou mais atenção nesses documentos.

Como apontou Inês El-Jaick Andrade (ANDRADE, 2010), as recomendações criadas a partir de encontros internacionais promovidos entre os anos 60 e 70 contribuíram para consolidar a substituição do conceito de espaço não mensurável de “ambiente” pelo conceito de “entorno”, embora tenham se concentrado mais na produção de recomendações acerca da necessidade de preservar o local visual apropriado do que discutir a fundo a questão do ambiente. As discussões acerca da relevância das áreas circunvizinhas ao bem ou conjunto histórico a ser tombado, principalmente no caso brasileiro, estavam inseridas também em outras preocupações, que procuravam adaptar os dispositivos de preservação ao momento de grande crescimento econômico e urbanístico nas grandes cidades.

Nesse período o país passava por intensas modificações em sua economia, iniciadas durante o governo de Juscelino Kubitschek, quando foi implantado um plano de metas que privilegiava investimentos em infraestrutura e na indústria. Esse plano de crescimento econômico tinha como objetivo estimular a entrada de investimentos estrangeiros no país.

Juscelino compreendia que o crescimento industrial brasileiro reforçaria o poder econômico nacional e tornou essa ideia um instrumento de ação política, capaz de mobilizar diferentes setores da sociedade a partir da evocação de um ideário nacionalista. Contudo, o desenvolvimento industrial gerado nos anos de sua administração trouxe grande endividamento interno e externo para o país, que seria sentido pela população em geral somente uma década depois, com o progressivo aumento da inflação (SARMENTO, 2009).

Durante os governos militares as altas taxas de juros se mantiveram controladas de maneira a não prejudicarem o crescimento econômico. Contudo, a política econômica adotada se mantinha dependente do investimento estrangeiro, como apontou Rubens Penha Cysne:

“Três importantes críticas podem ser feitas à condução de política econômica no período militar. Primeiro, o fato de o crescimento experimentado pelo país

entre 1964 e 1985 não ter se traduzido numa redução das desigualdades sociais e de uma proporcional diminuição da pobreza; segundo, a exagerada estatização ocorrida, principalmente após 1974. Terceiro, a não dotação do país com uma autoridade monetária independente que tivesse permitido maiores garantias, após 1972, à relativa estabilidade de preços então alcançada” (CYSNE, 1993, p. 191).

Ao longo desse período, em que as diretrizes econômicas apontavam para a necessidade de tornar o país uma imagem mais atrativa e moderna aos investidores estrangeiros, se voltou aos investimentos em infraestrutura. A opção por grandes obras atingiu a cidade do Rio de Janeiro da década de 1970. Dentre as principais obras da época, destacam-se a construção em 1971 do Viaduto Engenheiro Freyssinet, conhecido popularmente como Viaduto da Paulo de Frontin, e a construção em 1974 da Ponte Presidente Costa e Silva, também conhecida como Ponte Rio-Niterói.

A temática do planejamento urbano nas cidades ganhou destaque pelos chamados Planos Diretores de Desenvolvimento Integrado (PDDI), que atuavam como instrumentos jurídicos para ações de intervenção urbanística dos governos municipais. Em 1977 foi aprovado pelo Decreto nº 1269, de 27 de outubro, um plano de urbanização para a cidade do Rio de Janeiro que buscou identificar as condições de degradação e de falta de infraestrutura básica nos centros de bairros, criados sem planejamento. Para Augusto Ivan Pinheiro (PINHEIRO, 2002), esta iniciativa municipal abriu espaço de diálogo maior aos interesses de moradores e usuários da cidade, que se encontrava sem um órgão de preservação municipal³⁴, de preservar suas referências culturais e simbólicas presentes em seus cotidianos.

Esse contexto de pressões econômicas direcionou o IPHAN a optar por alternativas com uma gestão descentralizada e o aproveitamento econômico do patrimônio, como foi tratado no capítulo anterior, com a criação do Programa de Cidades Históricas (PCH) nos anos 70. Na mesma época, foram criados órgãos municipais de

³⁴ O órgão de preservação municipal havia sido extinto durante a administração do Prefeito Marcos Tamoio (1975 - 1979), permanecendo apenas os órgãos de caráter estadual e federal, Inepac e IPHAN, respectivamente.

preservação nas cidades do Rio de Janeiro, São Paulo e Recife. Essas instâncias municipais surgiram de maneira independente da tutela do IPHAN, “esboçando uma nova prática de preservação, vinculada ao planejamento urbano” (SANT’ANNA, 2004, p. 28). A descentralização da gestão no campo do patrimônio contribuiu para ampliar as ações e instrumentos utilizados nas atividades de preservação, como ocorreu no final da década de 70 com o Projeto Corredor Cultural, idealizado para a região central do Rio de Janeiro, por exemplo.

Segundo Márcia Sant’Anna (SANT’ANNA, 2004), a nova dinâmica que se instaurou no campo do patrimônio não reduziu a posição da instância federal, com o IPHAN, mas contribuiu para enriquecer as práticas de preservação e as ações de promoção do patrimônio. Além disso, a proximidade do campo com planos municipais colaborou para o estabelecimento de uma visão mais crítica sobre o lugar do patrimônio nos problemas urbanos, em especial com o papel cada vez mais atuante dos movimentos sociais.

Márcia Sant’Anna (SANT’ANNA, 2004) observou ainda que, de meados da década de 1960 até a década de 1980, houve uma ampliação da concepção de ambiência, bem como sua inclusão em iniciativas municipais e federais de planejamento urbano. O envolvimento da proteção do patrimônio cultural com áreas entendidas como relevantes para a trajetória de desenvolvimento das cidades, como o turismo, promoveu uma maior participação dos demais setores da sociedade, ressignificando o próprio uso do patrimônio brasileiro feito até o momento.

De acordo com Lia Motta e Analúcia Thompson (MOTTA e THOMPSON, 2010), houve uma sobreposição de percepções a respeito das áreas envoltórias dos monumentos. A partir da década de 70, esse debate ganhou mais espaço por conta do crescimento urbano causado pelo modelo de desenvolvimento adotado pelos regimes militares, que grassou no Brasil especialmente nas metrópoles como o Rio de Janeiro (PINHEIRO, 2002), e das conseqüentes reivindicações de diferentes segmentos da sociedade por melhor qualidade de vida nas cidades.

Ao dar mais destaque à relação do bem com seus arredores, passou-se a considerar as especificidades de cada caso a ser analisado para proteção, e conferindo maior transparência às ações do poder público, movimentos de caráter civil, tais como de associações de moradores, passariam a ter participação mais ativa nesse processo. O Projeto Corredor Cultural, organizado pela Prefeitura do Rio de Janeiro, tratado no capítulo anterior, aparece como um exemplo desse esforço em tornar os procedimentos de preservação mais próximos aos moradores e usuários da região. Deve-se atentar, contudo, para o fato dos movimentos sociais não serem construções homogêneas, mas diversos grupos que “transitam, fluem, acontecem em espaços não consolidados das estruturas e organizações sociais” (GOHN, 2008).

Notam-se, ao longo da década de 1970, algumas análises de preservação de sítios urbanos que valorizaram a questão da ambiência. Entretanto, foi na década seguinte que o entorno recebeu maior importância enquanto instrumento de intervenção urbana. Adotar uma proposta de preservação sem tombamento de todo o conjunto urbano apareceu como uma alternativa aos problemas associados à preservação de bens tombados isoladamente, evitando o tombamento como único recurso de preservação em áreas urbanas.

III. 2 – O Morro da Conceição, no Centro do Rio de Janeiro

Conhecido por ser um dos primeiros lugares ocupados no Rio de Janeiro, ainda no século XVI, o Morro da Conceição é parte fundamental da história da cidade. Geograficamente, o Morro da Conceição hoje está compreendido a partir do encontro entre a Rua do Acre, a Travessa do Liceu, a Rua Sacadura Cabral, a Rua Camerino, a Rua Senador Pompeu, a Rua da Conceição, a Rua Júlia Lopes Almeida, a Rua dos Andradas e a Rua Leandro Martins, como se observa na figura abaixo.



Figura I: Núcleo compreendido entre a Rua Sacadura Cabral, Camerino (trecho), Rua Senador Pompeu (trecho), da Conceição (trecho), Rua Leandro Martins, Rua Acre e Travessa do Liceu. Fonte: <http://www.portomaravilha.com.br/web/direito/conhecaRegiao.aspx/>

Ponto	Nome	Categoria
19	Praça dos Estivadores	Parque / Praça
21	Observatório do Valongo	Interesse Arquitetônico
24	Mirante Morro da Conceição	Mirante
25	Pedra do Sal	Sítio Histórico
28	Igreja de S. Francisco da Prainha	Igreja / Espaço Religioso
30	Largo São Francisco da Prainha	Parque / Praça
31	Jardim Suspenso do Valongo	Sítio Histórico
32	Fortaleza da Conceição	Interesse Arquitetônico
36	Mirante do Valongo	Mirante
38	Imagem de N. Sra. da Conceição	Monumento

Ao longo do intenso processo de crescimento urbano no final do século XIX e início do XX, o Morro da Conceição, como o restante da região portuária, sofreu com o período de grandes transformações urbanas. A ocupação habitacional desordenada de áreas circunvizinhas à região central que concentrava importantes atividades comerciais e econômicas da cidade, de acordo com Maurício Abreu (ABREU, 2008), pelas populações de baixa renda e a precariedade das moradias, como cortiços e pensões, foram as principais dificuldades de serem resolvidas pelas autoridades responsáveis pelo planejamento urbano da cidade da época.

A questão do crescimento desordenado foi um dos temas que predominou na pequena bibliografia³⁵ sobre a região do Morro da Conceição ao longo do século XX. Esse interesse destacou, principalmente, o período posterior à década de 1970, com o surgimento de planos de revitalização e proteção para a zona portuária, como o Corredor Cultural, tratado no capítulo anterior.

Dentre as publicações sobre o tema é possível citar o livro organizado pela arquiteta e urbanista do Instituto Pereira Passos, Márcia Frota Sigaud, intitulado *Morro da Conceição: Da memória, o futuro*. Nesse livro, o Morro da Conceição é entendido, ao lado do Morro de Santo Antônio e do São Bento, como um lugar de origem da cidade, mas apenas o primeiro faria parte da chamada zona portuária. A partir dessa descrição

³⁵ ARNAUT, Jurema. **Morro da Conceição, Rio: Uma proposta de preservação sem tombamento**. Revista IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, nº 19, 1984; CARDOSO, Elizabeth Dezouart et al. **Zona Portuária – Saúde, Gamboa e Santo Cristo**. Coleção História dos Bairros. João Fortes Engenharia. Rio de Janeiro: Editora Index, 1987; COSTA, Flávia Carolina da. **Morro da Conceição: uma etnografia da sociabilidade e do conflito numa metrópole brasileira**. Dissertação de Mestrado em Antropologia, Universidade Federal de São Carlos, 2010; FIGUEIREDO, Cláudio; MELHEM, Nubia e LENZI, Maria Isabel Ribeiro (orgo), **O porto e a cidade: o Rio de Janeiro entre 1565 e 1910**, Casa da Palavra: Rio de Janeiro, 2005; GUIMARÃES, Roberta Sampaio. **A Utopia da Pequena África. Os espaços do patrimônio na Zona Portuária carioca**. Tese (doutorado em Antropologia Cultural), Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS/PPGSA, 2011. 225 f.: II; THIESEN, Icléia; BARROS, Luitgarde Oliveira Cavalcanti; SANTANA, Marco Aurélio (Org.) **Vozes do porto: memória e história oral**. Rio de Janeiro, DP&A Editora, UNI-RIO, 2005, 212 p.; SIGAUD, Márcia Frota. **Morro da Conceição: da memória o futuro**. Rio de Janeiro: Sextante/Prefeitura, 2000; ZYLBERBERG, Sonia. **Morro da Conceição: padres, soldados, operários**. Coleção Bairro Cariocas. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura: Departamento Geral de Patrimônio Cultural. 1996.

geográfica, o Morro da Conceição foi apresentado como uma região de herança predominantemente portuguesa embora tenha abrigado diversas outras nacionalidades, europeias e africanas, que chegavam pelo porto da cidade (SIGAUD, 2000).

O século XX foi narrado como o fim das transformações urbanas do Morro da Conceição e de sua “cristalização”. Ficava implícita uma visão de que a partir desse período aquela área se tornava basicamente de uso residencial para moradores de baixo poder aquisitivo que não migraram para outros bairros da cidade, e mantinham vínculo empregatício na região metropolitana. Criava-se, com isso, uma narrativa sobre o Morro da Conceição que destacava uma imagem de isolamento da região em contraposição às transformações urbanas pelas quais passava o restante da área central da cidade.

No livro *O Porto e a cidade: O Rio de Janeiro entre 1565 e 1910*, organizado por Cláudio Figueiredo, Nubia Melhem Santos e Maria Isabel Ribeiro Lenzi, tomou-se um recorte temporal bastante amplo para dar conta da história da região portuária. Assim como a publicação organizada pelo Instituto Pereira Passos, essa análise reintera a noção do porto como lugar fundamental para a formação e urbanização da cidade.

Nessa análise, o porto e seu entorno são percebidos também pelo ambiente cultural bastante dinâmico, impulsionado pela grande quantidade de descendentes de escravos que viviam na região. É ressaltado, por exemplo, que foi na zona portuária que nasceu o samba, estilo musical nascido no interior de sua comunidade negra e que, atualmente, se tornou um dos estilos mais populares em todo país (FIGUEIREDO, LENZI e SANTOS, 2005). A característica plural da região do Morro da Conceição também foi tratada por Sonia Zylberberg ao relatar a trajetória de ocupação da região paralelamente ao desenvolvimento da cidade, em *Morro da Conceição: padres, soldados, operários*.

Recentemente, o Morro da Conceição foi o objeto de estudo de uma dissertação de Mestrado em Antropologia Social e uma tese de Doutorado em Antropologia Cultural. Em sua dissertação, *Morro da Conceição: uma etnografia da sociabilidade e do conflito numa metrópole brasileira*, Flávia Carolina da Costa procurou destacar a questão da

sociabilidade entre a comunidade negra ali estabelecida desde o século XVIII, quando a região servia como importante ponto de comercialização de escravos.

Já em *A utopia da Pequena África. Os espaços do patrimônio na Zona Portuária carioca*, Roberta Sampaio Guimarães apresenta um estudo sobre a divulgação e implantação de projetos de revitalização urbana coordenados pela prefeitura carioca nos bairros portuários da Saúde, Gamboa e Santo Cristo. Como o Morro da Conceição havia sido definido o setor prioritário de criação de novas unidades habitacionais, o estudo se concentrou no trabalho de campo com grupos que se posicionavam contrários às propostas da prefeitura e que se identificavam como herdeiros de um patrimônio “negro” e “do santo”. Nessa interpretação, os espaços do Morro da Conceição e da Zona Portuária não eram apenas um território a ser explorados economicamente, mas igualmente constituídos por um conjunto de símbolos em constante construção.

Essa interpretação da história do Morro da Conceição, a partir da trajetória da zona portuária, ressaltou a importância da região para a história da cidade do Rio de Janeiro. Além disso, serviu também como parâmetro para os levantamentos históricos incorporados aos planos de revitalização e proteção para a região, como se observará no item a seguir.

III. 3 – Uma proposta de proteção sem tombamento para o Morro da Conceição

Na década de 1980, a prioridade do aspecto estético nos critérios de seleção do patrimônio cultural a ser preservado, que predominou desde 1937, com a criação do IPHAN, progressivamente, daria lugar à sua valorização como documento histórico, capaz de oferecer elementos significativos e explicativos tanto da história local como também ser parte dela. Além disso, a noção de documento histórico atribuída aos bens culturais serviria de importante instrumento na reivindicação de grupos específicos da sociedade que clamavam por reconhecimento e atendimento de suas necessidades (MOTTA, 2003).

Quando percebidos como construções sociais e históricas, o entendimento dos bens patrimoniais viria acompanhado da percepção das demandas sociais, dos interesses econômicos e políticos de um determinado contexto e região (MOTTA, 2003). Lia Motta atentou para estes importantes avanços nas práticas de preservação por parte do IPHAN a partir da década de 1980 e na valorização do conceito de entorno dos bens tombados.

Segundo a autora, há uma abrangência do conceito de *cidade-documento*, que buscaria:

“(...) identificar na configuração das cidades expressão e significados representativos do processo de sua formação e desenvolvimento, para ampliar as possibilidades de preservação, somando às qualidades estético-estilísticas outros valores contidos na morfologia das cidades.”
(MOTTA, 2003, p. 126)

Lia Motta (MOTTA, 2003) destacou que não houve uma mudança significativa nos critérios de preservação por parte das instituições responsáveis por defini-los. As dificuldades de incorporação de novos valores e critérios nas atividades de preservação formam destacadas pela autora como barreiras que impediriam a plena inserção dessas ações às demandas contemporâneas.

Tais discussões, entretanto, abriram caminho para uma ampliação do papel da área envoltória do bem tombado nas políticas de preservação. A criação de novos parâmetros sobre entorno ocorreu em paralelo ao reconhecimento de que o bem tombado é parte do contexto histórico e cultural no qual se insere. Ou seja, as áreas envoltórias ao bem tombado – isto é, o seu entorno - seriam um instrumento que contribuiria para a leitura dos significados históricos e do valor documental do bem tombado (MOTTA e THOMPSON, 2010).

No cenário internacional, como tratado no primeiro capítulo, as recomendações internacionais são documentos relevantes por também terem contribuído para a ampliação e a definição do conceito de ambiência. Durante a década de 1970, esse assunto recebeu maior atenção com a emergência de temas relativos ao planejamento

urbano e a gestão das atividades de preservação, como é possível notar nas considerações expostas abaixo na Declaração de Amsterdã, de 1975:

“b) Esse patrimônio compreende não somente as construções isoladas de um valor excepcional e seu entorno, mas também os conjuntos, bairros de cidades e aldeias, que apresentam um interesse histórico e cultural.

(...)

d) A conservação do patrimônio arquitetônico deve ser considerada não apenas como um problema marginal, mas como objetivo maior do planejamento das áreas urbanas e do planejamento físico-territorial.

e) Os poderes locais, aos quais compete à maioria das decisões importantes em matéria de planejamento, são todos particularmente responsáveis pela proteção do patrimônio arquitetônico e devem ajudar-se mutuamente através da troca de ideias e de informações.

f) A reabilitação dos bairros antigos deve ser concebida e realizada, tanto quanto possível, sem modificações importantes na composição social dos habitantes, e de maneira tal que todas as camadas da sociedade se beneficiem de uma operação financiada por fundos públicos. (grifo nosso)”

O processo de preservação do Morro da Conceição no Rio de Janeiro é exemplar para uma análise dessas mudanças e da busca por novos instrumentos para a preservação do patrimônio cultural que se configura naquele momento, sendo o entorno³⁶ uma das alternativas encontradas nesse caso. O projeto, coordenado pela arquiteta do IPHAN Jurema Arnaut, se voltou para preservação e revitalização do Morro da Conceição e seu entorno, teve como proposta inicial ampliar e dar continuidade ao projeto de reabilitação da região do Morro da Conceição de 1979 (ARNAUT, 1984), do mesmo órgão. A partir da Portaria nº54 de 19 de novembro de 1981 ficava estabelecida a necessidade de obras

³⁶ No Brasil, o termo *entorno* foi empregado pela primeira vez na Portaria nº5 de 24 de junho de 1981.

de conservação nas áreas próximas aos monumentos já tombados: Palácio Episcopal, Igreja de São Francisco da Prainha, antiga Fortaleza da Conceição, Conjunto Arquitetônico do Jardim e Morro do Valongo, Palácio Itamarati, Igreja de Santa Rita, Edifício das Rosas de Santos, antiga Caixa de Amortização, e casa n° 9 da Rua Mayrinck Veiga.

A partir de estudos de uma equipe técnica oriunda do IPHAN ficou proibida, durante as avaliações, a demolição de qualquer prédio na região delimitada que pudessem ir contra a “defesa de ambiência e visibilidade”³⁷ dos bens tombados. Nessa definição, o projeto de preservação da região do Morro da Conceição estruturou-se em quatro etapas.

A primeira etapa foi composta por uma apresentação histórica da região, a fim de expor os objetivos e as justificativas para a execução de um projeto de preservação para o Morro da Conceição, que já havia passado por iniciativas de proteção por meio dos tombamentos realizados na região. De acordo com o projeto, essa iniciativa se diferenciaria das intervenções anteriores, caracterizadas por ações de tombamento de bens arquitetônicos, uma vez que teria como objetivo preservar as características estético-históricas da região circunvizinha aos bens tombados.

Ademais, o estudo previa que antes de qualquer intervenção feita era preciso a garantia de atendimento dos anseios das populações locais, “possibilitando sua absorção e/ou sua permanência nas atividades econômicas existentes na região e nas atividades que forem implantadas a partir de determinantes de um novo zoneamento Municipal”³⁸. A elaboração de um levantamento cadastral dos imóveis foi utilizada, ainda na primeira etapa, como um instrumento que tornaria possível o mapeamento da região, contribuindo com o objetivo de sugerir a atualização da legislação municipal para fortalecer o uso habitacional da região:

³⁷ Portaria O/DGED n° 54 de 19 de novembro de 1981.

³⁸ Dossiê: Projeto de proteção e reabilitação do bem e seu entorno. Caixa RJ 236/2/02, Série Inventário, notação I. RJ – 0937.01.

“Outra determinante considerada foi a de que a região está indicada no Plano Urbanístico Básico do Rio de Janeiro de 1977 (PUB-Rio/77) como necessária para equacionar o problema da habitação da população de média e baixa renda que trabalha na Área Central de Negócios (ACN).”³⁹

O levantamento cadastral, apresentado na **Figura II**, teve também a função de identificar o “potencial arquitetônico” da região, ou seja, atribuir uma visão mais geral sobre o estado de conservação da área, a utilização do espaço construído e o grau de descaracterização de todos os imóveis. Com isso, foram reconhecidos 1.237 imóveis na região, identificados nas fichas de levantamento que receberam em alguns casos fotos anexadas dos respectivos imóveis. Por falta de aporte financeiro suficiente, o recurso fotográfico não pode ser incluído em todas as fichas, sendo estabelecido um critério de

³⁹ Dossiê: Projeto de proteção e reabilitação do bem e seu entorno. Caixa RJ 236/2/02, Série Inventário, notação I. RJ – 0937.01.

necessidade de fotografia apenas nos imóveis de interesse ambiental.

SPHAN - FNPM LEVANTAM. DO MORRO DA CONCEIÇÃO E ENTORNOS MUNICÍPIO: RIO DE JANEIRO 33
 PROJETO: PROTEÇÃO E REVITALIZAÇÃO DATA:

1 ENDEREÇO: RUA SENADOR POMPEU Nº 90

NÚMERO DE PAVIMENTOS	2	VOLUMETRIA	INTEGRA-SE NO CONJUNTO <input checked="" type="checkbox"/>	PAVIM.	TERREO	1º PAV.
EPOCA DE CONSTRUÇÃO	1ª MET. SÉC. XIX <input type="checkbox"/> 2ª MET. SÉC. XIX <input checked="" type="checkbox"/>	DESTACA-SE DO CONJUNTO	ORIGINAL <input checked="" type="checkbox"/>	USO	FECHADO	RES.
ESTADO DE CONSERVAÇÃO	BOM <input checked="" type="checkbox"/> RUIM <input type="checkbox"/>	MODIFICADA	MODIFICADA PARCIALMENTE <input checked="" type="checkbox"/>	OBS. GEMINADO AO Nº 92		
	REGULAR <input type="checkbox"/> PÉSSIMO <input type="checkbox"/>	FACHADA	MODIFICADA TOTALMENTE <input type="checkbox"/>	DATA DA FACHADA: 1898		

2 ENDEREÇO: RUA SENADOR POMPEU Nº 88

NÚMERO DE PAVIMENTOS	2	VOLUMETRIA	INTEGRA-SE NO CONJUNTO <input checked="" type="checkbox"/>	PAVIM.	TERREO	1º PAV.
EPOCA DE CONSTRUÇÃO	1ª MET. SÉC. XIX <input type="checkbox"/> 2ª MET. SÉC. XIX <input checked="" type="checkbox"/>	DESTACA-SE DO CONJUNTO	ORIGINAL <input checked="" type="checkbox"/>	USO	FECHADO	RES.
ESTADO DE CONSERVAÇÃO	BOM <input checked="" type="checkbox"/> RUIM <input type="checkbox"/>	MODIFICADA	MODIFICADA PARCIALMENTE <input checked="" type="checkbox"/>	OBS. GEMINADO AO Nº 90		
	REGULAR <input type="checkbox"/> PÉSSIMO <input type="checkbox"/>	FACHADA	MODIFICADA TOTALMENTE <input type="checkbox"/>	DATA DA FACHADA: 1898		

3 ENDEREÇO: RUA SENADOR POMPEU Nº 86

NÚMERO DE PAVIMENTOS	2	VOLUMETRIA	INTEGRA-SE NO CONJUNTO <input checked="" type="checkbox"/>	PAVIM.	TERREO	1º PAV.
EPOCA DE CONSTRUÇÃO	1ª MET. SÉC. XIX <input type="checkbox"/> 2ª MET. SÉC. XIX <input checked="" type="checkbox"/>	DESTACA-SE DO CONJUNTO	ORIGINAL <input checked="" type="checkbox"/>	USO	COM.	RES.
ESTADO DE CONSERVAÇÃO	BOM <input checked="" type="checkbox"/> RUIM <input type="checkbox"/>	MODIFICADA	MODIFICADA PARCIALMENTE <input checked="" type="checkbox"/>	OBS. GEMINADO AO Nº 88		
	REGULAR <input type="checkbox"/> PÉSSIMO <input type="checkbox"/>	FACHADA	MODIFICADA TOTALMENTE <input type="checkbox"/>	* NOS Vãos INFERIORES E SUPERIORES.		

PESQUISADOR: *Jélio* DATA: 17/06/81
 REVISOR: DATA:

Figura II: Exemplar de uma ficha que fez parte do levantamento cadastral feito durante a primeira etapa do Projeto. Pode-se observar na imagem acima que apenas dois terços dos imóveis enumerados estão acompanhados de material fotográfico.

Tendo como objetivo apresentar a perspectiva da história da ocupação do Morro da Conceição dos moradores e dos usuários, o Projeto de Proteção do Morro da Conceição e seus entornos incluiu nove entrevistas feitas durante a primeira etapa. Essa iniciativa pretendia, de acordo com o dossiê do projeto, identificar no discurso dos entrevistados não apenas os pontos convergentes com a discussão institucional da época, mas também os impactos da decadência econômica na região e os laços afetivos estabelecidos entre moradores e região.

Entretanto, é necessário considerar as limitações na análise de fontes orais, já que passaram por um processo de interpretação e recorte em seu conteúdo tanto pelo processo de transcrição quanto pelo próprio entrevistador ou entrevistadores. Além disso, perceber as intenções do entrevistador, destacando os objetivos da iniciativa e o modo como conduz o entrevistado, são importantes meios de análise⁴⁰.

No caso do Projeto de Proteção do Morro da Conceição e seu entorno, as entrevistas se encontravam disponíveis em material transcrito, sendo parte de um conjunto documental maior de fotos, relatórios, plantas, entre outros. Informações mais específicas, como quem era (ou quem eram) o entrevistador e em que momento do Projeto as entrevistas foram realizadas não foram localizadas. Contudo, é possível afirmar que esse material foi desenvolvido com a finalidade de promover uma aproximação entre técnicos e comunidade, oferecendo-lhes informações sobre os objetivos do Projeto.

Ao mesmo tempo, procurou-se dar voz àquela comunidade que, de acordo com a proposta do Projeto, desejava se integrar novamente ao restante da cidade sem perder os laços de afetividade que a tornava tão específica na região do Centro da cidade. Ao todo foram feitas nove entrevistas com moradores e usuários do Morro da Conceição que, segundo o Dossiê, a seleção dos entrevistados teve os seguintes critérios:

“(…) uma aproximação da realidade física e sociocultural das diversas comunidades existentes no Morro da Conceição e áreas planas envoltórias. (...) para os depoimentos foram escolhidos diferentes personagens, incluindo moradores e comerciantes que por ligação de tradição e emoção ou mesmo realismo comercial, tem em comum a visão de valorização de uma área especial, pelo conjunto edificado e atividades socioculturais ali existentes. Embora seja uma pequena amostragem, inclui desde o morador comum sem nenhuma outra

⁴⁰ Isso serve também aos projetos em que o próprio historiador faz as entrevistas. Pontuar seus interesses e objetivos é fundamental. Sobre a questão da inserção do historiador e sua condução do tema estudado ver SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

relação que não seja a afetividade com a sua casa e por extensão com o espaço contínuo a ela, até um artista plástico que se fixou na área há apenas três anos e que transmite numa visão intelectualizada o significado dessa especificidade.”⁴¹

Para ilustrar a proposta do Projeto foram selecionadas, no presente estudo, três entrevistas. Além de exemplificar a diversidade de perfis dos entrevistados, por meio delas será possível observar como apesar das diferenças os discursos convergiram com relação à necessidade de atendimento das demandas da população local.

Na entrevista feita com o dono de loja de souvenir identificado apenas como Sr. Vinícius Ruiz Car⁴², por exemplo, que desde 1974 vivia no bairro, a decadência da região foi creditada à utilização do porto apenas para função de entrada e saída de produtos, desestimulando os chamados navios de passageiros. Para o lojista, o maior fluxo de pessoas, principalmente de turistas estrangeiros, colaboraria para a injeção de capital na área através do consumo de produtos oriundos do Morro da Conceição e proximidades.

O entrevistado mantinha seu negócio no Morro da Conceição há cerca de oito anos, Sr. Vinícius afirmou que a escolha do bairro se deu pela proximidade com o cais do porto, porta de entrada para turistas de todas as partes do mundo. Contudo, o desenvolvimento do transporte aéreo, acompanhado do pouco estímulo à visitação dos bairros da zona portuária, levou a progressiva queda no número de prováveis consumidores. O desestímulo crescia em paralelo com o alto custo de materiais - como madeira e vidro usados na fabricação de pequenos quadros com borboletas emolduradas – e a redução de seus ganhos. Essa situação aparece expressa na seguinte passagem:

“Antigamente tinham muitos navios, japoneses, americanos. Hoje em dia não tem quase navio. O navio às vezes chega aí com pouca carga, às vezes 80 toneladas, 100 toneladas. Quer dizer que ele ficou uma, duas

⁴¹ Dossiê: Projeto de proteção e reabilitação do bem e seu entorno. Caixa RJ 236/2/01, Série Inventário, notação I. RJ – 0937.01.

⁴² Dossiê: Projeto de proteção e reabilitação do bem e seu entorno. Caixa RJ 236/2/01, Série Inventário, notação I. RJ – 0937.01.

horas ali no porto e vai logo embora, não dá tempo nem dele fazer compras. E essa mercadoria minha é muito pesada para turista de avião. Negócio de quadro é mesmo mais próprio para navios, eles levam o peso que tiver.”⁴³

Em contrapartida, a queixa feita pelo Sr. Vinícius serviu de atração ao artista plástico João Manuel. O baixo custo dos imóveis e a facilidade de contratação de mão de obra barata o levaram a trocar o bairro de Ipanema pelo Morro da Conceição.

Um aspecto que merece ser destacado na entrevista do artista plástico é a exaltação do caráter excepcional do lugar e uma ambiência que estimularia a consolidação de fortes laços afetivos entre moradores e entre moradores e região. A resposta do Sr. João Manuel expõe melhor esta postura quando questionado se os laços afetivos com a região e os demais moradores permanecia ainda presente no Morro da Conceição:

“Eu acho que sim, por isso e pelo fato de aqui ser uma espécie de ilha. Não é verdade? Acho que as pessoas consideram, geograficamente, isto aqui uma ilha, e as pessoas têm esta atitude em relação a esse espaço. Também ter o contraste tão radical, entre o que se passa dentro do Morro e fora do Morro.”⁴⁴

O artista plástico ainda expôs a falta de conhecimento do restante da cidade com relação à região, formulando ideias preconceituosas a respeito do Morro da Conceição. Quando perguntado se houve um preconceito vindo dos moradores por ter vindo de uma área nobre da cidade, respondeu:

“Não. Tiveram simplesmente curiosidade de saber porque eu estava aqui, saber quem eu era, para me relacionar com elas de alguma maneira. Eu acho que, de qualquer maneira, o relacionamento de caráter

⁴³ Dossiê: Projeto de proteção e reabilitação do bem e seu entorno. Caixa RJ 236/2/01, Série Inventário, notação I. RJ – 0937.01.

⁴⁴ Dossiê: Projeto de proteção e reabilitação do bem e seu entorno. Caixa RJ 236/2/01, Série Inventário, notação I. RJ – 0937.01.

afetivo, ficar preocupado, se está comendo, que a roupa está estendida, etc.”⁴⁵

Já o Sr. Adão Mendes, morador e proprietário de um estabelecimento comercial na região há 25 anos, compara o cotidiano do Morro da Conceição ao de uma cidade do interior. De origem portuguesa, Adão Mendes destaca que nunca morou em outro lugar por conta dos laços afetivos estabelecidos com vizinhos e o bairro.

“Bom, eu nunca morei em outro lugar, desde que eu cheguei vim para aqui, logo direto; fiquei por aqui mesmo. Então, me dou bem com todo mundo aqui, também não tenho nada que dizer do tipo de comércio, nem mesmo assaltos, nunca tive assalto nenhum aqui, por esse motivo eu gosto.”⁴⁶

Pode-se observar, no caso do Morro da Conceição, um esforço por parte do projeto do IPHAN para a região, em incluir um módulo com entrevistas feitas com a população local como uma ferramenta para a democratização dos processos de preservação em sítios urbanos. Entrar em contato com a população possibilitaria observar suas demandas e identificar práticas específicas das mesmas.

Após as etapas apresentadas até o momento, foram apontadas as seguintes justificativas para o desenvolvimento do projeto:

“- O pensamento internacional, desde há alguns anos endossado por este Orgão, de que a designação “bem cultural” não está vinculada apenas aos aspectos formais de uma determinada obra, mas também às suas características sociais e econômicas;

- A conscientização, salvo raras exceções, de que “bem cultural” não sobrevive isoladamente, pois destruída a malha que o insere, comprime-

⁴⁵ Dossiê: Projeto de proteção e reabilitação do bem e seu entorno. Caixa RJ 236/2/01, Série Inventário, notação I. RJ – 0937.01.

⁴⁶ Dossiê: Projeto de proteção e reabilitação do bem e seu entorno. Caixa RJ 236/2/01, Série Inventário, notação I. RJ – 0937.01.

se sobre ele, numa linguagem típica de nosso tempo, o progresso especulativo;

- A constatação de que “bem cultural” não está necessariamente associado apenas a elementos arquitetônicos excepcionais, ele pode existir e se impor mesmo em pequenos sítios;”⁴⁷

Na segunda etapa do projeto foi produzido um levantamento cadastral da região a fim de identificar o potencial dos imóveis como patrimônio arquitetônico. Com isso, procurou-se construir uma visão geral do estado de conservação, da utilização e do grau de conservação do espaço construído⁴⁸.

O estudo, após esta primeira classificação chegou às seguintes considerações:

“A renovação da área imposta por interessados na expansão da Área Central de Negócios vem potencialmente transformando a região, quer seja pela modificação da malha urbana, quer seja pela substituição dos elementos construídos por outros inteiramente estranhos à sua composição tradicional. Também a necessidade de identificação com outras áreas de maior status, e naturalmente a falta de conhecimento do valor estético-histórico da área, vem contribuindo para uma descaracterização gradual, pela inserção de elementos construtivos contemporâneos, tais como janelas e portas de alumínio, cerâmicas e azulejos no conjunto antigo.”⁴⁹

Este levantamento se estende por todos os números localizados na Ladeira João Homem, Rua Júlia Lopes de Almeida (antiga Travessa Oliveira), Rua Mayrinck Veiga (antiga Municipal), Pedra do Sal (A. Bulcão), Jogo da Bola, Rua Teófilo Otoni, Largo de Santa Rita, Travessa de Santa Rita e Rua do Costa (atual Alexandre Mackensie). Este

⁴⁷ Dossiê: Projeto de proteção e reabilitação do bem e seu entorno. Caixa RJ 236/2/02, Série Inventário, notação I. RJ – 0937.01.

⁴⁸ Dossiê: Projeto de proteção e reabilitação do bem e seu entorno. Caixa RJ 236/3/01, Série Inventário, notação I. RJ – 0937.01.

⁴⁹ Dossiê: Projeto de proteção e reabilitação do bem e seu entorno. Caixa RJ 236/3/01, Série Inventário, notação I. RJ – 0937.01.

levantamento foi feito a mão pelos técnicos envolvidos no Projeto de Preservação e Revitalização do Morro da Conceição e seu entorno. Cada folha continha uma pequena planta seguida de uma relação de três a quatro números e condição dos imóveis localizados na rua da qual se referia o documento, ilustrado anteriormente. Esta foi também uma iniciativa mais econômica à utilização de fotos, já que não refletiria no orçamento do projeto⁵⁰.

A exposição do potencial estético e histórico do Morro da Conceição, em paralelo ao levantamento de campo e do material encontrado em pesquisas nos arquivos do SPHAN e Municipal do Rio de Janeiro, procurou ressaltar as atividades econômicas e as características históricas específicas da região, como é possível observar na passagem abaixo:

“(…) apesar das transformações apreendidas em seu desenho urbano e em sua fisionomia arquitetônica, à moda da época, durante a administração de Pereira Passos (1902/1906) é, provavelmente, a última área que ainda guarda características de espontaneidade de sua ocupação iniciada no século XVII. O casario, com uma grande variedade de composições, guarda ainda, em sua maioria, as antigas funções de comércio (zona baixas) e habitação (zonas altas).

Sem passar por transformações abruptas, mas evoluindo gradativamente através dos anos, a área manteve-se, de certa forma, imune à especulação imobiliária que desfigurou a cidade nas últimas décadas.

(…)

Assim, concluímos que a vitalidade dos documentos tombados está implicitamente ligada ao modo de uso e expectativas daquela população

⁵⁰ Dossiê: Projeto de proteção e reabilitação do bem e seu entorno. Caixa RJ 236/3/01, Série Inventário, notação I. RJ – 0937.01.

que, naturalmente, e por direito, é a melhor guardiã daqueles entornos e, evidentemente, da ambiência dos bens tombados.”⁵¹

Além disso, a segunda etapa incluiu a transcrição de um discurso proferido por Marcello de Ipanema⁵², em agosto de 1981, direcionada ao Presidente do Conselho Estadual de Cultura em que procurava legitimar o Projeto de Preservação e Revitalização para o Morro da Conceição e seu entorno⁵³, como é possível observar no trecho abaixo:

“A ideia da SPHAN (...) não é proceder ao tombamento coletivo dos imóveis de épocas passadas que a ganância imobiliária e apátrida ainda não transformaram em dinheiro. Pretende aquele órgão da União sugerir à Municipalidade do Rio, a preservação do referido conjunto.”⁵⁴

Marcello de Ipanema destacou ainda a necessidade de aproximação e atuação conjunta de instâncias municipal, estadual e federal na defesa dos elementos que comporiam a identidade cultural:

“A eliminação dos bens naturais ou arquitetônicos do Rio de Janeiro é, a um tempo, ação contra a identidade cultural da região e do Brasil, em razão do papel da cidade, antes e depois da mudança da capital para Brasília, em relação ao país.

⁵¹ Dossiê: Projeto de proteção e reabilitação do bem e seu entorno. Caixa RJ 236/2/02, Série Inventário, notação I. RJ – 0937.01.

⁵² Marcello de Ipanema foi o primeiro diretor do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Guanabara, durante o governo de Carlos Lacerda, realizando os primeiros tombamentos do Estado do Rio de Janeiro. No mesmo período, dirigiu o Departamento de Cultura da Secretaria de Educação, a que se subordinavam os setores de bibliotecas, museus, teatros, inclusive o Teatro Municipal, Escolas de Artes e a Rádio Roquette Pinto.

⁵³ Dossiê: Projeto de proteção e reabilitação do bem e seu entorno. Caixa RJ 236/2/02, Série Inventário, notação I. RJ – 0937.01.

⁵⁴ Dossiê: Projeto de proteção e reabilitação do bem e seu entorno. Caixa RJ 236/2/02, Série Inventário, notação I. RJ – 0937.01

(...) jamais os testemunhos culturais do país, nas grandes como nas pequenas cidades, foram tão devastados. É mesquinho o que sobra de bens naturais e arquitetônicos, em especial nos grandes centros.”⁵⁵

Na terceira etapa foram elaboradas plantas da região que indicavam a situação das áreas que foram ou seriam atingidas pelo Projeto de Proteção e Revitalização do Morro da Conceição e seus entornos, pelas seguintes classificações: usos, gabaritos, proposta, fachadas, evolução urbana, volumetria e estado de conservação. Nas imagens abaixo é possível observar dois exemplos dessas plantas:

⁵⁵ Dossiê: Projeto de proteção e reabilitação do bem e seu entorno. Caixa RJ 236/2/02, Série Inventário, notação I. RJ – 0937.01

Figura III: A planta abaixo descreve as propostas de atuação definidas pelo Projeto, divididas em dez áreas distintas, a partir dos seguintes critérios: a preservar volumes e fachadas; decretos municipais nº 1541 de 4/05/78 e nº 1542 de 5/05/78, mantendo-se os atuais alinhamentos; altura máxima igual a altura da fachada do prédio entre nº 154 e 172 da Avenida Marechal Floriano (Light); Altura máxima igual a altura da fachada do prédio da Cia. Docas de Santos; Área non aedificandi; Altura máxima igual a altura da fachada do prédio nº 102, existente na quadra; Altura máxima da frontaria de 35,25m , não podendo qualquer elemento construído ultrapassar a altura de 44,5m; Para Av. Marechal Floriano – Decreto nº 1541 de 1978. Para as demais áreas ver Decretos Municipais em vigor; Monumentos tombados.





Figura IV: A imagem acima apresenta uma planta referente a evolução urbana da região do Morro da Conceição. A partir desse mapeamento foi possível notar a intensificação do processo de ocupação do local durante o início do século XX, como é apresentado na legenda: ruas que surgiram até princípios do século XVIII; ruas que surgiram até princípios do século XIX; ruas que surgiram até princípios do século XX; ruas que surgiram até meados do século XIX;

Acompanhando este material, fotos da região foram dispostas de modo a complementar as informações que comporiam o desenvolvimento e conclusão do dossiê, como nota-se na foto abaixo:



Figura V: Imagem que compõe o dossiê para o Projeto de Proteção e Revitalização para o Morro da Conceição e seus entornos da Rua Camerino.



Figura V: Imagem da Ladeira do Valongo que compõe o dossiê para o Projeto de Proteção e Revitalização para o Morro da Conceição e seus entornos.

A partir desses dados foi possível apresentar os avanços e resultados preliminares do projeto, como é possível notar no trecho a seguir:

“(…) mantivemos contatos com os órgãos municipais competentes ligados ao planejamento da cidade e verificamos a possibilidade da revogação de muitos P. A. que indicavam a “renovação” da área em muitos casos pela obsolescência de suas indicações diante das mais recentes expectativas pela organização urbana da cidade.

(…) Quanto aos P. A. s, gradativamente viemos conseguindo estudos na mesma diretoria, no sentido de revogá-los e transforma-los em projetos de preservação em nível municipal, de volumes e fachadas.

(…)

Apoiamos neste contato com o Município e pelo desejo das comunidades locais e entidades de amigos do Centro e zona portuária, concluímos pela proposta de portaria de controle que permitisse aquela área livrar-se das investidas de especulação mais recente, principalmente, através de edifícios-garagem. As indicações ali contidas são, a nosso ver, apenas um primeiro passo para salvaguardar entornos de novos bens tombados, permitindo que sobrevivam com elementos tão importantes para a memória da cidade quanto os bens que o adiantam.

Nesse caso, especificamente, consideramos o entorno como a própria área definida, tendo sido excluídas apenas do perímetro de análise, aquelas áreas que hoje tem a mesma fisionomia ou vocação da Área Central de Negócios (ACN)''⁵⁶

Já a quarta e última etapa do projeto se voltou, através de dados colhidos pelos censos e pesquisas de anos anteriores, às formas de ocupação naquela região e os problemas gerados pela ausência de projetos de infraestrutura para a área central da cidade. Além disso, houve uma preocupação em elaborar uma portaria de controle de gabaritos e ocupação dos espaços.

Dessa maneira, foi estabelecida uma relação com dados referentes à quantidade de vias urbanas da região - classificadas em expressa, arterial, coletora e local⁵⁷ -, os tipos de pavimentação, a largura e a extensão das mesmas. A partir da descrição do sistema rodoviário, incluindo a extensão das vias e a quantidade de linhas de ônibus disponível aos usuários, o projeto destacou a importância daquela região para a infraestrutura e a

⁵⁶ Dossiê: Projeto de proteção e reabilitação do bem e seu entorno. Caixa RJ 237/1/01, Série Inventário, notação I. RJ – 0937.01.

⁵⁷ Entende-se por via local toda rua de pouco movimento, como ruas dentro de condomínios. As vias coletoras são aquelas que apresentam ligação com ruas de grande fluxo, enquanto as vias artérias são ruas de grande movimento. Já as vias expressas são vias de alta velocidade, também chamadas de autoestradas.

economia do restante da cidade, ainda que não fizesse necessariamente parte da área mais comercial do centro da cidade⁵⁸.

Nesse sentido, se buscou apresentar uma amostra de dados que pudesse caracterizar o perfil do transporte urbano nas proximidades do Morro da Conceição, entendendo que a região serviria como importante rota de ligação entre diferentes partes da cidade ao centro da cidade. Os dados também serviriam como instrumento relevante para indicar os reflexos negativos do desenvolvimento urbano sem planejamento adequado, já que mostravam o aumento significativo do uso de transporte público que não viria acompanhado de aumento da oferta de ônibus, metrô e trem. Foram descritos os pontos terminais, os prováveis corredores utilizados nas viagens diárias em coletivos, a relação de linhas de ônibus que ligam Centro às zonas norte, sul, oeste e baixada fluminense.

Esta etapa ainda destacou a questão habitacional como parte do levantamento sobre infraestrutura urbana no Morro da Conceição e proximidades. Foi produzido um levantamento de dados relativos à distribuição populacional e à condição das instalações de energia elétrica, de água e esgoto existentes. De acordo com os dados colhidos e que integram o dossiê 100% de domicílios eram atendidos pelo sistema de esgoto e 82,4% dos moradores recebiam o abastecimento de água por meio de cinco reservatórios diferentes – Morro do Pinto, do Livramento, de São Bento, de São Cristóvão, Elevatória Mendes de Moraes – e um poço no Morro da Providência, localizado na Rua do Pinto que abastecia o Morro do Livramento. Todos os domicílios eram atendidos pelo sistema de esgoto e 95% das ruas eram pavimentadas, contudo, apenas 65% possuíam sistema de drenagem suficiente⁵⁹.

Estabeleceram-se ainda os usos dos imóveis comerciais e não comerciais localizados na região. Foram encontrados 11 clubes sociais e recreativos e desportivos, 3

⁵⁸ Dossiê: Projeto de proteção e reabilitação do bem e seu entorno. Caixa RJ 239/1/01, Série Inventário, notação I. RJ – 0937.01.

⁵⁹ Dossiê: Projeto de proteção e reabilitação do bem e seu entorno. Caixa RJ 239/1/01, Série Inventário, notação I. RJ – 0937.01.

igrejas católicas e 1 protestante, 3 bibliotecas, 1 museu, 112 indústrias, 3 hospitais federais, 2 hospitais particulares, 1 posto de saúde escolar, 12 escolas, 9 hotéis, 3 correios e telégrafos, 1 cemitério, 9 obras sociais (institutos e fundações), 13 estabelecimentos financeiros (bancos) e 10 na categoria “outros”⁶⁰.

Neste cruzamento de dados observa-se uma atenção às consequências do crescimento urbano sem planejamento para a cidade e que, conseqüentemente, acabava refletindo no cotidiano dos moradores e usuários do Morro da Conceição e entornos. Para isso, seria necessário integrar essa região ao plano de desenvolvimento econômico e social da cidade que passou a ganhar atenção ao longo da década de 70.

O estudo previa que, além das definições jurídicas, qualquer intervenção na área deveria atender aos anseios e necessidades da população local “possibilitando sua absorção e/ou a sua permanência nas atividades econômicas existentes na região e nas atividades que forem implantadas a partir de determinantes de um novo zoneamento Municipal”⁶¹. Para isso, procurou reconhecer o valor histórico da região, observando as transformações sofridas desde as reformas urbanísticas do período Pereira Passos e os laços afetivos estabelecidos entre moradores e região.

Em paralelo ao desenvolvimento urbano da cidade do Rio de Janeiro, o referido estudo procurou refletir o lugar do Morro da Conceição frente às transformações ocorridas na cidade⁶². De acordo com o estudo sobre a trajetória histórica da região, durante o Estado Novo as relações socioeconômicas entre a região do Morro da

⁶⁰ Dossiê: Projeto de proteção e reabilitação do bem e seu entorno. Caixa RJ 239/1/01, Série Inventário, notação I. RJ – 0937.01.

⁶¹ Dossiê: Projeto de proteção e reabilitação do bem e seu entorno. Caixa RJ 236/2/02, Série Inventário, notação I. RJ – 0937.01

⁶² Análises e debates críticos sobre os impactos da adoção de práticas neoliberais de planejamento urbano que conferem um sentido de mercadoria à cidade continuam bastante atuais, principalmente com as propostas de revitalização urbana inseridas no Projeto Porto Maravilha, de 2009. Neste Projeto, foi proposto revitalizar a região portuária da cidade do Rio de Janeiro a fim de criar novas alternativas econômicas e sociais, atraindo novas empresas, moradores e turistas àquela área. Sobre o tema ver: OLIVEIRA, Nelma Gusmão de. **Força-de-Lei: rupturas e realinhamentos institucionais na busca do “sonho olímpico” carioca**. XIV ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, Rio de Janeiro, Maio/ 2011.

Conceição⁶³ e a área central de negócios seriam muito reduzidas, principalmente após a construção da Avenida Presidente Vargas. O Morro da Conceição voltaria a despertar interesse de empresários e do setor da construção civil na década de 70, tendo a criação do Decreto E nº 5.996 de 10 de janeiro de 1973⁶⁴ como uma medida adotada pela Prefeitura para regulamentar o zoneamento da região.

Na descrição de Jurema Arnaut, a excepcionalidade na trajetória histórica do Morro da Conceição frente ao restante da região central da cidade do Rio de Janeiro é tomada como aspecto fundamental para sua compreensão atual. Mesmo com as modificações promovidas no cenário urbano no início do século XX, em especial no âmbito arquitetônico, o casario antigo – de uso habitacional ou comercial – se manteve com as mesmas características.

“Sem passar por transformações abruptas, mas evoluindo gradativamente através dos anos, a área manteve-se, de certa forma, imune à especulação imobiliária que desfigurou a cidade nas últimas décadas. Até mesmo o comércio mantém características com que o diferenciam de outras áreas. Sem considerar, é claro, o vigoroso vínculo afetivo que a população mantém com a região, sedimentado ao longo das diversas gerações.

Assim, concluímos que a vitalidade dos documentos tombados está implicitamente ligada ao modo de uso e expectativas daquela população que, naturalmente, e por direito, é a melhor guardiã daqueles entornos e, evidentemente, da ambiência dos bens tombados.”⁶⁵

⁶³ Tomo aqui como referência a área circunscrita pelo Projeto para o Morro da Conceição do IPHAN, em análise nesse capítulo.

⁶⁴ O Decreto Municipal E nº 5.996, de 12 de janeiro de 1973 procurou instituir a regulamentação do zoneamento da região central do município. A menção feita no Projeto de Preservação e Revitalização do Morro da Conceição e seu entorno destacou a regulamentação e restrição na construção de edifícios-garagem, posto de abastecimento, posto de serviço e posto – garagem na região.

⁶⁵ Dossiê: Projeto de proteção e reabilitação do bem e seu entorno. Caixa RJ 236/2/02, Série Inventário, notação I. RJ – 0937.01

O Projeto de Proteção e Revitalização para o Morro da Conceição e seu entorno apresentou uma proposta de preservação dos entorno de bens tombados que reconhecia a possibilidade do campo do patrimônio intervir na gestão da cidade. Dessa maneira, o projeto se encontrou afinado com as propostas de planejamento urbano para a cidade do Rio de Janeiro ao reconhecer a necessidade de incorporar estudos que contribuíssem para uma melhor qualidade de vida⁶⁶ da população local. Havia o interesse por parte do governo Municipal de que o Morro da Conceição e seus arredores absorvessem a população excedente da Área Central de Negócios (ACN). Esse movimento seria impulsionado pela valorização econômica e histórica de grande parte das construções da região:

“(…) a região do Morro da Conceição encerra, de maneira exemplar, a história da ocupação do Rio de Janeiro, na cidade edificada sobre pântanos, brejos e lagoas, e subordinada a caprichos topográficos.

(…)

A vitalidade daqueles monumentos está implicitamente ligada ao modo de uso e expectativas daquela população que naturalmente e por direito é a melhor guardiã daqueles entornos e evidentemente da ambiência dos bens tombados.”⁶⁷

De acordo com o projeto do IPHAN para o Morro da Conceição, as mudanças ocorridas nas políticas de planejamento urbano e de preservação brasileiras, em paralelo às considerações internacionais, contribuiriam para um movimento convergente entre os dois campos. Tornar-se-ia cada vez mais necessária a “conscientização, salvo raras exceções, de que o ‘bem cultural’ não sobrevive isoladamente, pois destruída a malha que

⁶⁶ A utilização do termo “qualidade de vida” no final da década de 70 e início de 80 reflete a ênfase das políticas públicas no período em atender as demandas. Nesse sentido a definição de Schwartzman de 1974 parece ser a mais adequada às propostas de planejamento urbano, uma vez que a entende como uma noção clara e explícita de uma política de desenvolvimento social. In: Schwartzman, Simon. Seminário sobre Política de Desenvolvimento Social. *Revista de Ciências Sociais*. Fortaleza: v. 5, n. 2, p. 101 – 111. 1974.

⁶⁷ Dossiê: Projeto de proteção e reabilitação do bem e seu entorno. Caixa RJ 236/2/02, Série Inventário, notação I. RJ – 0937.01

o insere, comprime-se sobre ele, numa linguagem de nosso tempo, o progresso especulativo”⁶⁸.

Com isso, foi instaurada a Portaria n° 6, de 4 de julho de 1986, que previa a instituição dos gabaritos e demais restrições a estrutura arquitetônica dos imóveis em caso de obras com finalidade estética ou de ampliação. Nesta Portaria se revelou a preocupação com o estado de degradação que enfrentavam os imóveis da região. Já no Projeto de Proteção e Revitalização para o Morro da Conceição e seus entornos foi considerada a necessidade de instalações móveis⁶⁹, que chegaram a ser implantadas, para auxiliar os moradores da região quanto a possíveis modificações nas fachadas ou em obras de acréscimo de andar. Técnicos do IPHAN se encontrariam nessas unidades móveis, que mudariam de localidade de tempos em tempos, até que os moradores o fizessem de maneira autônoma (MOTTA & THOMPSON).

Cabe destacar que esse recurso foi muito similar ao utilizado no Projeto Corredor Cultural, elaborado pela Prefeitura do Rio de Janeiro, com a criação do Escritório Técnico. Esse mecanismo foi criado para facilitar o contato entre técnicos e a comunidade da região a fim de solucionar possíveis dúvidas quanto à lei. Observa-se em ambos os projetos a utilização de vias de contato e difusão dos projetos com a população.

O projeto do IPHAN para o Morro da Conceição procurou expor os impactos sofridos em função das transformações urbanas na região, pela comunidade do Morro da Conceição, apontando para uma nova relação entre bens culturais e seus entornos. Como pode ser observado ao longo do capítulo, este estudo acompanhou uma proposta de preservação que ganhou força na década de 1980 e destacou a relevância do papel do entorno nas mesmas.

⁶⁸ Dossiê: Projeto de proteção e reabilitação do bem e seu entorno. Caixa RJ 236/2/02, Série Inventário, notação I. RJ – 0937.01

⁶⁹ As unidades móveis seriam escritórios itinerantes que dariam orientação técnica aos moradores sobre possíveis adições ou demais obras na região do Morro da Conceição e seu entorno com o apoio da comunidade e associação de moradores da mesma.

A partir da criação da Portaria nº 54/1981 e da estrutura do projeto proposto ao Morro da Conceição e seu entorno, a preservação do conjunto de maneira integrada e sem o instrumento do tombamento refletiria uma tentativa de ampliar tais procedimentos, adequando-os a especificidade das áreas urbanas em grandes centros. Ao mesmo tempo em que é dado destaque ao valor arquitetônico, cultural e histórico de uma região, nota-se também um esforço em aproximar as propostas de preservação – federal, estadual e municipal – as ações de planejamento urbano e as necessidades das comunidades locais.

Considerações Finais

Ao longo desse estudo foi possível observar como o campo do patrimônio se manteve em constante diálogo com aspectos relativos ao crescimento e ao desenvolvimento das grandes cidades. Todavia, a partir da década de 1970, o campo da preservação de bens e de conjuntos históricos despontou como um importante instrumento de gestão urbana.

Durante esse período, a própria noção de patrimônio passava por um processo de ampliação. Como foi possível notar com as cartas patrimoniais, passou-se a incorporar novos valores e significados ao patrimônio, que apreendessem as dinâmicas urbanas contemporâneas e respondessem ao processo de urbanização avassalador pelo qual passavam as regiões urbanas.

Nesse momento também teve início uma nova fase no planejamento urbano no Brasil. Cada vez mais os planos urbanísticos se distanciavam da perspectiva de melhoramento e embelezamento, que vigorou nas primeiras décadas do século XX, e passavam a dialogar com questões de natureza físico-territorial, social e econômica (VILLAÇA, 1995).

Ao longo do século XX, as políticas preservacionistas apresentaram uma tendência crescente de discussão sobre a noção de ambiência. Passava-se a considerar a importância das áreas circunvizinhas ao bem tombado ou conjunto arquitetônico em detrimento as

ações de preservação isoladas dos mesmos. Cada vez mais se tornava necessário dar outra dimensão para o entendimento das ações de preservação. Dessa maneira, a análise do Projeto de Proteção e Revitalização para o Morro da Conceição e seus entornos, elaborado pelo IPHAN, possibilita observar uma perspectiva de preservação que apareceu no campo do patrimônio brasileiro na década de 1980.

Ao tratar desse período específico da trajetória das políticas de preservação, o presente estudo procurou também contribuir para a compreensão das iniciativas de preservação atuais. A questão da revitalização da zona portuária, que hoje é de grande relevância, começou a ganhar espaço nos anos 1980. As consequências do crescimento urbano e a valorização econômica da região ainda são temas amplamente discutidos na elaboração de projetos de revitalização.

Referências Bibliográficas

ABREU, Maurício. **Evolução urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IPP, 2008, 156 p.

ALCÂNTARA, Denise. “Revisita ao Corredor Cultural: resgate do processo de revitalização no Centro Histórico do Rio de Janeiro” In **Cadernos PROARQ 15**. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo: UFRJ. N° 17, dez. 2010. Pp. 45 – 56.

ALMEIDA, Bárbara Schaustek de; MARCHI JÚNIOR, Wanderley e PAMPUCH, Marcelo. **Os legados estruturais dos Jogos Olímpicos (1992-2008): uma revisão de literatura**. Cadernos da Escola de Educação e Humanidades, Curitiba, v. 1: 2006. 1 – 15.

ALMEIDA, Eneida de. “Uma releitura das Cartas de Atenas” In **Integração**, v. 16, n. 60, p. 5-14, 2010. Disponível em: <ftp://ftp.usjt.br/pub/revint/5_60.pdf>. Acesso em março de 2013.

ALONSO, Isabel Villaseñor. “El valor intrínseco del patrimonio cultural: ¿una noción aún vigente?” In **Intervención**, ano 2, n. 3, Janeiro-Junho/ 2011.

ANDRADE, Inês El – Jaick. “O debate sobre as áreas envoltórias de bens patrimoniais” In **Cadernos PROARQ 15**. Rio de Janeiro: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo-UFRJ. N° 17, dez. 2010, p. 07 – 18.

ARNAUT, Jurema. “Morro da Conceição, Rio: uma proposta de preservação sem tombamento” In **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, N° 19, ano 1984, p. 97-111.

BORGES, Marília Vicente. **O zoneamento na cidade do Rio de Janeiro: gênese, evolução e aplicação**. Dissertação de Mestrado, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, 2007.

BOSCHI, Renato. “Abertura e a nova classe média na política brasileira: 1977-1982 In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.1, n.1, São Paulo: junho – 1986.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. Tradução: Daniela Kern; Guilherme J. F. Teixeira. São Paulo: Edusp. Porto Alegre: Zouk, 2007.

_____. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

CARDEMAN, David & CARDEMAN, Rogério Goldfeld. **O Rio de Janeiro nas alturas**. Rio de Janeiro: Mauad, 2004.

CARDOSO, Elizabeth Dezouart et al. **Zona Portuária – Saúde, Gamboa e Santo Cristo**. Coleção História dos Bairros. João Fortes Engenharia. Rio de Janeiro: Editora Index, 1987.

CARLOS, Antonio Santos Lima. “Rio de Janeiro: O futuro visto do passado” In CASTRIOTA, Leonardo B. **Intervenções sobre o Patrimônio Urbano: Modelos e Perspectivas. Fórum Patrimônio: ambiente construído e patrimônio sustentável**, Belo Horizonte, v.1,n.1,set./dez, 2007.

_____. **Patrimônio Cultural: conceitos, políticas, instrumentos**. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: IEDS, 2009.

CAVALCANTI, Lauro. **As preocupações do belo**. Rio de Janeiro: Taurus, 1995.

CÉSAR, Pedro de Alcântara Bittencourt e STIGLIANO, Beatriz Veroneze, “A viabilidade superestrutural do patrimônio: estudo do museu da língua portuguesa”. **CULTUR**, ano 04 - nº 01 - Janeiro/2010.

CHUVA, Márcia. **Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)**. Rio de Janeiro: UFRJ. 2009.

CHOAY, Françoise. **Urbanismo: utopias e realidades: uma antologia**. São Paulo: Perspectiva, 1998.

GOLDFARB, José Luiz & FERRAZ, Márcia H. M. (Orgs.). **Anais do VII Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia - VII Reunião de Rede de Intercâmbios para a História e Epistemologia das Ciências Químicas e Biológicas: Anais**. Unesp Editora: São Paulo, 2001.

COSTA, Flávia Carolina da. **Morro da Conceição: uma etnografia da sociabilidade e do conflito numa metrópole brasileira**. Dissertação de Mestrado em Antropologia, Universidade Federal de São Carlos, 2010.

CURY, Isabelle (Org.). **Cartas Patrimoniais**. Iphan, Rio de Janeiro; 3ª edição, 2004.

CYSNE, Rubens Penha. “A economia brasileira no período militar” In **Estudos Econômicos**, Nº 23, maio-agosto, São Paulo, 1993, p. 185-226.

DUARTE, Cristóvão Fernandes. “Jogos Olímpicos Rio-2016: A democratização da gestão pública do espaço urbano como um legado (possível/impossível) a ser conquistado pela população da cidade” In **Revista Bibliográfica de Geografia y Ciencias Sociales**. Vol. XV, nº 895 (16), 5 de noviembre de 2010.

FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.) **O tempo do nacional-estatismo**, Coleção O Brasil Republicano – vol.2, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FIGUEIREDO, Claudio, SANTOS, Nubia Melhem e LENZI, Maria Isabel Ribeiro. **O Porto e a Cidade: O Rio de Janeiro entre 1565 e 1910**, Casa da Palavra: Rio de Janeiro, 2005.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo**. Rio de Janeiro, UFRJ/Minc-Iphan, 1997.

FONSECA, Thalita Pereira da. “Participação em ações de preservação: o caso do Corredor Cultural do Rio de Janeiro” In **Risco: Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo (online)**, nº 10, 2009.

FREIRE, Américo. **Sinais Trocados: O Rio de Janeiro e a República brasileira**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2012.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. **Novas teorias dos movimentos sociais**. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

GUARANYNS, Marcos Benevides dos & SOUZA, Vicente Custódio Moreira de. “A preservação do patrimônio arquitetônico da cidade do Rio de Janeiro relacionada à qualidade de vida e à organização do espaço urbano.” In **Rev. Int. de Desastres Naturales, Accidentes e Infraestrutura Civil**. 2001.

GUIMARÃES, Roberta Sampaio. **A Utopia da Pequena África. Os espaços do patrimônio na Zona Portuária carioca**. Tese de Doutorado em Antropologia Cultural, Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS/PPGSA, 2011. 225 f.

HARTOG, François. “Tempo e Patrimônio” In **Varia História**, Belo Horizonte, vol. 22, nº 36, p. 261-273, jul/dez, 2006.

LEAL, Cláudia (Org.). **As Missões da UNESCO no Brasil: Relatório de Michel Parent**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2008.

_____ **As Missões da Unesco no Brasil: Paul Coremans**. XXVI Simpósio Nacional de História – Anpuh, São Paulo, 2011.

MACEDO, Mirela Arcangelo da Motta. “A concepção do projeto do corredor cultural do Rio de Janeiro: a participação de técnicos e intelectuais no processo de planejamento urbano” In: **Seminário de História da Cidade e do Urbanismo, Sessão temática 4, "Políticas Públicas e Instrumentos do Urbanismo"**, v. 8, nº 4, 2004.

MAZA, G.; McDONOGH, G. e PUJADAS, J. J.. **Barcelona, ciutat oberta: transformacions urbanes, participació ciutadana i cultures de control al barri del Raval**. Revista d’Etnologia de Catalunya. Barcelona, v. 21, 2005, p. 114-131.

MELLO, Fernando Fernandes de. **A Zona Portuária do Rio de Janeiro: antecedentes e perspectivas**. Dissertação de Mestrado, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional – IPPUR, UFRJ: Rio de Janeiro, 2003.

MICELI, Sérgio (org). **Estado e cultura no Brasil**. São Paulo, Difel, 1984.

MONNIER, Gérard. “O patrimônio construído do século XX: memória, história, território” In **Um olhar contemporâneo sobre a preservação do patrimônio cultural material**. BENCHETRIT, Sarah, BEZERRA, Rafael e CARVALHO, Cláudia (Org.). Museu Histórico Nacional: Rio de Janeiro. 2008.

MOTTA, Lia. “A apropriação do patrimônio urbano: estético-estilístico nacional ao consumo visual global”. In ARANTES, Antonio A. **O espaço da diferença**. Campinas, SP: Papirus, 2000, p. 257-287.

_____ “O patrimônio das cidades”. In SANTOS, Afonso Carlos Marques dos (ORG.) **Museus e cidades: Livro do Seminário Internacional**. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, p. 123- 152, 2003.

_____ & THOMPSON, Analúcia. **Entorno de bens tombados**. Editora: IPHAN/CEDIT. 2010.

NORA, Pierre. “Entre memória e história: a problemática dos lugares” In **Projeto História**. São Paulo: PUC-SP. N° 10, p. 12. 1993.

ORTIZ, Renato. **A moderna tradição brasileira – cultura brasileira e indústria cultural**, São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.

OLIVEIRA, L. G. **Desenvolvimento urbano da cidade do Rio de Janeiro: uma visão através da legislação reguladora da época 1925/1975**. Dissertação (Mestrado em Ciências) - Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Programa de Pós-Graduação de Engenharia, Curso de Planejamento Urbano e Regional do Programa de Projetos Industriais e Transportes, Rio de Janeiro, 1978. 89f.

OLIVEIRA, Nelma Gusmão de. **Força-de-Lei: rupturas e realinhamentos institucionais na busca do “sonho olímpico” carioca**. XIV ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, Rio de Janeiro, Maio/ 2011.

PANDOLFI, Dulce (org.). **Repensando o Estado Novo**, Rio de Janeiro: Editora Fundação Getulio Vargas, 1999. 345 p.

PARENT, Michel. “O futuro do patrimônio arquitetônico” In **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. N° 19. 1984, p. 112 – 123.

PINHEIRO, Augusto Ivan de Freitas. “Aprendendo com o patrimônio” In OLIVEIRA, Lúcia Lippi (Org.). **Cidade: história e desafios**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2002, p. 140-155.

_____ “A reabilitação urbana em processo” In LIMA, Evelyn Furquim Werneck & MALEQUE, Miria Roseira (Org.). **Cultura, Patrimônio e habitação: possibilidades e modelos**, Rio de Janeiro: 7 Letras, 2004, p. 69-82.

SANTANA, Marco Aurélio (Org.) **Vozes do porto: memória e história oral**. Rio de Janeiro, DP&A Editora, UNI-RIO, 2005, 212 p.

SANT’ANNA, Márcia. **A cidade-atração: a norma de preservação de centros urbanos no Brasil dos anos 90**. Tese de Doutorado, Faculdade de Arquitetura, UFBA, 2004.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SARMENTO, Carlos Eduardo. **O Custo do Desenvolvimento**. CPDOC-FGV, disponível em www.cpdoc.fgv.br/nav_jk/htm/o_Brasil_de_JK/o_custo_do_desenvolvimentismo.asp.

SIGAUD, Márcia Frota. **Morro da Conceição: da memória o futuro**. Rio de Janeiro: Sextante/Prefeitura, 2000.

SEVCENCO, Nicolau. **A literatura como Missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1995.

SÜSSEKIND, Flora. **Cinematógrafo de Letras - Literatura, técnica e modernização do Brasil**. Companhia das Letras: São Paulo, 1987.

SCHWARTZMAN, Simon. “Seminário sobre Política de Desenvolvimento Social” In **Revista de Ciências Sociais**. Fortaleza: v. 5, n. 2, p. 101 – 111. 1974.

THIESEN, Icléia, BARROS, Luitgarde Oliveira Cavalcanti e SANTANA, Marco Aurélio (Orgs.) **Vozes do porto: memória e história oral**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, UNIRIO, 2005, 212 p.

VILLAÇA, Flávio. “A crise do planejamento urbano” In **Questões Urbanas: O sentido das mudanças**, v.09, n° 2, abril-junho, 2005.

ZYLBERBERG, S. **Morro da Conceição: padres, soldados, operários**. Coleção Bairros Cariocas. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura: Departamento Geral de Patrimônio Cultura. 1996.

ZUKIN, Sharon. “Paisagens do Século XXI: Notas sobre a mudança social e o espaço urbano” In ARANTES, A. (Org.). **O Espaço da Diferença**. Campinas: Papirus, 2000.

Fontes

Carta de Veneza, 1964.

Carta de Atenas, 1933.

Declaração de Amsterdã, 1975.

Declaração de Amsterdã, 1975.

Recomendação de Paris, 1962.

Boletim SPHAN/FNpM , 1979 - 1989.

Dossiê: Projeto de proteção e reabilitação do bem e seu entorno. Caixa RJ 236/1/01, Série Inventário, notação I. RJ – 0937.01

Dossiê: Projeto de proteção e reabilitação do bem e seu entorno. Caixa RJ 236/2/01, Série Inventário, notação I. RJ – 0937.01.

Dossiê: Projeto de proteção e reabilitação do bem e seu entorno. Caixa RJ 236/2/02, Série Inventário, notação I. RJ – 0937.01.

Dossiê: Projeto de proteção e reabilitação do bem e seu entorno. Caixa RJ 237/1/01, Série Inventário, notação I. RJ – 0937.01

Dossiê: Projeto de proteção e reabilitação do bem e seu entorno. Caixa RJ 237/2/01, Série Inventário, notação I. RJ – 0937.01

Dossiê: Projeto de proteção e reabilitação do bem e seu entorno. Caixa RJ 237/3/01, Série Inventário, notação I. RJ – 0937.01

Dossiê: Projeto de proteção e reabilitação do bem e seu entorno. Caixa RJ 238/1/01, Série Inventário, notação I. RJ – 0937.01

Dossiê: Projeto de proteção e reabilitação do bem e seu entorno. Caixa RJ 238/1/02, Série Inventário, notação I. RJ – 0937.01

Dossiê: Projeto de proteção e reabilitação do bem e seu entorno. Caixa RJ 238/3/01, Série Inventário, notação I. RJ – 0937.01

Dossiê: Projeto de proteção e reabilitação do bem e seu entorno. Caixa RJ 239/1/01, Série Inventário, notação I. RJ – 0937.01

Dossiê: Projeto de proteção e reabilitação do bem e seu entorno. Caixa RJ 239/2/02, Série Inventário, notação I. RJ – 0937.01 Dossiê: Projeto de proteção e reabilitação do bem e seu entorno. Caixa RJ 239/2/01, Série Inventário, notação I. RJ – 0937.01.

IPHAN, Centro nacional de referência cultural, programa de cidades históricas.

Boletim SPHAN/PróMemória, nº 0. 1979.

PARENT, Michel. *Protection et mise en valeur du patrimoine culturel brésilien dans le cadre du développement touristique et économique*. Paris: UNESCO, 1968, Biblioteca Noronha Santos e Arquivo Central do IPHAN/ Seção Rio de Janeiro – AA01/Módulo 006/Cx. 0076/P. 0246. Tradução: Rejane Maria Lobo Vieira.

Corredor Cultural: como recuperar, reformar ou construir seu imóvel no. Rio de Janeiro: RIOARTE, IPP, 2002.